

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

MARCOS VINICIUS DALAGOSTINI BIDARTE

PROFISSÃO DO LAR: IMPOSIÇÃO OU ESCOLHA?

DISSERTAÇÃO

SANTANA DO LIVRAMENTO

2018

MARCOS VINICIUS DALAGOSTINI BIDARTE

PROFISSÃO DO LAR: IMPOSIÇÃO OU ESCOLHA?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carolina Freddo Fleck

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Elena Maria Billig Mello

**SANTANA DO LIVRAMENTO
2018**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo autor através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

658 B584p	Bidarte, Marcos Vinicius Dalagostini Profissão do Lar: Imposição ou Escolha? / Marcos Vinicius Dalagostini Bidarte. 144 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pampa, Mestrado em Administração, 2018. Orientação: Prof. ^a Dr. ^a Carolina Freddo Fleck. Co-orientação: Prof. ^a Dr. ^a Elena Maria Billig Mello 1. Gênero. 2. Trabalho Doméstico Não Remunerado. 3. Afazeres Domésticos e Atividades de Cuidado. 4. Trabalho Reprodutivo. 5. Esfera Privada.
--------------	---

MARCOS VINICIUS DALAGOSTINI BIDARTE

PROFISSÃO DO LAR: IMPOSIÇÃO OU ESCOLHA?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Área de Concentração: Administração
Linha de Pesquisa: Organizações e Desenvolvimento

Dissertação defendida e aprovada em: 21 de março de 2018.

Banca examinadora

Prof.^a Dr.^a Carolina Freddo Fleck
Administração – UNIPAMPA

Prof.^a Dr.^a Elena Maria Billig Mello
Educação – UNIPAMPA

Prof.^a Dr.^a Alessandra Troian
Ciências Econômicas – UNIPAMPA

Prof.^a Dr.^a Diana Paula Salomão de Freitas
Educação – UNIPAMPA

Prof.^a Dr.^a Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo
Ciências Econômicas – UFF

Dedico esta dissertação a **Eliete Dalagostini**, minha querida e amada mãe.

Ela sempre me mostrou as desigualdades entre homens e mulheres dentro e fora de casa, principalmente as que sofria, e nunca me deixou aceitar as coisas como elas são sem antes questioná-las.

Obrigado, mãe, do fundo do meu coração.

Esta dissertação é uma vitória nossa!

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, em especial:

A Deus e a Iemanjá, pelas bênçãos;

À minha família, pelo apoio e pela compreensão de minhas ausências;

Ao meu filho, Simba, pelo amor e pela companhia;

À Camila Pinto, minha namorada, que acompanha toda a minha trajetória com muito amor, carinho e companheirismo. Tuas vivências pessoais e familiares e percepções feministas puxaram-me a orelha diversas vezes, revelando o quanto eu ainda deveria aprender para sustentar os argumentos defendidos nesta dissertação. Muito obrigado pelas escutas atentas, pelas leituras críticas, pelos diálogos intensos e extensos e pelas considerações que me auxiliaram na compreensão de aspectos do fenômeno social investigado neste estudo;

À professora Carolina Freddo Fleck, minha orientadora, e à professora Elena Maria Billig Mello, minha co-orientadora, por aceitarem pesquisar a temática que propus no anteprojeto, pela construção coletiva desta dissertação e pelos desafios e pelas oportunidades de crescimento pessoal e profissional;

Às professoras Alessandra Troian, Diana Paula Salomão de Freitas e Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo, por aceitarem o convite para compor a banca examinadora e pelas valiosas contribuições;

À professora Ana Monteiro Costa, sempre carinhosa e gentil, pelas trocas de conhecimento e por me incentivar a seguir trilhando a carreira acadêmica;

À Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), pelo aprendizado proporcionado nestes dois anos de mestrado;

À sociedade brasileira, por financiar esta dissertação e minha formação profissional;

À Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro durante os dois anos de mestrado;

Aos profissionais do lar, por aceitarem participar deste estudo.

*“Um dia tu vai entender tudo o que a mãe te diz,
tudo o que a mãe te mostra, tudo o que a mãe vive,
meu filho”.*

Eliete Dalagostini (2004).

RESUMO

A elaboração deste estudo foi orientada pelo objetivo de investigar quem são os sujeitos que abandonaram funções remuneradas no mercado de trabalho para o exercício da profissão do lar, analisando as principais razões para tal atitude e suas implicações para as questões de gênero, domésticas e familiares. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como descritivo-exploratório, de abordagem qualitativa, realizado utilizando o método história oral temática. Para a seleção dos sujeitos, utilizou-se a técnica bola de neve, sendo o cenário da investigação limitado, inicialmente, à cidade gaúcha de Santana do Livramento-Brasil. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com treze profissionais do lar, sendo nove mulheres e quatro homens, entre os meses de agosto e outubro de 2017, com duração média de 1h cada. Os dados foram examinados através da análise textual discursiva. Os resultados revelam que as razões pelas quais os entrevistados abandonaram permanente ou temporariamente o mercado de trabalho, classificadas em ordem de importância decrescente, foram: filhos pequenos, desemprego, familiar idoso e/ou doente, marido, aborrecimentos no emprego, mudança de cidade, sentimento de saudade da família, dupla jornada de trabalho e elevado custo de vida na capital. Essas razões se distinguem entre os entrevistados pela idade, pelas situações sociais e conjugais, pelo contexto econômico, pela escolaridade e pelas relações de trabalho. Ao desagregar as principais razões por imposição/escolha e por gênero, verificou-se o seguinte: mulheres (imposição: desemprego, marido; escolha: maternidade, filhos pequenos), homens (imposição: desemprego; escolha: mudança de cidade). Esses resultados revelam que os homens e as mulheres entrevistadas abandonaram o mercado de trabalho por razões completamente distintas, possuindo, apenas, como razão comum o desemprego. Constatou-se que os homens e as mulheres entrevistadas realizam os mesmos afazeres domésticos, no entanto, no âmbito doméstico e familiar, elas enfrentam dificuldade em compartilhar esses afazeres com seus maridos e/ou com seus filhos do sexo masculino. Os afazeres domésticos consomem muita energia e grande parte do tempo dos entrevistados, sendo maior para elas (4,6 horas diárias; 32,2 horas semanais) do que para eles (3,6 horas diárias; 25,2 horas semanais), e caracterizam-se pela fragmentação, multiplicidade e simultaneidade. Além do sexo, a cor, a escolaridade, o rendimento mensal familiar, o tipo de arranjo familiar, o número e a idade dos filhos e a presença de aparelhos eletrodomésticos constituem variáveis que impactam diretamente sobre a distribuição do tempo dedicado à realização de afazeres domésticos na esfera privada, revelando desigualdades de gênero. O trabalho doméstico é percebido pelos entrevistados, especialmente mulheres, como uma atividade não remunerada, invisível e desvalorizada na esfera privada, tanto pela família quanto pela sociedade. As razões para isso estão profundamente relacionadas com o papel da mulher fundamentado na sociedade patriarcal e com a noção de trabalho elaborada pelo sistema capitalista. É importante, e por isso se faz necessário, pensar em formas de valorizar o trabalho doméstico não remunerado na sociedade brasileira, sendo uma delas a contabilização dos afazeres domésticos no Produto Interno Bruto, por meio da construção de contas-satélites. Enquanto as pesquisas nacionais oficiais continuarem adotando uma visão de trabalho capitalista, o trabalho doméstico e quem o realiza, principalmente as mulheres, continuarão desvalorizados e invisíveis nas esferas privada e social.

Palavras-chave: Gênero; Trabalho Doméstico Não Remunerado; Afazeres Domésticos e Atividades de Cuidado; Trabalho Reprodutivo; Esfera Privada.

ABSTRACT

The purpose of this study was to investigate who are the subjects who left paid jobs in the labor market in order to become household professionals, by analyzing the main reasons for such an attitude and its implications for gender, domestic and family issues. Methodologically, this study is characterized as descriptive-exploratory, with a qualitative approach, and it is carried out by using the thematic oral history method. In order to select its subjects, this study used the snowball sampling, and the research scenario was initially limited to the city of Santana do Livramento, Brazil. Data were collected between the months of August and October 2017, through semi-structured interviews, with an average duration of 1 hour each, carried out with thirteen household professionals, of whom nine were women, and four were men. Data were examined through discursive textual analysis. Classified in order of decreasing importance, the results reveal that the reasons why the interviewees abandoned permanently or temporarily the labor market were: small children, unemployment, elderly and/or ill relative, husband, job hassle, city changing, the feeling of homesickness, doubled working hours and the high cost of living in the capital. These reasons differ among the interviewees by age, by social and marital situations, by the economic context, by levels of education and by the working relationships. By disaggregating the main reasons as imposition/choice and by gender, the following information were observed: women (imposition: unemployment, husband; choice: maternity, small children), men (imposition: unemployment; choice: city change). These results reveal that the men and women interviewed left the labor market because of completely different reasons – only having unemployment as a common feature. It was found that the men and the women interviewed execute the same household chores, however, in the domestic and familiar spheres, them (the women) face more difficulties in sharing these chores with their husbands and/or with their male children. Household chores consume a great deal energy and a great part of the time of the interviewees – being greater for the women (4.6 hours a day, 32.2 hours a week) than for the men (3.6 hours a day, 25.2 hours a week) and are characterized by fragmentation, multiplicity and simultaneity. Beyond the gender, color, level of education, the family monthly income, the family type of arrangement, the age and the number of children and the presence of household appliances consist in variables that directly affect the distribution of time dedicated to do the household chores in the private sphere, revealing gender inequalities. Domestic work is perceived, by the interviewees, especially the women, as an unpaid, invisible and devalued activity of the private sphere, both by their families and by society. The reasons for this situation are deeply related to the role played by the woman, which is based on a patriarchal society and on the notion of work elaborated by the capitalist system. It is important, therefore, to think about ways of valuing the unpaid household chores in the Brazilian society, one of which is the accounting of domestic chores in the Gross Domestic Product (GDP) through the construction of satellite accounts. As long as official national research continues to adopt a capitalist vision of work, the domestic work, and whoever does it, especially women, will remain devalued and invisible in the private and in the social spheres.

Keywords: Gender, Unpaid Domestic Work; Household Chores and Family Caregiving; Reproductive Labor; Private Sphere.

RESUMEN

La elaboración de este estudio fue orientada por el objetivo de investigar quiénes son los sujetos que abandonaron funciones remuneradas en el mercado de trabajo para el ejercicio de la profesión del hogar, analizando las principales razones para tal actitud y sus implicaciones para las cuestiones de género, domésticas y familiares. Metodológicamente, este estudio se caracteriza como descriptivo y exploratorio, con un enfoque cualitativo, realizado por medio del uso del método de historia oral temática. Para la selección de los sujetos, se utilizó la técnica bola de nieve, siendo el escenario de la investigación limitado, inicialmente, a la ciudad gaucha de Santana do Livramento-Brasil. Los datos fueron recolectados entre los meses de agosto y octubre de 2017, por medio de entrevistas semiestructuradas, con una duración media de 1 hora cada una, realizadas con trece profesionales del hogar, siendo nueve mujeres y cuatro hombres. Los datos fueron examinados a través del análisis textual discursivo. Los resultados, clasificados en orden de importancia decreciente, revelan que las razones por las cuales los entrevistados abandonaron permanentemente o temporalmente el mercado de trabajo fueron: hijos pequeños, desempleo, familiar anciano y/o enfermo, marido, aburrimiento en el empleo, cambio de ciudad, sentimiento de nostalgia de la familia, doble jornada de trabajo, y el elevado costo de la vida en la capital. Estas razones se distinguen entre los entrevistados por la edad, por las situaciones sociales y conyugales, por el contexto económico, por la escolaridad, y por las relaciones de trabajo. Al desagregar las principales razones por imposición/poción y por género, se verificó lo siguiente: mujeres (imposición: desempleo, marido; opción: maternidad, hijos pequeños), hombres (imposición: desempleo; opción: cambio de ciudad). Estos resultados revelan que los hombres y las mujeres entrevistadas abandonaron el mercado de trabajo por razones completamente distintas, y que sólo tenían como motivación común el desempleo. Se constató que los hombres y las mujeres entrevistados realizan los mismos quehaceres domésticos y que, sin embargo, en el ámbito doméstico y familiar, ellas enfrentan dificultades para compartir estos quehaceres con sus maridos y/o con sus hijos del sexo masculino. Los quehaceres domésticos consumen mucha energía y gran parte del tiempo de los entrevistados, siendo más grande para ellas (4,6 horas diarias, 32,2 horas semanales) que para ellos (3,6 horas diarias, 25,2 horas semanales) y se caracterizan por la fragmentación, por la multiplicidad, y por la simultaneidad. Además del sexo, el color de la piel, la escolaridad, el ingreso mensual familiar, el tipo de arreglo familiar, el número y edad de los hijos y la presencia de aparatos electrodomésticos constituyen variables que impactan directamente sobre la distribución del tiempo dedicado a la realización de los quehaceres domésticos en la esfera privada, revelando desigualdades de género. El trabajo doméstico es percibido por los entrevistados, especialmente por las mujeres, como una actividad no remunerada, invisible y desvalorizada en la esfera privada, tanto por la familia como por la sociedad. Las razones para ello están profundamente relacionadas con el papel de la mujer, que es fundamentado en la sociedad patriarcal y con una noción de trabajo elaborada por el sistema capitalista. Es importante, y por eso se hace necesario, pensar en formas de valorar el trabajo doméstico no remunerado en la sociedad brasileña, siendo una de ellas la contabilidad de los quehaceres domésticos en el Producto Interno Bruto (PIB), por medio de la construcción de cuentas satélite. Mientras las investigaciones nacionales oficiales continúen adoptando una visión de trabajo capitalista, el trabajo doméstico, y quien lo realiza, principalmente las mujeres, continuarán devaluadas e invisibles en las esferas privada y social.

Palabras Clave: Género; Trabajo Doméstico No Remunerado; Quehaceres Domésticos y Cuidados en el Hogar; Trabajo Reproductivo; Esfera Privada.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Razões do abandono do mercado de trabalho pelas mulheres em alguns países	29
Tabela 1	Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal por homens e mulheres – série histórica 2004/2015	35
Tabela 2	Média de horas semanais gastas em afazeres domésticos por homens e mulheres, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2012/2014	46
Tabela 3	Média de horas semanais gastas em afazeres domésticos por homens e mulheres ocupados, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2012/2014	47
Quadro 2	Procedimentos seguidos para a História Oral Temática	55
Figura 1	Mapeamento dos profissionais do lar	57
Quadro 3	Procedimentos seguidos para a Análise Textual Discursiva	60
Quadro 4	Síntese dos procedimentos metodológicos	62
Quadro 5	Breve história de vida dos profissionais do lar entrevistados	64
Tabela 4	Perfil sociodemográfico dos profissionais do lar entrevistados	69
Tabela 5	Razões do abandono do mercado de trabalho pelos profissionais do lar entrevistados	91
Tabela 6	Perfil sociodemográfico dos filhos dos profissionais do lar entrevistados ..	102

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
	PARTE I: REVISÃO TEÓRICA DA TEMÁTICA	17
2.1	Trabalho, mercado de trabalho e gênero: uma breve retrospectiva histórica	18
2.1.1	Mercado de trabalho e gênero: uma breve retrospectiva no Brasil	24
2.2	Profissão do lar: (in)visibilidade e (des)valorização do trabalho doméstico não remunerado	37
	PARTE II: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	53
3.1	Tipo de pesquisa	54
3.2	Abordagem	54
3.3	Método	55
3.4	Técnica de seleção dos profissionais do lar	56
3.5	Técnica de coleta de dados	58
3.6	Técnica de análise de dados	60
3.7	Síntese dos procedimentos metodológicos	62
	PARTE III: ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	63
4.1	Apresentação dos profissionais do lar: conhecendo brevemente suas histórias de vida	64
4.2	Mercado de trabalho: o reflexo da (in)formalidade e da (in)flexibilidade no cotidiano doméstico e familiar	72
4.3	Profissão do Lar: uma profissão (des)valorizada, (não)reconhecida e (in)visível – até quando?	80
4.4	Filhos: a (im)possibilidade de permanência na esfera privada para realizar os cuidados infantis em tempo integral	101
4.5	Afazeres domésticos: trabalho realizado diariamente, não compartilhado e não remunerado na esfera privada	110
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
	REFERÊNCIAS	131
	APÊNDICE A – ROTEIRO TEMÁTICO PARA AS ENTREVISTAS	142
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	144

1 INTRODUÇÃO

No decorrer da história, o trabalho apresentou diversos significados, ora apreciativos, ora pejorativos. À medida que a humanidade evoluía, distintos contextos sociais e culturais surgiram delimitando os papéis que homens e mulheres deveriam exercer. O principal deles surgiu na Grécia (século V), onde se distinguiu o trabalho doméstico do público, passando o primeiro a ser realizado pelos escravos e pelas mulheres, e o segundo pelos homens livres. Essa noção perdurou até a Revolução Industrial (século XIX), quando houve maior separação da esfera privada da esfera pública e a atribuição de severas diferenças individuais entre elas (ALBORNOZ, 2004; SULLEROT, 1970).

É nesse momento da história que a responsabilidade pelos cuidados do lar, do marido, dos filhos e demais familiares foi determinada pela sociedade como tarefas exclusivamente femininas, atribuindo-as, desta forma, à esfera privada, ao trabalho reprodutivo¹; enquanto o homem é incumbido da ordem familiar e do sustento econômico do lar, sendo reservado a este a esfera pública, ao trabalho produtivo². A sociedade é quem construiu e vem construindo a identidade social da mulher e do homem, quem delimitou e vem delimitando os papéis femininos e masculinos e as esferas em que os sexos podem atuar. Por essa razão, mulheres e homens não ocuparam e não ocupam posições iguais (KERGOAT, 2003; SAFFIOTI, 1987; SULLEROT, 1970).

No Brasil, mais especificamente a partir da década de 1970, os movimentos políticos e sociais questionaram mais fortemente a divisão sexual do trabalho, consolidada desde a industrialização, e permitiram às mulheres a saída da esfera privada para o exercício do trabalho remunerado na esfera pública, modificando a estrutura familiar e os padrões sociais e desencadeando uma releitura na divisão sexual dos papéis desempenhados por ambos os sexos (BRUSCHINI, 1985, 1994). Essa releitura ganhou força com a proclamação da Década da Mulher em 1975 pela Organização das Nações Unidas (REPORT..., 1976) e com o início do movimento feminista no País, quando as mulheres buscaram liberdade e igualdade de tratamento e de direitos entre os sexos.

Apesar dos avanços dos movimentos políticos e sociais femininos e do ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, a sociedade ainda possui uma

¹ Refere-se à realização de atividades de apoio e domésticas na esfera privada (BRUSCHINI; RICOLDI, 2008; KERGOAT, 2003; MELO; CASTILHO, 2009).

² Refere-se à realização de atividades produtivas de bens ou serviços com valor econômico de mercado na esfera pública (BRUSCHINI; RICOLDI, 2008; KERGOAT, 2003; MELO; CASTILHO, 2009).

percepção enraizada acerca da realização do trabalho doméstico, atribuindo-os às mulheres. Prova disso é que do total da população feminina ocupada (40,7 milhões), praticamente 88% delas realizam a dupla jornada de trabalho³, dividindo seu tempo entre o trabalho e a casa. Entre os homens, o indicador mostra-se bastante inferior ao das mulheres, apenas 46% do total da população masculina ocupada (54,7 milhões) (IBGE, 2014a). Isso reflete a evolução e as manifestações sociais que parecem não ter sido suficientes para que as convenções de gênero deixassem de estabelecer papéis e identidades para ambos os sexos.

Ademais, os indicadores estruturais do mercado de trabalho demonstram, de forma quantitativa, que do total da população economicamente ativa (105,2 milhões), cerca de 44,2% são mulheres e 55,8% são homens; e que do total da população não economicamente ativa (51,1 milhões), aproximadamente 69,5% são mulheres e 30,5% são homens (IBGE, 2015). Nota-se que o indicador do total da população não economicamente ativa feminina é superior em 2,27 vezes ao mesmo indicador masculino, revelando a profunda conexão que possui com o trabalho reprodutivo. No entanto, de forma qualitativa, esses dados não são capazes de responder, por exemplo, quais são as razões pelas quais eles e elas não ingressam ou abandonam permanentemente ou temporariamente o mercado de trabalho brasileiro.

A respeito do fenômeno social do abandono de funções remuneradas no mercado de trabalho, diversos estudos nacionais (BEZERRA; VIEIRA, 2013; BIDARTE; FLECK; MELLO, 2018; BRUSCHINI, 1985, 1994; BRUSCHINI et al., 2011; MADALOZZO; MARTINS; SHIRATORI, 2010; MELO; SABBATO, 2011; SAFIOTTI, 1987; SANTOS, 2008; SANTOS; DINIZ, 2011) e internacionais (BATTHYÁNY; GENTA; PERROTTA, 2017; CAETANO DA SILVA, 2013; CALDERÓN; CAMPOS RÍOS, 2013; FUNK; LANG; OSTERHAUS, 2005; HEWLETT; LUCE, 2005; KABEER et al., 2012; SEN, 1998), têm revelado que, geralmente, é a mulher que abandona permanente ou temporariamente o mercado de trabalho pelas mais diversas razões, relacionando-as a fatores individuais, familiares, estruturais, sociais, econômicos, culturais, relações de trabalho, entre outros. Desse modo, ao permanecer exclusivamente no lar, o indivíduo, homem ou mulher, acaba tornando-se o principal responsável pela realização do trabalho reprodutivo na esfera privada, o que denomino neste estudo de “profissional do lar”⁴.

³ É uma expressão que foi denominada pelo movimento feminista durante a década de 1970 no Brasil e refere-se ao exercício de atividades profissionais no mercado de trabalho somada à realização de afazeres domésticos (BRUSCHINI; RICOLDI, 2012; MELO; CASTILHO, 2009).

⁴ Utilizo o termo “profissional do lar” em vez de “dona de casa”, já que esse último possui, na maior parte das vezes, conotações estereotipadas negativas na sociedade brasileira. Com isso, busco desassociar a ideologia patriarcal que conserva a imagem de “dona de casa” como sendo do ideal de mulher, esposa e mãe.

Diante da construção social da identidade da mulher e do homem e da delimitação de papéis femininos e masculinos, assumo a hipótese de que o fenômeno social da transição de sujeitos de funções remuneradas no mercado de trabalho para o exercício da profissão do lar ocorre mais intensamente sobre as mulheres do que sobre os homens. Nessa perspectiva, a adesão ao enclausuramento ao lar pelos sujeitos, especialmente mulheres, não pode ser simplesmente aceita, ser vista como algo natural, sem antes interrogar as condições que causaram tal adesão. Desta forma, limito, inicialmente, este estudo à cidade gaúcha de Santana do Livramento-Brasil, na qual o pesquisador está estabelecido. Entendo ser necessário tecer considerações sobre a tríade composta pelo fenômeno social, profissão do lar e gênero, buscando responder questionamentos como: Quem são os sujeitos que abandonaram funções remuneradas no mercado de trabalho para o exercício da profissão do lar? Quais as principais razões que os levaram a essa atitude? Quais as implicações para as questões de gênero? E para as questões domésticas e familiares? O que fazem no lar? Quais afazeres realizam? Como usam o tempo?

A partir desses questionamentos apresentados anteriormente, elaborei a seguinte questão-problema: **Quem são os sujeitos que abandonaram funções remuneradas no mercado de trabalho para o exercício da profissão do lar, quais as principais razões para tal atitude e quais as implicações para as questões de gênero, domésticas e familiares?** Buscando respondê-la, o seguinte objetivo geral foi elaborado: Investigar quem são os sujeitos que abandonaram funções remuneradas no mercado de trabalho para o exercício da profissão do lar, analisando as principais razões para tal atitude e suas implicações para as questões de gênero, domésticas e familiares. Esse objetivo geral foi complementado pelos seguintes objetivos específicos: **I)** Estudar a tríade composta pelo fenômeno social, profissão do lar e gênero, ampliando as discussões a respeito da temática, em especial na área de conhecimento da Administração; **II)** Analisar a (in)visibilidade do trabalho doméstico não remunerado, o (auto)reconhecimento e a (des)valorização social e familiar desse trabalho percebida pelos profissionais do lar; e **III)** Refletir sobre aspectos de diferenciação e similaridades entre o trabalho feminino e o masculino na esfera privada e seus reflexos sociais.

Considerando a carência de estudos acadêmicos na área de conhecimento da Administração que abordem temas referentes à profissão do lar (BIDARTE; FLECK; MELLO, 2018), ao fenômeno social (BRUSCHINI, 1985) e à problemática do trabalho

doméstico e feminino (BIDARTE et al., 2016)⁵, a presente dissertação justifica-se por: **I)** buscar tecer considerações, para apreciação acadêmica e social, sobre uma temática que é pouco estudada academicamente na área de conhecimento da Administração; **II)** discutir temas referentes à problemática do trabalho doméstico não remunerado e feminino, como (in)visibilidade, (auto)reconhecimento, (des)valorização social e familiar e divisão sexual do trabalho reprodutivo; e **III)** contribuir com discussões a respeito da profissão do lar para que seja reconhecida e valorizada familiar, social e academicamente. Ciente da necessidade de analisar a tríade composta pelo fenômeno social, profissão do lar e gênero, a realização da presente dissertação constitui um esforço de pesquisa acadêmica em estudá-la, especialmente na área de conhecimento da Administração, mostrando-se uma temática importante, atual e relevante para a academia e para a sociedade.

Quanto a sua estrutura, a presente dissertação está organizada em três grandes partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira apresenta a revisão teórica da temática, dividida em duas subseções, na qual teço considerações, em uma perspectiva de gênero, acerca do contexto sócio-histórico em que este estudo está inserido, abordando a questão-problema desde então, ao iniciar pelas subseções que traçam uma breve retrospectiva histórica sobre trabalho, mercado de trabalho e gênero, até chegar na subseção sobre a profissão do lar e os aspectos do trabalho doméstico não remunerado; a segunda apresenta os procedimentos metodológicos, dividida em sete subseções, onde descrevo, de modo aplicado, os passos teóricos e procedimentais percorridos para alcançar os objetivos propostos, apresentando as categorias analíticas e, ao final, a intenção teórico-metodológica assumidas neste estudo; e a terceira apresenta a análise dos dados e a discussão dos resultados, dividida em cinco subseções, em que, apoiado nas categorias analíticas, retomo os objetivos propostos e teço considerações sobre o fenômeno social investigado e expesso a minha compreensão sobre ele, desenvolvendo diálogos interpretativos constantes com a teoria e a empiria.

⁵ Bidarte et al. (2016) realizaram um estudo bibliométrico com os artigos científicos disponibilizados na Plataforma Eletrônica *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL), considerando aqueles que abordavam de alguma forma o tema “mulher/es” em seu desenvolvimento. Os autores constataram, dentre outros resultados, que apenas 9% de todos os artigos científicos publicados no período de 1980-2016 discutem temas referente à problemática do trabalho feminino e doméstico na área de conhecimento da Administração.

PARTE I: REVISÃO TEÓRICA DA TEMÁTICA

Este capítulo da dissertação destina-se à revisão teórica da temática, sendo estruturada em duas subseções, a saber: **2.1) Trabalho, mercado de trabalho e gênero:** uma breve retrospectiva histórica, subdividida em **2.1.1) Mercado de trabalho e gênero:** uma breve retrospectiva no Brasil; e **2.2) Profissão do lar: (in)visibilidade e (des)valorização do trabalho doméstico não remunerado.**

Destaco que com esse capítulo do presente estudo não pretendo realizar uma revisão extensa e exaustiva da temática, que é profunda e ampla na sua abordagem, mas apresentar e discutir elementos relevantes que me auxiliaram na compreensão do fenômeno social investigado, os quais sustentaram as argumentações realizadas na análise dos resultados e discussão (apresentada na terceira parte).

2.1 Trabalho, mercado de trabalho e gênero: uma breve retrospectiva histórica

No decorrer da história, a palavra trabalho apresentou diversos significados. Durante muito tempo, predominou a cultura da caça, da pesca e da colheita de frutos das árvores nas comunidades isoladas. O trabalho apresentou-se, assim, de forma primitiva. Neste primeiro estágio da economia extrativa e isolada, o trabalho era somente um esforço complementar ao trabalho executado pela natureza; o trabalho para essas comunidades servia unicamente para a subsistência (ALBORNOZ, 2004).

No estágio subsequente ao da economia isolada, há a transição da cultura da caça, da pesca e da colheita para a cultura agrária. Nesse momento da história, há a suposição de que as mulheres, membros de povos caçadores primitivos, descobriram ou inventaram a agricultura, já que elas eram as responsáveis pelo plantio de brotos no solo, enquanto os homens caçavam animais. Isso revela indícios de que os povos primitivos faziam uso de uma das primeiras formas da divisão do trabalho, ainda que não ocorresse em todas as culturas (ALBORNOZ, 2004; SULLEROT, 1970).

Neste ponto, Friedrich Engels (1990, escrito originalmente em 1876) apresenta uma análise sobre o trabalho e como ele ganhou posto de centralidade na vida dos indivíduos. Para o autor, trabalho era o uso da força, de forma que o indivíduo desenvolve o aprendizado a partir de seu trabalho. Assim, a noção sobre a origem do trabalho parte da contextualização da necessidade de sobrevivência e da adaptação do indivíduo em diferentes ambientes, como, por exemplo, a fala, desenvolvida a partir da necessidade de comunicação, e a domesticação de animais, alcançada visando facilitar e diminuir o esforço exercido nas lavouras.

Com o desenvolvimento da agricultura e da percepção do plantio como uma fonte de alimentos, os indivíduos multiplicaram-se, bem como a devastação de áreas para o cultivo. Concomitantemente, a noção de produto excedente possivelmente deve ter surgido, já que as sobras de grãos e leite eram trocadas com os vizinhos por outras. É nesse momento da história que o trabalho, do latim *tripalium*, referia-se a “um instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, no qual os agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los” (ALBORNOZ, 2004, p. 10).

Tempos depois, durante o século V, o trabalho sofreu alteração conceitual e recebeu significado opressor, estando associado à perda da liberdade. O instrumento passou a ser comumente utilizado pelos romanos para dominar os animais, obrigar os escravos a aumentar a produção e, principalmente, para torturar indivíduos (BUENO, 1998). Para a civilização

grega, o trabalho passou a ser visto sobre dois vieses: o sublime, considerado o trabalho exercido pelo indivíduo no desenvolvimento de atividades políticas e na gestão da sociedade, no qual não há um produto material visível, sendo o mais importante; e o pejorativo, considerado o trabalho exercido pelo indivíduo que apenas buscava a sua sobrevivência – no qual há um produto material visível (OLIVEIRA; PICCININI, 2011). Nesse momento da história, o trabalho assumiu a noção de infortúnio ou sofrimento.

Ainda, na civilização grega, havia um contexto social e cultural que distinguia o trabalho humano em níveis e separava o trabalho doméstico do público. “O espaço da casa, o *domus*, era onde o chefe, o patriarca, imperava sem lei e sem necessidade de uma ética racional”. O trabalho doméstico, considerado servil e humilhante, repousava sobre os ombros das mulheres e dos escravos, afirmando a posição social secundária deles. Em contrapartida, “o espaço da *polis*, (...) era onde se efetivava a democracia dos iguais, dos cidadãos livres, que decidiam pelo debate os seus negócios: negação do ócio” (ALBORNOZ, 2004, p. 49).

A linha das relações econômicas evoluiu e “do trabalho sobre a terra se origina a riqueza que vai incentivar o desenvolvimento do trabalho artesanal; ao mesmo tempo, se intensifica o comércio, uma vez que há excedentes tanto na agricultura como na criação de animais”, e, posteriormente “da primitiva troca em espécies passa-se ao comércio mediado pela moeda”. Assim, na Idade Média (séculos V-XV), a economia avançava por meio do comércio e das manufaturas, não mais pela venda de excedentes agrícolas. Os indivíduos dedicados ao comércio em centros disseminados pelo mundo, sobretudo na Europa, que auferiam renda por meio das atividades comerciais foram denominados burgueses. Os burgueses mais bem-sucedidos empregavam trabalhadores, como criados domésticos – o que pode ser visto como mercado de trabalho primitivo – e, paulatinamente, uma hierarquia baseada no dinheiro se estabelecia (ALBORNOZ, 2004, p. 19-20; SULLEROT, 1970).

Trabalho como algo pejorativo foi a noção que perdurou na história por muito tempo, até ocorrerem significativas mudanças quanto aos seus valores no decorrer da Reforma Protestante. A partir do século XVI, o trabalho passou “a ser valorado positivamente, não só como meio que permite a obtenção de riquezas, mas também como exercício de vida ascética” (OLIVEIRA; PICCININI, 2011, p. 204). Devido à atribuição de um novo significado à palavra, no século XVIII, o trabalho realizado pelo homem passou a ser glorificado, considerado pela sociedade como forma de riqueza e de progresso, visto que estava no berço da produção material da vida humana (HIRATA; ZARIFIAN, 2003; SULLEROT, 1970).

A aplicação da ciência pela classe burguesa ao aumento da produção material culminou no que se denominou de Revolução Industrial (século XIX), distinguindo a era

moderna do passado (ALBORNOZ, 2004). Durante o período industrial, o trabalho estava atrelado à forma de produção capitalista e na medida em que era reconhecido e valorizado pela sociedade, tornava-se símbolo de liberdade, sendo exercido exclusivamente pelo homem com vistas na transformação da sociedade e da natureza (OLIVEIRA; PICCININI, 2011).

No sistema capitalista, o trabalho, que já era considerado central na vida do indivíduo, passa a ser parte fundamental para sua subsistência. Marx (1987) caracteriza o trabalho como essência do indivíduo, atividade vital, sendo o meio para que ele satisfaça as suas necessidades enquanto viver. O autor reconheceu faces heterogêneas do trabalho, analisou as relações de trabalho concretizadas na sociedade capitalista e fez conhecer sua complexidade e relevância na sociedade e nas vidas dos indivíduos, demonstrando que nas relações de produção, formadoras da sociedade e das relações sociais, o homem atua sobre a natureza e sobre outros homens; e assim também, o homem transforma a si mesmo.

A Revolução Industrial foi a responsável pela passagem da modalidade do capitalismo mercantil para o industrial, pela transição do trabalho para a representação do trabalhador, e pela separação, ainda mais enfática, da esfera privada da esfera pública, atribuindo-lhes severas diferenças individuais (ALBORNOZ, 2004; SULLEROT, 1970), consolidando, assim, a divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2003). A partir de então, essa divisão passou a subestimar as atividades realizadas pelas mulheres na esfera privada, já que tais atividades eram, e ainda são, “consideradas como não-trabalho, porque se confundem ‘produção’ com ‘produção de mercadorias’ e ‘trabalho’ com ‘emprego’”. Por sua vez, “essa percepção embute uma associação linear entre a atividade masculina e a produção mercantil e a feminina e a atividade familiar doméstica” (MELO; CASTILHO, 2009, p. 139).

É nesse momento da história que a responsabilidade pelos cuidados do lar, do marido, dos filhos e demais familiares foi determinada pela sociedade como tarefas exclusivamente femininas, atribuindo-as, desta forma, à esfera privada, enquanto o homem é incumbido da ordem familiar e do sustento econômico do lar, sendo reservado a este a esfera pública. A sociedade é quem construiu e vem construindo a identidade social da mulher e a do homem, quem delimitou e vem delimitando os papéis femininos e masculinos e as esferas em que os sexos podem atuar. Por essa razão, mulheres e homens não ocuparam e não ocupam posições iguais (KERGOAT, 2003; SAFFIOTI, 1987; SULLEROT, 1970).

Inicialmente, a discriminação sofrida pelas mulheres durante o período industrial deu-se em razão de sua menor força física em relação aos homens, pois se argumentava que elas eram incapazes de levantar grandes pesos. Em um segundo momento, o argumento

biológico⁶ passou a ser praticado contra elas, em uma tentativa de fundamentar a ideologia da “inferioridade” feminina (SAFFIOTI, 1987; SULLEROT, 1970). Ambos argumentos são exemplos clássicos contra o trabalho da mulher fora de casa. Em geral, o papel feminino nas sociedades foi assentado na reprodução biológica e no trabalho doméstico, o que acabou definindo o seu lugar na esfera privada; em contrapartida, na esfera pública, o papel do homem estava voltado para o exercício do poder econômico. É notório que no decorrer da história da humanidade a dicotomia entre os papéis feminino e masculino tem apresentado variações (MELO; CONSIDERA; SABBATO, 2007, 2016; HIRATA; ZARIFIAN, 2003).

Com o progresso tecnológico ocasionado pela Revolução Industrial, as mulheres ingressaram massivamente no mercado de trabalho e passaram a trabalhar operando máquinas em fábricas e a serem exploradas sob diversas formas, dentre elas econômica e trabalhista. No entanto, esse ingresso é sob um *status* duplo: de um lado, o tempo do trabalho assalariado é subordinado ao tempo do trabalho doméstico; de outro, a produção do viver é levada por elas para a esfera pública. Ademais, se estabeleceu uma questão delicada sobre o trabalho feminino no período industrial, “não só porque o desenvolvimento da máquina torna irrelevante a diferença da força muscular entre o braço masculino e o feminino”, assim como “o sistema busca a mão-de-obra menos reivindicativa e mais tímida e submissa para manter mais altas as margens de lucro”, mas, sobretudo, “porque o engajamento na indústria afasta as mulheres de casa e da família” (ALBORNOZ, 2004, p. 32). Quanto maior era o engajamento das mulheres nesse período maior era o afastamento de casa e da família. Essa questão não foi vista com bons olhos pelas sociedades burguesas, pois deveriam arcar com as consequências dessa separação e providenciar equipamentos de consumo coletivo, o que parecia não estarem dispostas (ALBORNOZ, 2004; HIRATA; ZARIFIAN, 2003; SULLEROT, 1970).

O trabalho (mal) remunerado exercido pelas mulheres no decorrer do século XIX era considerado apenas como complemento da renda familiar, pois o responsável pelo sustento econômico do lar era o homem. Esse pensamento adotado pelas sociedades durante o período industrial considerava o trabalho da mulher somente como uma “ajuda”, um “bico”, cabendo a ela sujeitar-se a um salário inferior – na maior parte das vezes, a metade do salário –, ainda que no exercício do mesmo trabalho que o homem no mercado de trabalho, o que acabava reforçando a ideologia da “inferioridade” feminina (SAFFIOTI, 1987; SULLEROT, 1970).

Ademais, o sistema capitalista desencadeou mudanças que alteraram a produção e a organização do trabalho feminino. Nesse regime, a discriminação e o desmerecimento das

⁶ As teorias deterministas biológicas foram, posteriormente, questionadas em estudos realizados por várias feministas, como, por exemplo, o de Simone de Beauvoir (1949).

mulheres eram mais acentuados, visto que o papel de mãe era utilizado como uma alegação para impedir o ingresso delas no mercado de trabalho. Ainda, o trabalho assalariado exercido por elas geralmente era temporário devido a razões familiares, como cuidar dos filhos, do marido e das atividades domésticas, por exemplo (SAFFIOTI, 1969; SULLEROT, 1970).

No século seguinte, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho aumentou durante a I Guerra Mundial (1914-18) e intensificou-se com a II Guerra Mundial (1939-45), quando os homens eram escalados para as frentes de batalhas e muitos não retornavam. Com efeito das guerras, as mulheres começaram a assumir a posição desses homens no mercado de trabalho e os negócios familiares. Conjuntamente, movimentos sociais começaram a surgir e colocaram em debate a divisão do trabalho entre homens e mulheres, permitindo que elas, sobretudo das classes média e alta, saíssem do âmbito doméstico para o exercício de uma profissão remunerada no mercado de trabalho (SULLEROT, 1970).

Mundialmente, a participação da mulher no mercado de trabalho elevou-se durante o século XX nas economias ocidentais, especialmente a partir da década de 1950, quando houve alterações demográficas e mudanças nos valores relativos aos seus papéis na sociedade. No Brasil, por exemplo, a participação feminina no mercado de trabalho saltou de 18% na década de 1970 para mais de 50% no início do século XXI, podendo ser explicada por vários fatores econômicos, sociais, demográficos, educacionais, culturais e políticos (que serão melhor discutidos na sequência desta subseção). Isso permitiu que as mulheres disputassem com os homens oportunidades por reconhecimento profissional e por cargos no mercado de trabalho. Desta forma, ao assumir a função de profissional, a mulher não somente alterou a esfera pública, mas fecundou o desenvolvimento de novos papéis sociais femininos (BRUSCHINI, 1995, 1998; MADALOZZO; MARTINS; SHIRATORI, 2010).

Cabe mencionar que o conceito de trabalho foi questionado durante a década de 1970, com o desenvolvimento de pesquisas que incluíam a dimensão do sexo nas análises do trabalho. O conceito de trabalho passa a ser desconstruído e reconstruído baseado na problemática da divisão sexual do trabalho, ao ser incluído o sexo social e a dimensão do trabalho doméstico por pesquisadoras do Grupo de Estudos da Divisão Internacional Social e Sexual do Trabalho. Assim, na reconceituação do trabalho foram consideradas como categorias indissociáveis: produção e reprodução, trabalho doméstico e trabalho profissional, sexo social e classe social, assalariamento e família (HIRATA; ZARIFIAN, 2003).

No decorrer da década de 1980, homens e, principalmente, mulheres tiveram suas condições de trabalho deterioradas em razão do agravamento dos níveis de desemprego nos setores industriais e públicos e da redução dos salários mínimos nacionais. O aumento da

pobreza fez com que um número maior de mulheres ingressasse no mercado de trabalho, ocupando empregos de baixa qualidade e remuneração no setor informal ou em fábricas de exportação. Isso se deu devido “(...) *the states were arguably incentivized to continually lower minimum wages and eliminate fair labor practices in order to increase their attractiveness to multinational corporations searching a global market for the cheapest, most docile labor forces (...)*”⁷. Como resultado, a força de trabalho das mulheres tornou-se barata, reforçando o baixo *status* cultural das mulheres em diversos países em desenvolvimento e as limitando frente às possibilidades de empregos nas organizações, com melhores salários ou condições de trabalho mais justas. Não obstante, o tempo gasto com o trabalho doméstico aumentou para as mulheres que ingressaram no mercado de trabalho formal ou informal, o que mais tarde veio a ser caracterizado pelos estudiosos feministas como “dupla jornada de trabalho” (VITERNA; ROBERTSON, 2015, p. 250).

A questão de gênero prosperou mundialmente entre os sociólogos e estudiosos feministas durante a década de 1990, basicamente por três razões: I) às mulheres contribuírem cada vez mais para a renda familiar; II) à feminização da pobreza; e III) ao aumento no número de famílias chefiadas por mulheres. Devido à essa crescente atenção por parte dos sociólogos e estudiosos feministas, as mulheres tornaram-se favorecidas de inúmeros projetos de desenvolvimento durante a referida década (VITERNA; ROBERTSON, 2015).

Com essa breve retrospectiva histórica sobre trabalho, mercado de trabalho e gênero, afirmo que “é uma ilusão imaginar que o trabalho das mulheres seja uma novidade histórica”, pois “as mulheres sempre trabalharam” (ALBORNOZ, 2004, p. 31), seja nos cuidados dos filhos, marido, familiares, seja na agricultura, no artesanato, na indústria. Pensar ao contrário é contribuir para que a mulher continue sendo uma categoria social discriminada historicamente, pois, ainda que a mulher faça história, essa última nada ou pouco registra da manifestação feminina no processo de mudanças históricas, como afirmou Saffioti (1987). Do mesmo modo, é fundamental trazer à tona o questionamento de Scott (1995, p. 93): “Por que (e desde quando) as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos, ainda que saibamos que elas participaram de grandes e pequenos eventos da história humana?”. Essa questão histórica é um dos pontos que será abordado na subseção a seguir, que apresentará uma breve retrospectiva do mercado de trabalho e gênero no Brasil.

⁷ Tradução: Os estados foram, sem dúvida, incentivados a terem salários mínimos mais baixos e a eliminarem práticas trabalhistas justas, a fim de aumentarem suas atratividades para as empresas multinacionais que buscavam um mercado global mais barato, com forças de trabalho mais dóceis.

2.1.1 Mercado de trabalho e gênero: uma breve retrospectiva no Brasil

Até a década de 1950, a configuração do Brasil era de um país rural. As condições para ser um país urbano, moderno, estavam relacionadas ao desenvolvimento industrial, ao crescimento econômico, à oferta de postos de trabalho, à ampliação dos serviços de saúde, habitação, educação, entre outros. A partir de então, com a intensificação do processo de industrialização e a aceleração da urbanização do País, milhares de brasileiros e de brasileiras migraram do interior de vários estados para as grandes capitais buscando melhores oportunidades. Nesse ínterim, amplia-se o processo de inserção de um grande número de mulheres no mercado de trabalho exercendo atividades remuneradas. O mesmo foi observado durante os anos 1970, período de expansão da economia brasileira, que refletiu em aumento significativo das taxas de crescimento econômico e dos níveis de emprego, principalmente de novos trabalhadores do sexo feminino (BRUSCHINI, 1994; IBGE, 2005).

A partir da década de 1970, o trabalho feminino remunerado ganhou força devido ao aumento da escolaridade e do acesso à informação e às universidades; e na década seguinte, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho deu-se por meio de empregos que demandavam habilidades sociais e intelectuais, não mais enfaticamente físicas (BRUSCHINI, 1994, 1996; BRUSCHINI et al., 2011). Desta forma, os papéis feminino e masculino começaram a ser mais fortemente questionados pelas mulheres, permitindo a elas novas oportunidades e possibilidades de trabalho (MELO; CONSIDERA; SABBATO, 2007, 2016).

Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou a Década da Mulher⁸, iniciando no Brasil o movimento feminista, considerado um dos movimentos políticos e sociais mundiais mais bem-sucedidos do século XX (BRUSCHINI, 1985). Após, pesquisas envolvendo as mulheres começaram a ser desenvolvidas mundialmente em diversas áreas de conhecimento. No Brasil, não somente as mulheres tornaram-se alvo de estudo na academia, mas também alguns temas referentes à problemática do trabalho doméstico e feminino começaram a ser discutidos, como (in)visibilidade e (des)valorização do trabalho doméstico, (des)valorização social e familiar do indivíduo e divisão sexual do trabalho reprodutivo (BRUSCHINI, 1985, 1998, 2006; SAFFIOTI, 1969, 1987).

⁸ A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas anunciou o ano de 1975 como o Ano Internacional das Mulheres e organizou na Cidade do México a I Conferência Mundial sobre as Mulheres, tratando de temas como: mulher no desenvolvimento, igualdade entre os sexos e promoção da paz mundial. Cabe ressaltar que a Década da Mulher (1976-1985) foi declarada no ímpeto da Conferência (REPORT..., 1976). Essas ações deram-se devido à crescente força do movimento feminista internacional, sobretudo na década de 1970.

O pensamento/movimento feminista realiza uma crítica à divisão entre as esferas pública e privada, exige o reconhecimento das diferenças, propõe uma nova articulação entre as esferas pública, privada e social, e busca a igualdade de tratamento e de direitos entre homens e mulheres (HAMPE, 2016). Este é o diferencial do movimento feminista em relação aos outros movimentos. As mulheres, ao emergirem da esfera privada para requererem oportunidades e possibilidades de trabalho na esfera pública, acabam se tornando visíveis na esfera social (OLIVEIRA; GAIO; BONACIM, 2009).

Para Sorj (2005, p. 1), o feminismo difere-se dos demais movimentos políticos, como o comunismo, o fascismo e o nacionalismo, tendo em vista que

(...) promoveu uma formidável mudança de comportamentos orientada para a promoção de mais liberdade e igualdade entre os sexos, sem aspirar à tomada do poder, sem utilizar a força e sem derramar uma gota de sangue. As mudanças ocorreram no campo do convencimento e da persuasão, pela condução de campanhas e manifestações, pela divulgação de idéias na mídia e pela mudança das leis. O feminismo, além do mais, constitui-se como movimento plural, sem dono nem estruturas de controle centralizadas, sem excomungados, renegados ou dissidentes.

Contudo, para Hampe (2016, p. 18), o feminismo, durante os anos 1970, converteu-se em uma totalização excludente das mulheres homossexuais, negras, pobres e de muitas outras, haja vista que o termo “mulher”, utilizado nos discursos feministas, frequentemente fazia menção à luta das mulheres brancas, burguesas e heterossexuais. Importantes correntes do pensamento feminista surgiram durante o século XX, consolidando o feminismo como um pensamento crítico antinaturalista, isto é, mostrando “que as relações sociais não são reflexo da natureza, mas produtos da ação de mulheres e homens que fazem (sob condições desiguais) sua própria história”.

Simultaneamente às transformações educacionais e culturais e ao movimento feminista, a partir da década de 1970, houve um expressivo crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, considerado por Bruschini (1994) como uma das transformações sociais mais marcantes ocorridas no Brasil. As mulheres pertencentes às classes média e baixa começaram a pensar mais em suas carreiras e em seus trabalhos e menos no trabalho doméstico, representando o início de um pensamento contrário ao de suas gerações anteriores (BRUSCHINI, 1994; OLIVEIRA; GAIO; BONACIM, 2009). Com efeito, a participação feminina no mercado de trabalho saltou de 18% na década de 1970 para mais de 50% no início do século XXI (MADALOZZO; MARTINS; SHIRATORI, 2010).

Na década seguinte, os grupos feministas estavam presentes nos principais centros urbanos do País, atuando na rearticulação das relações de poder e na reorganização da sociedade brasileira (OLIVEIRA; GAIO; BONACIM, 2009). A presença das mulheres na esfera pública não retrocedeu durante as crises econômicas brasileiras, pelo contrário, mostrou-se cada vez mais diversificada e intensa – em partes devido à forte presença das mulheres nos espaços públicos e ao impacto dos movimentos feministas – como, por exemplo, o ingresso das mulheres mais velhas e casadas, as quais se mostraram dispostas a exercer atividades econômicas no mercado de trabalho (BRUSCHINI, 1994).

A profunda crise econômica que assolou o País durante a década de 1980 deteriorou a qualidade de vida dos trabalhadores e provocou elevação da taxa de desemprego. Nesse período, os rendimentos mensais dos trabalhadores sofreram redução, principalmente os das mulheres, as quais foram as mais intensamente afetadas ao receberem salários inferiores aos dos homens, ainda que no exercício do mesmo trabalho; e ainda permanecia a noção na sociedade de que o trabalho remunerado exercido pelas mulheres era considerado apenas como um complemento da renda familiar (BRUSCHINI, 1985, 1994).

Devido à forte recessão econômica, a população economicamente ativa deslocou-se dos setores primário e secundário para o setor terciário da economia. A expansão desse último setor – de 46% para 54,5% – marcou o comportamento do mercado de trabalho do Brasil nos anos 1980. Dentro do setor terciário, o ajuste do mercado de trabalho ficou por conta do aumento das atividades de atuação direta e indireta do setor público, já que era o responsável por uma parcela significativa do total de empregos gerados no País (BRUSCHINI, 1994).

O movimento das mulheres e feministas na luta por direitos mostrou-se tão intenso durante a primeira metade da década de 1980 que no ano de 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, vinculado inicialmente ao Ministério da Justiça.⁹ Ainda, no referido ano, o movimento ficou conhecido nacional e internacionalmente como o “*Lobby do Batom*”. Rapidamente, o *Lobby do Batom* espalhou-se por todo o País em conjunto com as intensas mobilizações de mulheres e feministas, que reivindicavam a inclusão de um número maior de direitos na nova Constituição (OLIVEIRA; GAIO; BONACIM, 2009). No cenário político, a função do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi de fomentar a luta por

⁹ O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher deixou de ser um órgão vinculado ao Ministério da Justiça, com autonomia financeira e administrativa, após a Lei n. 8.028, de 12 de abril de 1990, que revogou o artigo 2º da Lei n. 7.353, de 29 de agosto de 1985. O Conselho iniciou a articulação e a promoção de debates e campanhas sobre os direitos das mulheres, a igualdade entre homens e mulheres, a discriminação contra a mulher, entre outros, bem como passou a assegurar a participação das mulheres nas atividades culturais, econômicas e políticas em âmbito nacional.

direitos durante o desenvolvimento de redemocratização política e permitiu que um novo espaço de debate fosse aberto pelas mulheres na sociedade civil.

Mulheres brasileiras redigiram, no dia 26 de agosto de 1986, um documento intitulado “Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes”, que foi entregue pela presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher no Congresso Nacional, em março de 1987, durante a elaboração da nova Constituição. No documento, elas exigiam uma vida civil não autoritária e um sistema político igualitário e reivindicavam aspirações na esfera da família, do trabalho, da educação e da cultura. Questões nacionais e internacionais e de violência contra a mulher também foram requeridas (CARTA..., 1986). Assim, a bancada feminina conquistou direitos que foram assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Cabe a ressalva de que, neste ponto da história brasileira, as mulheres travaram uma luta para pôr em prática um preceito anteriormente sancionado na Constituição. De fato, todos os indivíduos são iguais perante a lei, desde a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891 (§ 2º, Art. 72). Após, com a Constituição de 1934, esta igualdade legal foi melhor especificada (1, Art. 113). A vigente Constituição da República Federativa do Brasil sinaliza que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Art. 5), e enfatiza que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (I, Art. 5).

Na década de 1990, organizações não-governamentais feministas cresceram rapidamente no País, assim como a presença feminina em fóruns de discussão nacionais e internacionais, revelando a dispersão e a institucionalização dos movimentos feministas (OLIVEIRA; GAIO; BONACIM, 2009). Ainda, a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro manteve-se em ascensão desde a década passada e atingiu 23 milhões de trabalhadoras no início dos anos 1990, enquanto que a participação masculina se manteve estável. Esse aumento deu-se, sobretudo, nas grandes regiões urbanas (BRUSCHINI, 1994).

A maior participação feminina no mercado de trabalho brasileiro durante a década de 1990 deu-se, também, devido a novos métodos contraceptivos, os quais favoreceram mudanças demográficas e, conseqüentemente, reduziram o tamanho das famílias. A taxa de fecundidade total do País para o decênio 1990/2000 passou de 2,89 filhos por mulher para 2,38 filhos por mulher, respectivamente – uma queda de 21,4% no indicador (IBGE, 2000). Atualmente, a taxa de fecundidade total mostra-se ainda menor: de 2,38 filhos por mulher

para 1,74 filho por mulher, entre 2000/2014. É importante enfatizar também a relevância das políticas públicas de saúde e educação que atuam diminuindo o indicador (IBGE, 2015).

A queda da taxa de fecundidade total possibilitou a “liberação” da mulher para o mercado de trabalho, principalmente para as mulheres casadas e para as residentes nas grandes cidades e nas regiões mais desenvolvidas do Brasil. Apesar da diminuição da referida taxa, a presença, o número e a idade dos filhos constituem fatores que ainda imperam sobre a mulher, dificultando o seu ingresso no mercado de trabalho (BRUSCHINI, 1985, 1994, 1995, 1998, 2007; BRUSCHINI et al., 2011; IBGE, 2012; SOARES, 2016).

As transformações econômicas deram-se, sobretudo, pela necessidade de a mulher contribuir para a renda familiar mensal devido à deterioração dos salários reais e ao aumento no nível de consumo, em especial a partir dos anos 1970. Trabalhar na esfera pública com vistas a ajudar no orçamento familiar mensal possibilitou às mulheres diversificarem e ampliarem as suas cestas de consumo e a expressar, de formas distintas, a definição de trabalho em cada estrato social (BRUSCHINI, 1994; CAMARANO; KANSO, 2010).

Em 2009, o percentual de mulheres cônjuges que contribuía para a renda familiar mensal chegou a quase 66%, contra 39% observado em 1992 (CAMARANO; KANSO, 2010). O ingresso das mulheres no mercado de trabalho, principalmente as casadas e com filhos dependentes, sugeriu uma nova configuração familiar, visto que as famílias passaram a ser mantidas por ambos os cônjuges (IBGE, 2014a). Entretanto, o crescente aumento da participação feminina no mercado de trabalho não necessariamente significa abandonar a realização de afazeres domésticos (SOARES; SABÓIA, 2007), sendo uma realidade para a maioria das mulheres brasileiras. A proporção de mulheres brasileiras ocupadas de 16 anos ou mais de idade que realizava a dupla jornada de trabalho em 2004 era de 91,3%; para os homens ocupados, a proporção era de apenas 46,3% (IBGE, 2006). Passada uma década, a proporção de mulheres realizando a dupla jornada de trabalho diminuiu para 88%, enquanto entre os homens a proporção praticamente se manteve (IBGE, 2015).

Outra realidade enfrentada mundialmente pelos homens e pelas mulheres diz respeito ao abandono do mercado de trabalho. Quanto a isso, a literatura nacional e internacional tem apresentado estudos mostrando que, geralmente, são as mulheres que abandonam o mercado de trabalho pelas mais diversas razões – e muitas vezes por razões bem distintas às dos homens. Algumas dessas razões são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Razões do abandono do mercado de trabalho pelas mulheres em alguns países

	<p>Angola</p> <p>Razões: casamento, filhos, marido, afazeres domésticos, familiares doentes e idosos, discriminação no ambiente de trabalho.</p> <p>Autora: Caetano da Silva (2013).</p>
	<p>Brasil</p> <p>Razões: casamento, filhos, marido, estado conjugal, idade, escolaridade, afazeres domésticos, familiares doentes e idosos, mudança de cidade, desigualdades salariais e condições e relações de trabalho.</p> <p>Autores/as: Bezerra e Vieira (2013); Bidarte, Fleck e Mello (2018); Bruschini (1985, 1994, 1995); Bruschini et al. (2011); Madalozzo, Martins e Shiratori (2010); Melo e Sabbato (2011); Saffioti (1987); Santos (2008) e Santos e Diniz (2011).</p>
	<p>Estados Unidos</p> <p>Razões: casamento, filhos, afazeres domésticos, familiares doentes e idosos e questões pessoais de saúde.</p> <p>Autoras: Hewlett e Luce (2005).</p>
	<p>Índia</p> <p>Razões: ameaças de violência ou violência real por parte do marido.</p> <p>Autores: Kabeer et al. (2012) e Sen (1998).</p>
	<p>México</p> <p>Razões: casamento, filhos, afazeres domésticos e ameaças e censuras por parte do marido.</p> <p>Autores: Calderón e Campos Ríos (2013) e Funk, Lang e Osterhaus (2005).</p>
	<p>Paquistão</p> <p>Razões: casamento, filhos, marido, afazeres domésticos, violência doméstica e restrições patriarcais (de mobilidade feminina na esfera pública e de interações sociais fora do grupo familiar).</p> <p>Autores: Kabeer et al. (2012).</p>
	<p>Uruguai</p> <p>Razões: filhos, afazeres domésticos, familiares doentes e idosos e cuidados às pessoas dependentes (deficiente físico ou mental).</p> <p>Autores: Batthyány, Genta e Perrotta (2017).</p>

Fonte: Elaborado pelo autor

As pesquisas no Quadro 1 permitem demonstrar que, ainda que existam diferenças sociais, culturais, econômicas, históricas entre os países citados, há razões comuns pelas quais as mulheres abandonam o mercado de trabalho. Como exemplo dessas razões, pode se citar, casamento, filhos, marido e afazeres domésticos. É notável que por trás disso está a construção social da identidade da mulher e a delimitação de papéis femininos.

A literatura nacional brasileira tem apontado que são, principalmente, as mulheres os indivíduos que abandonam o mercado de trabalho em razão do casamento, filhos, marido, estado conjugal, idade, escolaridade, afazeres domésticos, familiares doentes e idosos, mudança de cidade, desigualdades salariais e condições e relações de trabalho (BEZERRA; VIEIRA, 2013; BIDARTE; FLECK; MELLO, 2018; BRUSCHINI, 1985, 1994, 1995; BRUSCHINI et al., 2011; MADALOZZO; MARTINS; SHIRATORI, 2010; MELO; SABBATO, 2011; SAFIOTTI, 1987; SANTOS, 2008; SANTOS; DINIZ, 2011). Há mulheres, por exemplo, que optam por realizar as atividades domésticas e os cuidados com a família em detrimento da sua vida profissional, o que acaba ainda sendo visto como seu dever e direito pela sociedade (MELO; SABBATO, 2011; SANTOS, 2008).

Considerando o supracitado, Hampe (2016, p. 23) coloca em perspectiva que “a norma, as práticas e discursos sociais dificultam que a mulher possa ser autônoma na condução de sua vida, em suas escolhas e posições de sujeito”. Neste sentido, a autora convida a pensar que a opressão contribui para produzir os agentes sociais, sendo que essa “produz, em particular, a adesão à ordem social, vista como natural, como inevitável, como justa, como única possibilidade existencial” e a refletir que:

Se uma mulher é capaz de expressar e desejar sua adesão ao enclausuramento ao lar, à posição subalterna na família, (...), não se pode simplesmente aceitar que é a manifestação de uma vontade autônoma. Sem negar a ela a condição de sujeito, é necessário interrogar as condições – os constrangimentos, os incentivos, a regulação, os reiterados discursos – que geraram tal adesão, que produziram tais “preferências”.

Do conjunto de pesquisas apresentadas no Quadro 1 sobre o Brasil, o estudo de Cristina Bruschini¹⁰ ganha destaque. Bruschini (1985) apontou que fatores individuais (como, idade, estado civil e escolaridade), familiares (como, posição na família e presença, número e idade dos filhos) e estruturais (como, setores de atividade da economia), desigualdades salariais e condições de trabalho (como, posição na ocupação, carteira de trabalho e contribuição à Previdência Social) atuam no processo decisório dos indivíduos de ingressar, permanecer ou abandonar o mercado de trabalho, principalmente por parte das mulheres. Esses fatores serão abordados ao longo desta subseção.

¹⁰ Maria Cristina Aranha Bruschini foi pesquisadora sênior da Fundação Carlos Chaga (FCC), localizada em São Paulo/Brasil, de 1978 a 2012, ano de seu falecimento. Em 1985 escreveu a obra intitulada “Mulher e trabalho: uma avaliação da Década da Mulher”, editada pela Nobel e pelo Conselho Estadual da Condição Feminina, diagnosticando a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro na década de 1980 e os fatores que imperavam sobre a presença das mulheres na força de trabalho, contribuindo para a consolidação do debate “mulher e trabalho” no País. A autora realizou diversas contribuições para o campo dos estudos feministas e de gênero, sendo suas obras referência na área das Ciências Sociais.

A idade é considerada um fator individual que determina o ingresso e o egresso dos indivíduos, sobretudo das mulheres, no/do mercado de trabalho. A curva da população economicamente ativa masculina por idade apresenta declínio quando o aumento da idade insinua a chegada da aposentadoria; em contrapartida, a curva da população economicamente ativa feminina por idade declina após os 25 anos, insinuando possíveis reflexos do casamento e da maternidade (BRUSCHINI, 1985, 1995, 1998; IBGE, 2014a; 2016).

Outro fator que aparece como causa é o estado civil, que, às vezes, prejudica a participação feminina no mercado de trabalho. Durante a década de 1980, as taxas de atividades mostraram-se maiores para as mulheres separadas, por serem chefes de família e responsáveis pelo sustento econômico familiar; seguida das taxas das mulheres solteiras, em razão de serem mais jovens; e por último das taxas das mulheres casadas, devido à realização de afazeres domésticos e atividades familiares e pela discriminação sofrida no mercado de trabalho. De modo geral, no caso da mulher, a situação conjugal atuava determinando a sua participação no mercado de trabalho (BRUSCHINI, 1985).

As estatísticas oficiais nacionais publicadas em 2012 mostram que a proporção de mulheres como “chefes de família” chegou a 38%, dez pontos a mais do que o observado em 2002, evidenciando um aumento considerável para esse tipo de arranjo familiar no período. A participação feminina no mercado de trabalho tem se apresentado cada vez maior, ainda que inferior à masculina, porém, atualmente, o estado conjugal e a posição familiar da mulher parecem não alterar a sua entrada no mercado de trabalho brasileiro (IBGE, 2013).

Em relação à escolaridade, quanto maior o grau de instrução da mulher mais elevada será a sua taxa de atividade no mercado de trabalho. De acordo com Bruschini (1985), há uma probabilidade de que a mulher com um nível de escolaridade maior possua um menor número de filhos, permitindo-a participar da população economicamente ativa de forma mais intensa, porém, isso não quer dizer que essa população seja afetada significativamente. Teoricamente, o maior nível de escolaridade corresponde a condições sociais e econômicas maiores, assim, a mulher com um nível de instrução maior pode dispor de melhores condições financeiras para assumir as despesas estruturais mensais de apoio, como empregada doméstica, escola maternal, creche, possibilitando seu ingresso no mercado de trabalho.

Apesar da redução na taxa de fecundidade, a maternidade é um dos fatores que determina a posição secundária ocupada pelas mulheres no mercado de trabalho formal e informal e o que mais afeta o trabalho feminino, principalmente quando há presença de filhos pequenos e ausência de equipamentos de consumo coletivo, como creches, pré-escolas e escolas em tempo integral (BRUSCHINI, 1985, 1994, 1998, 2007; BRUSCHINI et al., 2011;

SAFFIOTI, 1987; SANTOS, 2008; SOARES, 2016). Para Bruschini (1985, p. 29), a presença de filhos atua determinando o ingresso da mulher no mercado de trabalho de maneira distinta na zona urbana ou na rural, sendo que:

Na zona urbana, a presença de um filho parece ser um elemento muito mais constrangedor para a participação econômica da mulher, pelo tipo de atividade econômica aí predominante, pouco favorável à conciliação de papéis. (...) Na zona rural, o efeito da presença de um ou mais filhos não constitui uma limitação ao trabalho da mulher, que mantém sempre taxas semelhantes. O maior número de filhos, mais do que um constrangimento, pode favorecer o trabalho feminino, na medida em que são as próprias crianças que se encarregam dos cuidados com a casa e os irmãos pequenos.

Observo que a situação da atividade econômica feminina no mercado de trabalho se dá em função da articulação entre a esfera reprodutiva e a produtiva. A presença de filhos atua determinando mais o ingresso das mulheres residentes nas zonas urbanas do que o das residentes nas zonas rurais (BRUSCHINI, 1985). As mulheres residentes nas zonas rurais, além de ocuparem-se com os cuidados da casa e dos filhos, trabalham no plantio e na colheita das lavouras e procuram complementar a renda familiar realizando atividades artesanais. Seus trabalhos (mal) remunerados, no entanto, ocupam papel secundário. Isto ocorre devido à persistente valorização social do homem como provedor do lar e pela permanência da estrutura e da mentalidade da civilização agrária patriarcal (PAULILO, 1987).

Nas famílias pobres ou nas chefiadas por mulheres, a necessidade de obter rendimentos mostra-se urgente e acaba impedindo o exercício da maternidade em tempo integral, recaindo aos parentes, principalmente filhos maiores, se existirem, ou aos vizinhos, os cuidados com as crianças durante o período em que as mães estiverem trabalhando. Um maior número de filhos não necessariamente impossibilita a mulher de exercer atividades econômicas no mercado de trabalho, já que os filhos mais velhos, por exemplo, podem substituí-la nas tarefas maternas e domésticas ou ainda os filhos com 15 anos ou mais podem substituir as mães no exercício do trabalho produtivo e/ou na complementação da renda familiar. De modo diferente, as mães de classes mais abastadas, teoricamente, possuem rendimentos para remunerar outrem pelos cuidados infantis e ainda podem optar entre trabalhar, cuidar dos filhos ou realizar ambas as atividades. De forma geral, a possibilidade de a mulher ingressar no mercado de trabalho varia em função da idade dos filhos (BRUSCHINI, 1985, 1994, 1995, 1998, 2007; SOARES, 2016).

O supracitado revela que tanto o trabalho remunerado quanto a vida doméstica possuem distintos significados para as mulheres nas mais diferentes classes sociais (SANTOS, 2008). De acordo com Bruschini (1985), a motivação em realizar uma atividade

profissional por parte de uma mulher de baixa-renda é proveniente da necessidade básica de sobrevivência e pelo sustento de sua família; em relação àquelas que não possuem instrução escolar, as únicas oportunidades de empregos que lhes são oferecidas são de doméstica, babá e diarista, atividades que refletem as suas habilidades na condição de donas-de-casa.

Segundo Saffioti (1987), a tarefa de socialização dos filhos é tradicionalmente feminina, havendo um abismo de diferenças entre as famílias pobres e as ricas em relação à responsabilidade pela execução da mesma tarefa. A sociedade dá “permissão” à mulher delegar a tarefa de socialização dos filhos a outro membro da família ou ainda a outra pessoa desde que assalariada, porém

(...) esta “permissão” só se legitima verdadeiramente quando a mulher precisa ganhar seu próprio sustento e o dos filhos ou ainda complementar o salário do marido. Apenas nas classes dominantes a delegação desta tarefa de socialização dos filhos não necessita de legitimação da *necessidade de trabalhar*. Este tipo de mulher pode desfrutar de vida ociosa, pelo menos no que tange ao trabalho manual que a educação dos filhos exige. Contudo, esta mulher não está isenta de orientar seus rebentos, assim como de supervisionar o trabalho de serviços contratados, em geral também mulheres, para o desempenho desta função (SAFFIOTI, 1987, p. 8, destaque da autora).

Para muitas mulheres brasileiras, a maternidade continua sendo um motivo determinante para que abandonem o mercado de trabalho e/ou permaneçam na esfera privada, e a razão está na culpa que sentem ao renunciarem à criação de seus filhos. A maternidade ocupa lugar de destaque nas responsabilidades femininas, cabendo às mulheres mães conciliarem constantemente papéis profissionais e familiares (BRUSCHINI, 1985, 1995, 1998; SAFFIOTI, 1987; ROCHA-COUTINHO, 2004; SANTOS; DINIZ, 2011).

Outro aspecto a considerar se refere à pressão social e cultural sobre as mulheres que não possuem filhos, como apontado por Albornoz (1969) e Hampe (2016). Foucault (1988, escrito originalmente em 1976) sinaliza para a biopolítica, que considera uma forma do poder governar a vida, utilizada por instituições diversas, como a família, por exemplo. A biopolítica atua gerenciando a vida dos indivíduos, e no caso das mulheres, regulando seus corpos. Neste sentido, Hampe (2016, p. 24) comenta que “é quase inescapável fugir do entendimento da maternidade como destino de toda mulher” e que “a biopolítica sobre o corpo da mulher com (...) a invenção do instinto materno como governo da mulher” é uma questão que põe “em xeque a possibilidade de ela decidir sobre sua própria vida”.

No cenário contemporâneo, a participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro de 1999 a 2009 aumentou no trabalho formal, passando de 41,5% para 48,8%, e diminuiu no trabalho informal, de 58,5% para 51,2%; o mesmo ocorreu quanto à participação

dos homens no trabalho formal (de 45,9% para 53,2%) e informal (de 54,1% para 46,8%). O aumento da participação do trabalho formal no mercado de trabalho brasileiro tanto para elas quanto para eles deu-se em razão do crescimento econômico observado no período de 1999 a 2009 (IBGE, 2010). No entanto, é perceptível que a proporção de homens em trabalhos formais é maior do que a de mulheres, apesar de o cenário indicar um potencial de mudança.

Os indicadores de participação econômica no Brasil, entre os anos de 2002 e 2009, mostram que a população economicamente ativa feminina aumentou de 36,5 milhões para 44,4 milhões, a taxa de atividade passou de 50,3% para 52,7% e a porcentagem de mulheres trabalhadoras cresceu de 42,5% para 43,9%. Em contrapartida, a população economicamente ativa masculina aumentou de 49,5 milhões para 56,7 milhões, porém a taxa de atividade diminuiu (de 73,2% para 72,3%), assim como a porcentagem de homens no conjunto de trabalhadores (de 57,6 milhões para 56,1 milhões). Essa diminuição no número de empregos masculinos é uma consequência da reestruturação produtiva, já que no cenário contemporâneo a grande discussão é a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres (BRUSCHINI et al., 2011). O aumento na quantidade de empregos ofertados pelo setor terciário beneficiou principalmente as mulheres, visto que os homens se mostraram indispostos a disputar tais vagas. Com isso, elas foram as mais privilegiadas com a reestruturação produtiva. Cenário bem diferente do ocorrido no País durante os anos 1980 (BRUSCHINI, 1994).

Os indicadores estruturais do mercado de trabalho de 2014 apontam que a população economicamente ativa total do Brasil é de 105,2 milhões, sendo 58,7 milhões de homens e 46,4 milhões de mulheres. A população não economicamente ativa, por sua vez, é de 50,5 milhões, sendo 15,4 milhões de homens e 35,1 milhões de mulheres. A população economicamente ativa total feminina é menor que a masculina, sendo que a população não economicamente ativa feminina é superior em 2,27 vezes a masculina. Uma das explicações para isso é o grupo populacional formado pelas mulheres jovens, as quais encontram maior dificuldade de ingresso no mercado de trabalho brasileiro, sobretudo num contexto de crise econômica (IBGE, 2015).

Apesar do crescimento da participação feminina no mercado do trabalho brasileiro, os homens ainda recebem salários maiores que as mulheres, mesmo possuindo menor escolaridade. Dados mostram que a média de anos de estudo das mulheres ocupadas passou de 8,4 em 2004 para 9,2 em 2011, e a dos homens ocupados de 7,4 para 7,9 no mesmo período (IBGE, 2005, 2012). As mulheres ocupadas chegam a receber quase 75% do rendimento médio dos homens ocupados no mercado de trabalho formal; já no mercado de trabalho informal, o rendimento médio das mulheres é ainda menor, apenas 63,2% do dos

homens (IBGE, 2010). Esses mesmos percentuais de rendimentos foram observados no ano de 2013 (IBGE, 2014a), reforçando as desigualdades salariais entre homens e mulheres, seja no mercado de trabalho formal ou informal e o fato de que as relações sociais ainda continuam sendo marcadas por relações de gênero (IBGE, 2014a; SOARES; SABÓIA, 2007).

A disparidade no rendimento está associada, no que diz respeito às análises estatísticas, com a maior qualificação dos indivíduos no mercado de trabalho formal e com a média de horas trabalhadas. Historicamente, a média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal tem-se mostrado maior para os homens do que para as mulheres, como pode ser observado na Tabela 1, visto que, em 2015, por exemplo, eles trabalharam, em média, 40,8 horas e elas, apenas, 34,9 horas – uma diferença de 5,9 horas semanais (IBGE, 2016). Isso mostra que, embora integradas no mercado de trabalho brasileiro, as mulheres não são aceitas como iguais.

Tabela 1 – Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal por homens e mulheres – série histórica 2004/2015

Ano	Total	
	Homens	Mulheres
2004	44,0	35,5
2005	43,6	35,0
2006	43,4	35,1
2007	43,3	35,3
2008	43,0	35,5
2009	42,9	35,6
2010	42,7	35,9
2011	42,5	36,2
2012	42,2	36,1
2013	41,9	35,8
2014	41,6	35,5
2015	40,8	34,9
Média Histórica	42,6	35,5

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com os dados do IBGE (2016)

Notas: (1) Média não divulgada pelo IBGE para o ano de 2010 devido à realização do Censo Demográfico; (2) Média do ano de 2010 calculada pelo autor

A análise dos dados apresentados na Tabela 1 permite afirmar que a média de horas semanais trabalhadas para os homens vem diminuindo desde o ano de 2004, enquanto que a das mulheres está sofrendo oscilações no decorrer dos anos. Contudo, a maior média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal é pelos homens, o que é culturalmente aceito como o esperado, já que historicamente eles eram os responsáveis pelo trabalho produtivo na esfera pública (ARAÚJO; SCALON, 2005; MADALOZZO; MARTINS; SHIRATORI, 2010; MELO; SABBATO, 2011). O mesmo fenômeno é visto na América Latina e no Caribe, e alguns dos fatores que ajudam a explicar o motivo das jornadas laborais das mulheres serem

inferiores as dos homens estão relacionados aos seus trabalhos precários, informais e instáveis e à sobrecarga do trabalho doméstico, entre outros (CEPAL, 2009).

Para o IBGE (2010), a possível explicação para o rendimento médio inferior ao rendimento dos homens pelas mulheres com nível de escolaridade maior está em suas formações profissionais, direcionadas ao serviço social, à educação e à saúde; atividades que contém correspondência à imagem da mulher e mãe, por isso não são tão valorizadas no mercado de trabalho. Já para Bruschini (1985, p. 50), outros fatores podem explicar a discriminação salarial sofrida pelas mulheres, como a pequena demanda de empregos, a crescente oferta de mão-de-obra feminina, empregos considerados pela sociedade como “trabalhos de mulher”, menor poder reivindicativo, menor acesso a cargos de supervisão e chefia, entre outros. No entanto, o maior número de anos de estudo despendido pelas mulheres tem-se mostrado insuficiente para quebrar um quadro ainda persistente de desigualdades salariais no mercado de trabalho brasileiro em relação aos homens.

Quanto às diferenças salariais relacionadas a gênero e etnia, Atal, Ñopo e Winder (2009) constataram em seu estudo que essas são persistentes e significativas em 18 países latino-americanos, sendo o Brasil um dos países com maiores níveis de disparidade salarial entre homens e mulheres. Os homens brancos recebem salários superiores aos das mulheres, das/dos afrodescendentes e das/dos indígenas, considerando as mesmas características de emprego e demográficas. Para os autores, as disparidades salariais podem ser reduzidas por meio de políticas públicas direcionadas ao aumento do nível educacional da população minoritária e a uma maior oferta de creches, permitindo, assim, que as mulheres se dediquem mais às suas vidas profissionais. Além disso, a distribuição de tarefas domésticas de forma mais igualitária no âmbito familiar, como, por exemplo, a divisão da criação dos filhos, possibilitaria às mulheres a manutenção de suas carreiras profissionais no mercado de trabalho (ATAL; ÑOPO; WINDER, 2009).

Sobre o número de creches no Brasil, esse ainda é insuficiente e acaba intensificando a responsabilidade da maternidade sobre as mulheres, sobretudo as trabalhadoras, justamente por ainda atenderem uma pequena parcela das crianças. De acordo com o IBGE (2012), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) contabilizou em 2011 aproximadamente 48.700 creches em todo o País para atender 10,5 milhões de crianças com idade de 0 a 3 anos, mostrando uma relação de 215 crianças por creche. A taxa de ocupação de mulheres de 16 anos ou mais de idade com filhos de 0 a 3 anos de idade que frequentam creche é de 71,7%, reduzindo para 43,9% quando nenhum filho frequenta ou para 43,4% quando algum filho frequenta; tais taxas mantiveram-se estáveis desde o ano de 2001

(IBGE, 2012). Esses dados mostram que a presença de filhos pequenos e a baixa oferta de creches no País reduzem a participação das mulheres no mercado de trabalho, além de que a tarefa de criação, cuidados e socialização dos filhos é de responsabilidade das mulheres, mesmo quando desempenham funções remuneradas no mercado de trabalho.

Ainda que as transformações educacionais, demográficas, econômicas, políticas e sociais ocorridas no Brasil desde a década de 1950 tenham possibilitado às mulheres maior participação na esfera pública, elas se encontram em situação de desvantagem no mercado de trabalho, como: seguem recebendo salários menores que o dos homens no exercício da mesma profissão no mercado de trabalho formal ou informal, ainda que possuindo mais anos de estudo; seguem apresentando taxas de atividades menores do que as dos homens; seguem apresentando menor média de horas semanais trabalhadas no mercado de trabalho, entre outros. Não obstante, as mulheres também se encontram em situação de desvantagem na esfera privada, no exercício do trabalho doméstico não remunerado. O papel social das mulheres pouco se alterou, recaindo sobre seus ombros a responsabilidade pela realização (de grande parte) dos afazeres domésticos e cuidados com os filhos e demais familiares. Essa é a temática que será abordada na próxima subseção.

2.2 Profissão do lar: (in)visibilidade e (des)valorização do trabalho doméstico não remunerado

A sociedade é caracterizada pelas relações de poder e dominação, em que os comportamentos dos sujeitos são designados a partir do sexo primordial, o do homem. O masculino dita posições e percepções. Por isso, reflexões sobre questões relacionadas a gênero perpassam distinções biológicas e necessitam ser entendidas também a partir de diferenças advindas do contexto histórico-cultural, como, por exemplo, a mulher ocupando a esfera privada, sendo responsável pela criação, cuidados e socialização dos filhos e pelo cuidado com a casa, e o homem tendo como seu o espaço público.

No sentido histórico, Engels (2002, escrito originalmente em 1884) realizou um estudo aprofundado sobre a história da família, apoiado nas descobertas de Morgan. Para o autor, a família monogâmica é baseada no predomínio do homem e na procriação de filhos. Ao homem eram concedidos maiores direitos, como discussões públicas, e esses direitos eram cada vez mais amplos à medida que a sociedade evoluía, enquanto que a mulher era designada

a cuidar da casa e dos filhos, vivendo em um regime de escravidão doméstica e aprendendo somente a coser, tecer e fiar, e no máximo, a ler e a escrever. A natureza da monogamia está baseada solidamente na supremacia absoluta do sexo masculino sobre o feminino.

Carvalho (2011, p. 106) apresenta uma discussão interessante no que se refere à questão da dualidade de gênero masculino e feminino, ancorada em Joan Scott¹¹:

(...) na abordagem de Scott, a percepção do gênero como parte de um sistema simbólico que permite a diferentes sociedades classificar, diferenciar e hierarquizar não apenas homens e mulheres, mas instituições, ações sociais, elementos da natureza, ocupações, tudo, enfim, leva o/a pesquisador/a a observar as referências e o poder explicativo do gênero em contextos em que as questões da sexualidade, reprodução, crianças e família não são aparentemente centrais (Scott, 1995) – como a arte, a política, a economia, o trabalho ou a escola, por exemplo.

Dentro deste contexto, a palavra “gênero” passou a ser mais pesquisada nas últimas três décadas, após o surgimento do movimento feminista, enfatizando a questão dos papéis sociais exercidos por homens e mulheres nas sociedades e substituindo a concepção naturalizada de sexo. Para Scott (1995), a palavra “gênero” começou a ser utilizada, em um sentido mais literal, inicialmente pelas feministas norte-americanas, referindo-se à organização social da relação entre homens e mulheres, enfatizando o caráter social das diferenças baseadas no sexo e rejeitando o determinismo biológico subentendido na utilização dos termos “diferença sexual” ou “sexo”.

Na academia, durante os anos 1980, “gênero” tornou-se sinônimo para o termo “mulheres”. A palavra “gênero”, desta forma, passou a sugerir que o estudo sobre as mulheres implica o estudo sobre os homens, a enfatizar que o mundo dos homens faz parte do mundo das mulheres, a rejeitar as ideias de esferas isoladas, a sustentar que o estudo sobre as mulheres de forma separada perpetua a noção de que um sexo tenha nada ou pouca relação com o outro sexo e a designar relações sociais entre os sexos (SCOTT, 1995). Assim, a utilização da palavra “gênero”

(...) rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero”, é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995, p. 75).

¹¹ Historiadora norte-americana que realizou importantes contribuições à discussão da história das mulheres e de gênero.

O conceito de “gênero” foi forjado como uma categoria analítica “a partir do acúmulo teórico e histórico do campo de estudos feministas, que é eminentemente interdisciplinar e marcado por uma pluralidade de concepções e perspectivas teóricas” (BONETTI, 2016, p. 56). Nesta perspectiva, gênero é “uma ferramenta de análise do mundo social que remete à produção simbólica das convenções de feminilidades e de masculinidades que organizam os modelos e as expectativas de comportamentos e são atravessados pelas relações de poder” (p. 57), sendo criado como ferramenta analítica “para compreender a constituição das desigualdades baseadas na diferença sexual, para entender por que razão, em determinadas configurações sócio-históricas, essas diferenças são transformadas em desigualdades” (p. 59).

Hampe (2016, p. 22), ancorada em Meyer, nos convida a pensar que gênero

(...) é um conceito/ferramenta que questiona a suposta natureza feminina para dizer que gênero é construído na cultura e depende de relações sociais (de poder) para se constituir. O caráter relacional agrega à pauta que existem diferenciações não apenas entre mulheres e homens, mas entre as próprias mulheres e os próprios homens. As diferenças se produzem desta maneira, pelo modo como as características masculinas e femininas são representadas, em hierarquia de gênero. Como ferramenta de análise, percebe-se a impossibilidade de universalizar a experiência de gênero, pois este varia de uma cultura para outra, de uma época para outra, mas que a construção cultural traz consigo uma hierarquização dos valores, segundo os quais às atividades/atributos tidos como masculinos se atribui mais valor que às tidas como femininas.

Na sociedade brasileira, mulheres e homens não ocupam posições iguais. Essa diferenciação ocorre porque é a sociedade quem constrói a identidade social da mulher e a do homem, quem delimita os papéis femininos e masculinos e as esferas em que os sexos podem atuar. Ainda, a distinção entre homens e mulheres somente ocorre por meio da educação, que vem de um processo de construção social; se não fosse o processo educacional civilizatório, seriam todos apenas machos e fêmeas (SAFFIOTI, 1987). Neste ponto, Simone de Beauvoir¹² é coerente ao afirmar que: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (1970, p. 9, escrito originalmente em 1949), em relação ao aspecto de que a identidade social do homem e da mulher é socialmente construída.

A vida e os afazeres domésticos são consequências de uma posição imposta à mulher hierarquicamente, que a mantém aprisionada na esfera privada e afastada da sociedade, e socialmente, tentando fazer acreditar que o espaço doméstico atribuído às mulheres deriva de

¹² Foi uma escritora feminista francesa que influenciou fortemente a teoria feminista com a sua obra “*Le Deuxième Sexe*” (O Segundo Sexo), publicado em 1949, ao realizar uma análise da opressão sofrida pelas mulheres. A referida obra é considerada como a mais importante de Simone de Beauvoir.

suas aptidões de serem mães (SAFFIOTI, 1987). Por essas razões que os indivíduos, especialmente mulheres, que abandonam permanente ou temporariamente o mercado de trabalho por motivos plurais, ao retornarem para suas residências, acabam realizando o trabalho doméstico (BRUSCHINI, 1985, 2006) e, conseqüentemente, tornando-se profissionais do lar (BIDARTE; FLECK; MELLO, 2018). Exercer a profissão do lar é realizar o trabalho doméstico, como atividades de cuidados infantis e/ou seniores e os afazeres domésticos, que demandam por conhecimentos e habilidades, muita dedicação e tempo, e que não possui remuneração. Profissão essa que, na maioria das vezes, somente é exercida por mulheres, sendo assim aceito como natural pela sociedade.

Os afazeres domésticos incluem tarefas manuais, como cozinhar, lavar louça, lavar e passar roupa, buscar água e combustíveis, limpar e organizar a casa, limpar o terreno ou quintal que circunda o domicílio, entre outras, e tarefas não manuais, como cuidar dos filhos, dos doentes, dos idosos e dos animais domésticos, fazer as compras no supermercado e feira, administrar a casa e o cotidiano doméstico e familiar, entre outras. O trabalho doméstico pode ser exercido tanto a curto quanto a longo prazo pelos indivíduos (BRUSCHINI, 2006; IBGE, 2015; PNUD, 2015).

Ao longo das últimas décadas, pesquisadoras internacionais, como Ester Boserup, Simone de Beauvoir, Ann Oakley e Joan Scott, e nacionais, como Heleieth Saffioti, Eva Blay e Cristina Bruschini, realizaram importantes contribuições para os debates sobre gênero e desenvolvimento, igualdade entre os sexos, papéis das mulheres na sociedade e trabalho doméstico. A partir desses estudos, os quais tornaram-se clássicos na literatura sobre as temáticas do trabalho e da mulher, e de diversas críticas realizadas pelas feministas, aumentaram as discussões sobre as maneiras de reconhecer o papel das mulheres nas esferas pública e privada.

O feminismo trouxe para as Ciências Sociais um dos temas mais antigos: a invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres na esfera privada. A desqualificação do trabalho doméstico na esfera privada é um dos temas referentes à problemática do trabalho feminino que passou a ser discutida principalmente nas Ciências Econômicas, no sentido de tentar reinterpretar os conceitos de trabalho produtivo/improdutivo e de trabalho doméstico. Para Melo, Considera e Sabbato (2007, p. 438-439), “a respeito da importante questão sobre por que o trabalho doméstico é executado predominantemente por mulheres, as diversas ciências sociais, sobretudo a teoria econômica *per se*, têm pouco ou nada a dizer”, e ainda afirmam que “as análises econômicas tampouco avançaram além de ideias e preconceitos de seus autores”.

A desvalorização do trabalho doméstico das mulheres pela sociedade e pelos membros de suas próprias famílias ainda ocorre nos dias atuais. Em um estudo recente, Bidarte, Fleck e Mello (2018) constataram que, do grupo de nove entrevistadas, a maioria delas não se reconhece como profissionais do lar e não se sente reconhecida por suas famílias e pela sociedade. Sobre isso, afirmo que parte da desvalorização do trabalho doméstico pela sociedade deve-se ao fato de ser um trabalho não remunerado e que não contribui monetariamente para o orçamento familiar (BRUSCHINI, 2006; MELO; CONSIDERA; SABBATO, 2007, 2016; MELO; CASTILHO, 2009; SANTOS, 2008; SANTOS; DINIZ, 2011); a outra parte está atrelada por ser um papel secularmente atribuído às mulheres como uma espécie de “obrigação” (SAFFIOTI, 1969, 1987).

As marxistas feministas têm argumentado que as mulheres são exploradas por seus companheiros na esfera privada, visto que os afazeres domésticos constituem o tipo mais comum de trabalho não remunerado (MELO; CONSIDERA; SABBATO, 2007, 2016; SCOTT, 1995). Esta argumentação está embasada na ideia formulada por Marx (1988) de que a força de trabalho constitui uma mercadoria especial. A exploração do trabalho realizado pelo indivíduo, geralmente a mulher, ocorre quando este (re)produz a mercadoria especial, já que o trabalho realizado na esfera privada é para uso integral da própria família. Como resultado, há um trabalho não remunerado e tampouco socialmente reconhecido.

A subordinação da mulher e a exploração de seu trabalho doméstico pelo homem também é discutida por Engels (2002, p. 73, destaque do autor), ao argumentar que:

O governo do lar se transformou em *serviço privado*; a mulher converteu-se em primeira criada, sem mais tomar parte da produção social. Só a grande indústria de nossos dias lhe abriu de novo – embora apenas para a proletária – o caminho da produção social. Mas isso se fez de maneira tal que, se a mulher cumpre os seus deveres no serviço privado da família, fica excluída do trabalho social e nada pode ganhar; e, se quer tomar parte na indústria social e ganhar sua vida de maneira independente, lhe é impossível cumprir com as obrigações domésticas. (...) A família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais.

Cabe a ressalva de que o autor traz para debate o “direito” de opção entre casa ou trabalho, isto é, ou as mulheres optam por trabalhar na esfera privada ou na esfera pública. Esse dilema foi desfeito quando a “solução” encontrada pelas mulheres foi a dupla jornada de trabalho. Contudo, as mulheres ainda exercem a profissão do lar em período integral devido os afazeres domésticos demandarem muito tempo para sua realização, e neste caso, a renda

familiar poderá provir do trabalho remunerado por outro membro da família, como esposo ou filhos, por exemplo (SANTOS, 2008; BIDARTE; FLECK; MELLO, 2018).

Entre as décadas de 1970 e 1980, as estatísticas oficiais do Brasil foram criticadas por serem consideradas inadequadas, pois os conceitos e procedimentos metodológicos utilizados para mensurar o trabalho doméstico não mostravam a real contribuição feminina à sociedade brasileira. Exigia-se, portanto, que as informações sobre os afazeres domésticos fossem divulgadas à sociedade de forma aberta, não permanecendo apenas em poder dos responsáveis pelas pesquisas oficiais nacionais (BRUSCHINI, 2006, 2007).

Foram necessárias duas décadas para que dados sobre os afazeres domésticos começassem a ser coletados e então divulgados à sociedade brasileira. Os afazeres domésticos começaram a ser investigados e divulgados à sociedade brasileira pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios somente no ano de 1992, em um tópico amplo e específico denominado “Trabalho e Rendimento”. Essa informação passou a ser coletada por meio da questão de número 121 do seu questionário¹³ (PNAD, 1992).

Três anos depois, em 1995, a Organização das Nações Unidas organizou a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, China, e publicou um documento intitulado “Declaração e Plataforma de Ação de Pequim”, objetivando a igualdade de gênero e a eliminação da discriminação contra mulheres e meninas no mundo todo. Especificamente sobre a temática “Mulher e Economia”, o documento listou, como objetivo estratégico de elaboração e divulgação de dados e informações desagregados por gênero para fins de planejamento e avaliação pelos Estados, conforme pode ser visto nos seguintes itens:

g) desenvolver uma classificação internacional de atividades, para a elaboração de estatísticas baseadas no emprego de tempo, sensíveis às diferenças entre o homem e a mulher no tocante a trabalho remunerado e não remunerado, e coletar dados discriminados por sexo em nível nacional, sujeito às restrições nacionais:

i – **empreender estudos periódicos** sobre o emprego do tempo para medir quantitativamente o trabalho não remunerado, registrando inclusive as atividades que se realizam simultaneamente com as atividades remuneradas ou outras atividades não remuneradas;

ii – **medir quantitativamente o trabalho não remunerado que não é incluído nas contas nacionais e buscar melhorar os métodos de aferição do seu valor**, para que este seja indicado com exatidão em contas especiais ou outras contas oficiais preparadas separadamente das contas nacionais básicas, mas em consonância com estas (DECLARAÇÃO..., 1995, p. 222, grifos meus).

A Declaração e Plataforma de Ação de Pequim recomendou que o trabalho não remunerado, realizado majoritariamente pelas mulheres, fosse incorporado em um sistema de

¹³ A pergunta era a seguinte: “Na semana de 20 a 26 de setembro de 1992, (o senhor ou a senhora) cuidava dos afazeres domésticos?” (PNAD, 1992).

contas satélites, objetivando dar visibilidade aos indivíduos e aos afazeres domésticos (DECLARAÇÃO..., 1995). A partir da publicação do documento supramencionado, houve uma proliferação dos estudos sobre o emprego do tempo medindo o trabalho não remunerado em todo o mundo (MELO; CASTILHO, 2009).

Foi somente em 2001 que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios introduziu a questão complementar de número 121-a em seu questionário¹⁴, sendo aplicada àqueles respondentes que disseram “sim” à questão anterior. Desta forma, a referida pesquisa passou a investigar o número de horas semanal médio gasto pelos respondentes, total e ocupados, na realização de afazeres domésticos por Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas do Brasil e a nível nacional, e ainda os classifica por sexo e faixa etária (BRUSCHINI, 2006; PNAD, 2001, 2010). A partir de então, diversas pesquisas nacionais surgiram analisando a divisão sexual dos afazeres domésticos e mostrando as desigualdades de gênero em relação à realização dos mesmos (BRUSCHINI, 2007; SORJ, 2004).

Após anos de pesquisas sobre se as pessoas habitualmente cuidavam, parcial ou integralmente, da realização dos afazeres domésticos e o tempo semanal médio gasto pelas mesmas, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios definiu como afazeres domésticos a realização, no domicílio de residência, de tarefas de: arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es); orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; cuidar de filhos ou menores moradores; ou limpar o quintal ou terreno que circunda a residência (PNAD, 2008).

A definição da categoria “afazeres domésticos” pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios é questionada por Bruschini (2007) justamente por englobar um conjunto de tarefas diversificadas, as quais não são corretamente detalhadas nos levantamentos oficiais nacionais. Soares e Sabóia (2007) e Soares (2008), por sua vez, criticam o conceito de afazeres domésticos utilizado pela Pesquisa, mostrando que o mesmo é amplo e genérico, mas permite analisar de forma aproximada o uso do tempo pelos indivíduos, total e ocupados. Ainda, Melo e Castilho (2009, p. 155) sinalizam para o fato dos dados sobre afazeres domésticos serem agregados, o que contribui para que não seja possível saber exatamente o que é o trabalho doméstico, uma vez que esse trabalho apresenta um leque heterogêneo de tarefas. Para as autoras, “o ideal seria conhecê-las a fim, entre outros, de verificar se os

¹⁴ A pergunta era a seguinte: “Quantas horas (o senhor ou a senhora) dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos?” (PNAD, 2001).

homens e as mulheres fazem indistintamente as mesmas tarefas”. No entanto, os dados disponíveis sobre os afazeres domésticos e a média de horas semanais gastas pelos indivíduos na realização desses são muito recentes e escassos.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a média de horas semanais em afazeres domésticos, por pessoas de 16 anos ou mais de idade, revela que as mulheres gastam 25,3 horas, enquanto os homens apenas 10,9 horas; e em relação às pessoas ocupadas, a mesma média revela que elas gastam 21,2 horas e eles 10,0 horas. Em ambos os casos, a média de horas semanais gastas em afazeres domésticos pelas mulheres é mais que o dobro da média apresentada pelos homens; e no caso das mulheres ocupadas, com um acúmulo médio de 35,5 horas semanais (IBGE, 2014a).

O tempo gasto com os afazeres domésticos, para as mulheres, aumenta conforme a idade, a posição na família (cônjuge ou chefe de família) e a quantidade de filhos e diminui à medida que aumenta o nível de escolaridade e o de rendimento (BRUSCHINI, 2006, 2007). Para os homens o tempo gasto com afazeres domésticos não necessariamente aumenta com a quantidade de filhos, mas sim quando se tornam aposentados, numa etapa da vida quando seus filhos já estão adultos (MADALOZZO; MARTINS; SHIRATORI, 2010; SOARES; SABÓIA, 2007). De certa forma, fica visível que os homens entendem que a responsabilidade de criação, cuidados e socialização dos filhos é da mulher.

Neste ponto, Saffioti (1987, p. 15) é enfática ao afirmar que a vida doméstica deve ser partilhada entre homens e mulheres, bem como as atividades que garantem o sustento econômico da família, e não se deve “ensinar os homens a auxiliarem a mulher no cuidado com os filhos e a casa, pois sempre que a atividade de alguém se configurar como ajuda, a responsabilidade é do outro”. Corroborando nesse sentido, Jablonski (2010, p. 270) verificou em seu estudo que as mulheres qualificam a participação dos maridos nos cuidados com os filhos e na realização de afazeres domésticos como uma “ajuda”, sendo, “na maioria das vezes, bem-vinda e festejada”. Isso levou o autor a concluir que as mulheres “mesmo cientes da disparidade na divisão de tarefas, (...) parecem não perceber tal fato como um problema e uma fonte de conflitos, o que demonstra a força da influência de modelos parentais tradicionais no que diz respeito aos papéis de gênero”.

Em relação às mulheres mães que não possuem cônjuge e são responsáveis pelo sustento econômico do lar na esfera pública, recai geralmente sobre as suas filhas a realização de afazeres domésticos na esfera privada. Nesse tipo de arranjo familiar é quase inevitável a responsabilidade das meninas para com o trabalho doméstico, assim como no cuidado com irmãos menores, se houver (BRUSCHINI, 1985; SOARES; SABÓIA, 2007).

Os últimos dados publicados pelo IBGE (2015, p. 29), para o grupo de crianças e adolescentes, revelam que a proporção de meninas que realiza afazeres domésticos reduziu de 71,3% em 2005 para 69,6% em 2014; enquanto que entre os meninos aumentou de 40,1% para 41,4%, respectivamente. Ainda que a proporção de meninos tenha apresentado um pequeno crescimento, essa se mostra muito inferior à feminina. Além disso, a média de horas semanais gastas para a realização do trabalho doméstico foi maior para as meninas (11,2 horas para elas; 7,3 horas para eles). Esses indicadores, de certa forma, sugerem que “os diferenciais nos papéis de gênero no que concerne à responsabilidade pelas tarefas domésticas podem ser observados desde a infância”. Considero pertinente destacar que no Brasil há uma grande discussão sobre a participação das crianças na realização desse trabalho. “De um lado, há o grupo que busca garantir os direitos e a segurança das crianças, e de outro, aqueles que acreditam que o ensino dessas atividades, nessa idade, garante uma formação mais completa e independente, preparando-as para a vida adulta” (SOARES; SABÓIA, 2007, p. 11).

Quanto ao nível de escolaridade, essa variável se mostra interessante quando se analisa o tempo gasto em afazeres domésticos pelos indivíduos. Dados do último Censo Demográfico brasileiro mostram que o tempo semanal médio dedicado aos afazeres domésticos pelas mulheres ocupadas com até 8 anos de estudo é de 25,3 horas, e para àquelas com 12 anos ou mais de estudo, de 17 horas. Para os homens ocupados, esse tempo é de 9,9 horas e de 8,5 horas, respectivamente (IBGE, 2010). É perceptível que quanto maior a escolaridade menor é o tempo gasto em afazeres domésticos pelos indivíduos, e isso ocorre devido a variável escolaridade possuir alta correlação com a variável rendimento, o que permite a contratação de tais serviços no mercado (SOARES; SABÓIA, 2007).

A análise comparativa entre as grandes regiões do Brasil, considerando os dados referentes ao ano de 2014 (Tabela 2), demonstra que a média de horas semanais gastas em afazeres domésticos é maior para as mulheres residentes na Região Nordeste (27,0 horas) e menor para as residentes na Região Sul (23,5 horas); e entre as Unidades Federativas, é maior no estado de Alagoas (29,9 horas) e menor no estado do Tocantins (22,6 horas). Do mesmo modo, quanto aos homens, a média de horas semanais gastas em afazeres domésticos é maior para os residentes na Região Norte (11,6 horas) e menor para os residentes na Região Sul (10,5 horas); e entre as Unidades Federativas, é maior no estado do Pernambuco (12,8 horas) e menor no estado do Paraná (9,7 horas).

As médias de horas semanais gastas em afazeres domésticos pelas mulheres e pelos homens brasileiros praticamente mantiveram-se constantes. De 2012 para 2014, o número de horas para elas passou de 25,4 para 25,3 e para eles de 10,8 para 10,9 (Tabela 2). Cabe a ressalva de que quanto maior for o tempo dedicado à realização dos afazeres domésticos, bem como dos cuidados com familiares, pelos indivíduos, menor é o tempo dedicado ao trabalho produtivo na esfera pública e profissional (IBGE, 2010).

Tabela 2 – Média de horas semanais gastas em afazeres domésticos por homens e mulheres, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2012/2014

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Média de horas semanais gastas em afazeres domésticos por homens e mulheres								
	2012			2013			2014		
	Total			Total			Total		
	T	H	M	T	H	M	T	H	M
Norte	20,6	11,2	25,7	20,0	11,1	24,4	19,8	11,6	24,3
Rondônia	18,7	9,6	23,9	19,7	9,9	24,4	20,3	11,2	25,3
Acre	17,9	9,2	23,2	19,5	11,0	22,3	18,6	10,5	23,0
Amazonas	22,5	12,8	28,3	18,1	10,8	22,0	19,2	12,1	23,8
Roraima	18,1	11,0	22,5	20,7	12,1	25,0	18,8	11,7	23,7
Pará	20,1	10,6	24,8	21,0	11,6	25,8	20,3	11,8	24,6
Amapá	22,7	12,9	27,7	21,0	12,1	26,2	20,8	12,3	25,8
Tocantins	21,8	12,3	27,4	18,9	10,2	23,1	18,4	10,0	22,6
Nordeste	22,7	11,4	27,4	22,2	10,7	26,9	22,2	11,0	27,0
Maranhão	24,3	12,6	28,6	22,1	9,9	27,0	20,1	10,3	24,8
Piauí	21,2	10,2	26,6	22,3	11,2	26,9	21,8	11,0	27,0
Ceará	23,3	12,2	28,0	23,5	11,6	28,3	23,5	12,2	27,6
Rio Grande do Norte	24,8	11,2	30,4	22,1	10,7	27,3	21,3	10,0	26,0
Paraíba	22,2	11,5	26,6	21,1	9,7	27,0	21,8	10,2	27,8
Pernambuco	24,4	12,4	28,8	24,3	12,2	27,9	24,9	12,8	29,1
Alagoas	26,0	11,8	30,6	26,6	13,1	30,7	25,1	12,0	29,9
Sergipe	22,4	11,5	27,0	21,1	10,3	25,8	21,3	10,2	25,7
Bahia	20,3	10,5	24,8	20,0	9,8	24,7	21,0	10,4	26,1
Centro-Oeste	18,9	10,0	23,4	18,6	9,6	23,0	19,6	10,6	24,5
Mato Grosso do Sul	18,7	10,1	23,5	16,6	9,2	20,5	18,7	11,4	22,9
Mato Grosso	20,1	10,7	24,8	18,8	10,2	22,9	19,9	10,4	25,0
Goiás	18,5	9,5	22,8	19,7	9,6	24,1	20,2	10,5	24,9
Distrito Federal	18,5	10,4	23,0	18,1	9,2	22,9	18,9	10,2	24,5
Sudeste	20,2	10,7	24,8	20,5	11,1	24,9	20,2	10,9	25,1
Minas Gerais	21,0	10,3	26,6	19,6	10,3	24,6	19,6	10,1	24,9
Espírito Santo	20,3	10,1	25,3	19,5	10,4	23,8	19,0	9,8	23,7
Rio de Janeiro	20,8	11,7	24,3	22,1	13,3	25,5	20,6	12,3	24,4
São Paulo	19,6	10,7	24,2	20,4	11,0	25,0	20,4	10,9	25,5
Sul	19,0	10,4	24,0	18,0	10,0	22,8	18,6	10,5	23,5
Paraná	19,5	9,8	24,9	18,0	9,6	22,7	18,0	9,7	22,8
Santa Catarina	19,1	10,6	23,3	18,1	10,0	22,8	19,5	10,9	24,6
Rio Grande do Sul	18,5	10,8	23,6	18,0	10,2	22,8	18,6	11,0	23,5
Brasil	20,6	10,8	25,4	20,3	10,7	25,0	20,4	10,9	25,3

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com os microdados da PNAD (2012, 2013, 2014)

Legenda: T: total; H: homens; M: mulheres

Notas: (1) Dados sobre a referida média não publicados na Síntese dos Indicadores Sociais pelo IBGE desde o ano de 2011; (2) Microdados solicitados pelo autor

O mesmo comportamento é observado em relação aos homens e às mulheres ocupadas. Elas gastam 21,2 horas semanais em afazeres domésticos, caracterizando a dupla jornada de trabalho, enquanto que eles gastam apenas 10,0 horas (Tabela 3). Esses dados demonstram a relação direta da percepção social dos papéis da mulher na sociedade.

Tabela 3 – Média de horas semanais gastas em afazeres domésticos por homens e mulheres ocupados, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2012/2014

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Média de horas semanais gastas em afazeres domésticos por homens e mulheres ocupados								
	2012			2013			2014		
	Ocupadas na semana de referência								
	Total	H	M	T	H	M	T	H	M
Norte	16,6	10,5	21,8	15,7	10,1	20,1	16,4	11,0	20,9
Rondônia	15,7	9,0	21,5	16,1	9,3	21,4	16,7	10,5	21,7
Acre	15,5	8,7	21,1	15,2	9,9	18,4	14,7	9,6	18,7
Amazonas	17,5	12,1	22,7	14,2	9,7	17,6	15,5	11,5	19,5
Roraima	14,5	10,0	18,5	15,6	10,7	19,7	15,9	10,9	20,6
Pará	16,2	9,9	21,2	16,2	10,4	21,0	17,0	11,1	21,8
Amapá	17,5	12,5	21,7	14,8	10,8	19,0	17,4	12,2	22,2
Tocantins	18,6	11,7	24,3	16,6	9,6	21,4	15,6	9,3	20,2
Nordeste	18,3	10,6	23,2	17,9	9,9	23,0	18,2	10,3	23,4
Maranhão	21,0	11,9	26,0	18,6	9,3	24,0	17,6	9,8	23,3
Piauí	18,0	9,5	24,1	18,9	10,1	24,2	19,0	10,3	24,9
Ceará	19,0	11,4	23,7	19,3	10,7	24,6	19,2	11,1	23,8
Rio Grande do Norte	18,9	10,1	24,6	16,9	9,7	22,0	16,8	9,2	21,7
Paraíba	18,1	11,0	22,8	16,7	8,9	23,5	17,6	9,4	24,1
Pernambuco	18,2	11,0	22,6	18,8	11,3	22,6	19,6	12,0	23,8
Alagoas	19,1	10,5	24,0	20,7	11,9	25,2	19,5	11,0	25,3
Sergipe	19,0	11,3	24,1	17,6	10,0	23,1	18,6	9,8	23,6
Bahia	16,6	9,9	21,4	16,3	9,3	21,2	17,4	9,9	22,7
Centro-Oeste	15,0	9,3	19,1	14,6	8,7	18,7	15,7	9,9	20,3
Mato Grosso do Sul	15,4	9,6	19,8	13,6	8,5	17,5	15,9	10,5	20,1
Mato Grosso	15,9	9,9	20,4	14,6	8,8	18,9	15,8	9,8	20,9
Goiás	14,5	8,7	18,6	15,6	8,8	20,1	16,0	9,7	20,5
Distrito Federal	14,7	9,6	18,5	13,4	8,5	17,1	14,9	9,8	19,4
Sudeste	15,8	9,9	20,0	16,2	10,2	20,3	16,0	10,0	20,5
Minas Gerais	16,8	9,5	22,2	16,2	9,7	21,2	16,4	9,5	21,6
Espírito Santo	16,3	9,3	20,9	16,1	9,8	20,4	15,8	9,3	20,4
Rio de Janeiro	16,6	10,7	20,1	17,2	12,0	20,3	16,6	11,5	20,2
São Paulo	15,1	9,9	18,8	15,8	10,1	19,8	15,6	9,8	20,0
Sul	15,2	9,3	19,9	14,8	9,2	19,3	15,3	9,6	20,0
Paraná	15,0	8,5	19,9	14,5	8,9	18,9	14,6	8,8	19,2
Santa Catarina	15,1	9,3	18,9	14,5	9,0	18,7	16,1	10,0	20,7
Rio Grande do Sul	15,5	10,0	20,4	15,3	9,4	20,0	15,5	9,9	20,3
Brasil	16,3	10,0	20,8	16,2	9,8	20,6	16,4	10,0	21,2

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com os microdados do IBGE (2014)

Legenda: T: total; H: homens; M: mulheres

Nota: (1) Dados sobre a referida média não publicados na Síntese dos Indicadores Sociais pelo IBGE desde o ano de 2013

Na comparação dos dados apresentados na Tabela 3 referentes ao ano de 2014, pode ser verificado que a média de horas semanais gastas em afazeres domésticos pelas mulheres ocupadas é maior para as residentes na Região Nordeste (23,4 horas) e menor para as residentes na Região Sul (20,0 horas); e entre as Unidades Federativas, é maior no estado de Alagoas (25,3 horas) e menor no estado do Acre (18,7 horas). Do mesmo modo, quanto aos homens ocupados, essa média é maior para os residentes na Região Norte (11,0 horas) e menor para os residentes na Região Sul (9,6 horas); e entre as Unidades Federativas, é maior no estado do Amapá (12,2 horas) e menor no estado do Paraná (8,8 horas). Ainda, é percebido que a média de horas semanais gastas em afazeres domésticos pelos homens ocupados praticamente manteve-se em 10 horas semanais de 2012 a 2014. No caso das mulheres, a mesma média apresentou uma ligeira queda entre 2012-2013 (de 20,8 horas para 20,6 horas), seguida por um aumento entre 2013-2014 (de 20,6 horas para 21,2 horas).

Uma explicação que ajuda a compreender a redução da média de horas semanais gastas em afazeres domésticos é a aquisição de bens duráveis e acesso às novas tecnologias pelos indivíduos, as quais tornam mais fácil o trabalho doméstico (SOARES; SABÓIA, 2007). Segundo o IBGE (2015), boa parte dos domicílios brasileiros possui máquina de lavar roupas – a proporção passou de 34,3% para 58,7% entre 2004 e 2014, respectivamente. A presença desse bem nos domicílios permitiu o abandono da tarefa de lavar roupas manualmente, essa tradicionalmente realizada por mulheres. Nesse sentido, Sachs (2008) aponta que a modernização das atividades de subsistência tende a aumentar a produtividade do trabalho no âmbito doméstico em países menos desenvolvidos, como no caso do Brasil. Assim, mais tempo sobriaria aos indivíduos, principalmente mulheres, para que se engajassem em atividades de lazer e/ou atividades produtivas no mercado de trabalho.

Os dados apresentados nas Tabelas 2 e 3 revelam que no Brasil ainda se perpetua a desigualdade de gênero com relação à distribuição do tempo dedicado à realização de afazeres domésticos, haja vista que as mulheres gastam mais que o dobro de horas semanais do que os homens, seja na população total ou ocupada. Isso revela que a divisão dos afazeres domésticos não é equânime entre homens e mulheres na sociedade brasileira, que a maior parte do trabalho reprodutivo continua sendo uma atribuição feminina, apesar do ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho, e que a jornada nos trabalhos produtivos e reprodutivos de homens e mulheres tem se mostrado bastante distinta.

Ao somar a média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal (Tabela 1) com a média de horas semanais gastas em afazeres domésticos por homens e mulheres ocupados (Tabela 3), dados referentes ao ano de 2014, resulta numa jornada masculina

semanal total de 51,6 horas e uma jornada feminina semanal total de 56,7 horas. Em relação aos anos anteriores, em 2012 a jornada total deles era de 52,0 horas e a delas era de 56,7 horas, passando em 2013 para 51,9 horas e para 56,6 horas, respectivamente. Esses indicadores mostram que a jornada total semanal vem diminuindo para os homens e se mantendo praticamente constante para as mulheres, bem como mostram a desigualdade de gênero com relação à distribuição do tempo. Há duas explicações para isso: a primeira é a diferença apresentada na média de horas trabalhadas no mercado de trabalho pelos homens e pelas mulheres, e a segunda é separação de papéis entre ambos na sociedade, sendo que o trabalho doméstico ainda repousa sobre os ombros das mulheres (IBGE, 2012, 2014; MADALOZZO; MARTINS; SHIRATORI, 2010).

Contudo, nos últimos anos mudanças sociais ocorreram e repercutiram sobre a distribuição do tempo dos indivíduos, fazendo com que os homens participem mais do cotidiano familiar e das tarefas de criação, cuidados e socialização dos filhos pequenos, gastando mais tempo na realização de afazeres domésticos. Sobre as tarefas em relação aos filhos pequenos, Araújo e Scalon (2005) sinalizam que essas tem sido divididas com o companheiro e que apresentam indícios de maior participação masculina. Essa constatação também foi verificada no estudo de Jablonski (2010), embora persistindo a característica de subsidiariedade na participação masculina; e no estudo de Bruschini e Ricoldi (2012), o qual mostra que os homens estão mais participativos no trabalho doméstico. Com os resultados obtidos pelas pesquisas supramencionadas, entendo que o maior envolvimento dos homens está representando uma mudança de comportamento ou de mentalidade. Por esta razão, Sorj (2004), Bruschini (2007) e Bruschini e Ricoldi (2012) apontam que pesquisar a participação masculina no trabalho doméstico é pertinente e deveria ser (mais) estudada.

Considerando a média de horas semanais gastas em fazeres domésticos pelos indivíduos, em especial pelas mulheres, “seria legítimo considerar esta categoria um trabalho não-remunerado e não mais inatividade econômica” (BRUSCHINI, 2006, p. 331). O trabalho doméstico sempre foi considerado inatividade econômica, permanecendo ainda invisível nas estatísticas oficiais, apesar da inserção de duas perguntas nos questionários da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios sobre afazeres domésticos (BRUSCHINI, 2006). Contudo, esta percepção mostra-se atrelada ao sistema capitalista.

O sistema capitalista possui uma concepção de trabalho que descarta o trabalho que não produza lucro. Para Marx (1988), somente é considerado trabalhador o indivíduo que emprega a sua força de trabalho no processo de produção de mais-valia. Ora, é perceptível por que o trabalho doméstico realizado pelos indivíduos na esfera privada é renegado como

trabalho: não há acumulação de capital nem exploração do proletário pelo capitalista. É justamente neste ponto que a profissão do lar “não é reconhecida por não ser qualificada como produtora de benefícios econômicos” (SANTOS, 2008, p. 64). Outro motivo que reforça isso está nas recomendações internacionais de um conceito amplo de produção de bens e serviços adotadas pelo Sistema de Contas Nacionais¹⁵, o qual mede a atividade econômica do Brasil e a resume em termos de Produto Interno Bruto (SISTEMA..., 2015).

A influência de organismos internacionais induz os países latino-americanos e em desenvolvimento a utilizar em suas pesquisas oficiais nacionais categorias de trabalho adequadas para os países desenvolvidos e a adotar como orientação a produção capitalista industrial, o que acaba escondendo o contexto doméstico e o trabalho familiar não remunerado. Desta forma, o trabalho doméstico acaba não sendo mensurado e contabilizado nas contas nacionais dos países (BRUSCHINI, 2006).

Por não exprimir a realidade do mercado capitalista, a realização do trabalho doméstico não é computada nas Contas Nacionais do Brasil quando exercido por um membro da própria família, visto que não possui remuneração, o que contribui para que continue sendo ignorado pelas Ciências Econômicas. Assim, os indivíduos, geralmente mulheres, que exercem unicamente o trabalho doméstico não remunerado são classificados nas pesquisas oficiais nacionais como população inativa (MELO; CONSIDERA; SABBATO, 2007, 2016; MELO; CASTILHO, 2009), juntamente com os doentes, inválidos, aposentados e estudantes (BRUSCHINI, 2007).

O supramencionado remete ao que Bruschini (1994, p. 179) já havia sinalizado em seu estudo, de que “os conceitos e procedimentos metodológicos tradicionalmente utilizados para medir o trabalho sempre ocultaram a contribuição feminina”. Prova disso é a persistente contabilização da realização de afazeres domésticos pelas mulheres como inatividade econômica. Nesse sentido, a Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, em seu Capítulo IV, coloca, no objetivo estratégico n. 156, que:

As mulheres realizam diversas atividades econômicas, por vezes combinadas, desde o trabalho assalariado e as atividades de subsistência, agrícolas e pesqueiras, até as do setor informal. (...) Elas contribuem para o desenvolvimento não só mediante o seu trabalho remunerado, mas também mediante uma grande parcela do trabalho não remunerado. Por um lado, a mulher participa na produção de bens e serviços para o mercado e o consumo dos lares, na agricultura, na produção de alimentos ou nas

¹⁵ O Sistema de Contas Nacionais do Brasil segue as recomendações presentes no manual *System of national accounts* de 1993, o qual passou por uma revisão conceitual em 2008. O manual é preparado por organismos internacionais, como Fundo Monetário Internacional, Organização das Nações Unidas, Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e Comissão das Comunidades Europeias (SISTEMA..., 2015).

empresas familiares. Conquanto esse trabalho não remunerado, particularmente o relacionado com a agricultura, esteja contabilizado nas Contas Nacionais das Nações Unidas e nas normas internacionais das estatísticas do trabalho, ele é muitas vezes sub valorizado ou mal aferido. Por outro lado, **a mulher continua realizando também a maior parte das tarefas domésticas e comunitárias não remuneradas**, tais como o cuidado das crianças e pessoas idosas, a preparação de alimentos para a família, a proteção do meio ambiente e a prestação de assistência voluntária às pessoas e grupos vulneráveis e desfavorecidos. **Esse trabalho nem sempre é aferido em termos quantitativos nem se computa nas contas nacionais. Assim, a contribuição da mulher para o desenvolvimento é seriamente subestimada, o que limita o seu reconhecimento social** (DECLARAÇÃO..., 1995, p. 205, grifos meus).

Anos mais tarde, o *Fondo de Desarrollo de las Naciones Unidas para la Mujer* (UNIFEM, 2000, p. 24) publicou um estudo chamando a atenção para mais diversos tipos de serviços e trabalhos realizados pelas mulheres e retomando a proposta de computar seus valores por meio da mensuração do tempo gasto pelas mulheres para realizá-los. O estudo critica o Sistema de Contas Nacionais por ainda excluir as atividades reprodutivas realizadas, principalmente, pelas mulheres na esfera privada. Ainda de acordo com o UNIFEM (2000), a visibilidade e a valorização das atividades reprodutivas estão condicionadas, em partes, à atribuição de valores monetários, haja vista que essas atividades exigem dos indivíduos que as realizam uma grande quantidade de energia e tempo. Uma alternativa para a atribuição de valores monetários seria a medição do tempo gasto pelos indivíduos nas atividades reprodutivas e a comparação desse com o tempo gasto pelos indivíduos na produção de bens e serviços contabilizados pelo Sistema de Contas Nacionais.

No sentido supracitado, há pesquisadores/as que demonstraram em seus estudos a importância do serviço não mercantil gerado na execução dos afazeres domésticos, discutindo e propondo a sua contabilização no Produto Interno Bruto do Brasil. Bruschini (2006), por exemplo, com os dados da PNAD do ano de 2002, concluiu que os afazeres domésticos consomem parte considerável do tempo dos indivíduos que os realizam, e ainda sinaliza para que o trabalho doméstico seja considerado uma categoria de trabalho não remunerado em vez de inatividade econômica. Melo, Considera e Sabbato (2007, 2016), por sua vez, propuseram uma metodologia para calcular o valor monetário dos afazeres domésticos no Brasil, utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Os autores concluíram que os afazeres domésticos, durante a década 2001-2011, foram valorados em média em 11,4% do Produto Interno Bruto brasileiro, o equivalente a R\$ 501,9 milhões ao considerar o Produto Interno Bruto de 2012 (R\$ 4.402.573), sendo as mulheres responsáveis por 83,5% desse valor (R\$ 419,08 milhões).

O próprio IBGE (2010) reconhece que o esforço em propor metodologias que contabilizem os afazeres domésticos realizados pelos indivíduos, especialmente pelas mulheres, no cálculo do PIB do Brasil é válido e importante para a promoção da valorização do trabalho doméstico na sociedade. No entanto, o Instituto reconhece que no País esse esforço ainda é incipiente, permanecendo a não contabilização dos afazeres domésticos no Produto Interno Bruto até os dias atuais.

Por fim, em relação aos aspectos legais, através da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, foi possível ao profissional do lar filiar-se ao Regime Geral da Previdência Social, como segurado facultativo, e possuir alguns benefícios, como aposentadoria por idade, invalidez ou por tempo de serviço. A alíquota de contribuição incidente sobre o salário mínimo ficou estabelecida em 11%, nos casos do segurado contribuinte individual e do segurado facultativo (BRASIL, 1991). Com a Lei n. 12.470, de 31 de agosto de 2011, a alíquota de contribuição foi reduzida para 5%, apenas para o segurado facultativo (BRASIL, 2011). Cabe mencionar que essas leis permitiram a filiação voluntária por parte de muitos indivíduos profissionais do lar ao Regime Geral da Previdência Social.

Quanto às contribuições para a Previdência Social, o indivíduo profissional do lar que não possuir renda poderá se inscrever e assim realizar contribuições mensais para obter acesso aos benefícios previdenciários, como aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, auxílio-reclusão e salário-maternidade. Esse pode optar por enquadrar-se no segurado contribuinte individual (desde que não possua renda própria, mas que por opção decida filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social e realizar as contribuições, essas com alíquota de 11%) ou no facultativo de baixa renda (desde que não possua renda própria, que seu trabalho seja dedicado exclusivamente para a residência, e que seja pertencente à família de baixa renda – até dois salários mínimos, para que as suas contribuições sejam com alíquota de 5%) (BRASIL, 1991, 2011; MPAS, 2016a).

Com os conceitos e argumentos apresentados ao longo de duas subseções, concluo essa primeira parte da presente dissertação. Destaco que tais subseções servem de base para a análise dos dados e para a discussão dos resultados, as quais serão apresentadas na terceira parte. No capítulo a seguir, apresento os procedimentos metodológicos utilizados para a condução do estudo e para alcançar os objetivos propostos.

PARTE II: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo da dissertação apresenta os passos teóricos e procedimentais que utilizei para a condução do estudo e para alcançar os objetivos propostos, sendo estruturado em seis subseções, a saber: 3.1) Tipo de pesquisa; 3.2) Abordagem; 3.3) Método; 3.4) Técnica de seleção dos profissionais do lar; 3.5) Técnica de coleta de dados; e 3.6) Técnica de análise de dados. Sinalizo que nessas subseções procurei enfatizar os passos metodológicos que segui, mostrando, de modo objetivo, como cada um deles foi estruturado e aplicado.

Considerando o objetivo geral deste estudo e a revisão teórica da temática (apresentada na primeira parte), optei pelos procedimentos metodológicos que melhor se adequaram ao estudo e que contribuíram com informações importantes para o debate acadêmico sobre a tríade composta pelo fenômeno social, profissão do lar e gênero, especialmente na área de conhecimento da Administração. Ao final deste capítulo, de forma resumida, apresento a minha intenção teórico-metodológica, permitindo ao leitor compreender o caminho percorrido até a conclusão deste estudo.

3.1 Tipo de pesquisa

Buscando investigar quem são os sujeitos que abandonaram funções remuneradas no mercado de trabalho para o exercício da profissão do lar, quais as principais razões para tal atitude e quais as implicações dessa atitude para as questões de gênero, domésticas e familiares, optei por classificar este estudo como descritivo-exploratório, segundo as orientações de Collis e Hussey (2005), Creswell (2007) e Flick (2009).

A pesquisa descritiva permitiu-me observar, conhecer, registrar, descrever e analisar as características dos indivíduos profissionais do lar e do fenômeno social investigado, bem como verificar se houve conexão e relação com outros fenômenos. A pesquisa exploratória auxiliou-me na busca de mais e novas informações sobre a tríade composta pelo fenômeno social, profissão do lar e gênero – temática essa ainda pouco estudada academicamente na área de conhecimento da Administração (BIDARTE; FLECK; MELLO, 2018; BIDARTE et al., 2016), possibilitou-me familiaridade com o fenômeno social investigado e uma (nova) percepção empírica a partir dele, por meio de discussões, reflexões e questionamentos.

3.2 Abordagem

Considerando o objetivo do presente estudo e o fato do fenômeno social investigado ser coberto por aspectos sociais, culturais e históricos, julguei mais adequado dar ênfase para uma abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa possuiu foco interpretativo e buscou captar dados psicológicos dos indivíduos, os quais são reprimidos ou não facilmente articulados (COLLIS; HUSSEY, 2005; CRESWELL, 2007, 2010; FLICK, 2009, 2013). Neste sentido, a abordagem qualitativa permitiu-me conhecer e interpretar os significados do fenômeno social investigado a partir da visão dos indivíduos, a compreender o que os levou a agir como agiram e quais as implicações para as questões de gênero, domésticas e familiares.

Seguindo o entendimento de Creswell (2007, 2010), Flick (2009, 2013) e Taylor e Bogdan (1987), optei por não determinar o número de indivíduos a ser contemplado pelo presente estudo, como detalharei no decorrer deste capítulo. No entanto, busquei possuir dados suficientes para compreender o fenômeno social investigado de maneira satisfatória, uma vez que a abordagem qualitativa se mostrou favorável para descobertas sobre a temática estudada, fornecendo dados mais detalhados, completos e profundos.

3.3 Método

Escolhi a história oral como método devido esta constituir-se um meio importante para compreender a realidade e por apresentar-se “como forma de captação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida, mantendo um compromisso com o contexto social” (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 12). Em relação às modalidades de história oral, considerei a história oral temática como a mais adequada para o presente estudo. Essa modalidade está relacionada com a prática de entrevistas, isto é, a conversação entre o pesquisador e o sujeito de pesquisa, sendo este último a fonte dos dados, não o objeto de estudo (ALBERTI, 2004; FREITAS, 2006; MEIHY; RIBEIRO, 2011). Neste viés, a história oral temática auxiliou-me, por meio da narrativa dos profissionais do lar, compreender o fenômeno social investigado e as relações sociais em que eles estão inseridos, como também as implicações para as questões de gênero, domésticas e familiares.

Destaco que segui os procedimentos quanto à utilização da história oral temática propostos por Meihy e Ribeiro (2011, p. 13) neste estudo. Os procedimentos são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Procedimentos seguidos para a História Oral Temática

- | | |
|-------------|--|
| I. | Planejamento da condução das gravações; |
| II. | Respeito aos procedimentos da história oral temática; |
| III. | Tratamento da passagem do código oral para o escrito; |
| IV. | Conferência da gravação e validação pelo entrevistado; |
| V. | Autorização para o uso; |
| VI. | Análise. |

Fonte: Elaborado pelo autor adaptado de Meihy e Ribeiro (2011, p. 13)

Respeitando os procedimentos da história oral temática, elaborei um roteiro temático, abrangente e amplo, fundamentado a partir da revisão teórica da temática, que foi utilizado durante as conversações com os profissionais do lar (Apêndice A). Construí as suas questões de forma aberta, incentivando os profissionais do lar a discorrerem sobre os temas abordados, conforme orientações de Creswell (2007, 2010) e Freitas (2006). Por possuir caráter temático, o roteiro não se restringiu à trajetória de vida dos profissionais do lar. Considerei somente aquela parte da vida dos entrevistados relacionada à temática investigada.

Levei em consideração o que Freitas (2006), Ichikawa e Santos (2006) e Meihy e Ribeiro (2011) colocam quando se referem ao roteiro temático, que este não deve ser aplicado de modo inflexível, pois cada conversa apresenta uma dinâmica própria, cabendo ou não a formulação de perguntas distintas, além de que questões emergem de forma natural durante o discurso do sujeito. De modo geral, o roteiro temático guiou-me para que questões-chave do estudo fossem abordadas pelos profissionais do lar, proporcionando um certo conjunto harmônico de documentos gerados após o tratamento da passagem do código oral para o escrito.

3.4 Técnica de seleção dos profissionais do lar

Para a seleção dos profissionais do lar, adotei a técnica bola de neve. Essa técnica de seleção de sujeitos é utilizada em pesquisas exploratórias como alternativa para situações de estudo quando os indivíduos de uma determinada população são mais difíceis de serem encontrados do que os de populações conhecidas ou ainda para localizar indivíduos de populações raras (HAIR JR. et al., 2005; HENDRICKS; BLANKEN; ADRIAANS, 1992).

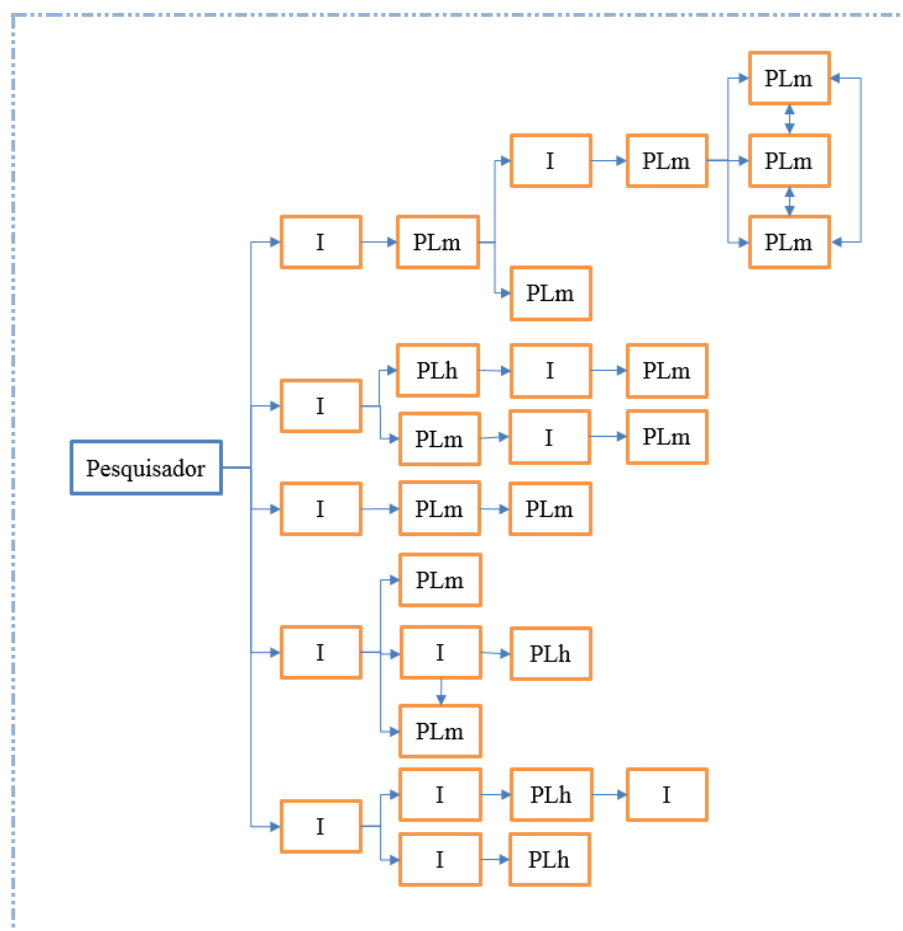
Apesar de ser mais utilizada em estudos quantitativos, a bola de neve mostra-se bastante útil na seleção de sujeitos em pesquisas qualitativas. De acordo com Hendricks, Blanken e Adriaans (1992), pesquisas qualitativas, descritivas e exploratórias são beneficiadas na obtenção de informações de indivíduos pertencentes às populações difíceis de serem encontrados ou às populações raras quando utilizam a bola de neve como técnica de seleção de sujeitos.¹⁶ Desta forma, considero a bola de neve adequada para este estudo, justificando que os profissionais do lar são indivíduos que possuem pouca visibilidade social, não são encontrados facilmente e constituem uma população difícil de ser acessada.

A bola de neve pressupõe a existência de conexão entre os indivíduos pertencentes à mesma população, deste modo, apropria-se de uma abordagem em cadeia. O desenvolvimento desta abordagem se dá quando o primeiro participante, a pedido do pesquisador, recomenda outros participantes de seu conhecimento para que façam parte da população-alvo do estudo, e esses, por sua vez, indicam, se possível, outros participantes (COLLIS; HUSSEY, 2005; FLICK, 2009, 2013; HAIR JR. et al., 2005).

¹⁶ Ver, por exemplo, Bezerra e Vieira (2013), Bidarte, Fleck e Mello (2018) e Bruschini e Ricoldi (2012).

Na perspectiva de seleção dos profissionais do lar, inicialmente realizei o mapeamento deles (Figura 1), o qual demandou muito trabalho no período de julho a agosto de 2017. Para tanto, utilizei de minha rede de amigos e familiares para obter indicações de possíveis profissionais do lar. Deste modo, por meio de cinco informantes, consegui localizar e contatar os primeiros profissionais do lar, realizando o convite para que participassem deste estudo. Ao término de cada contato, solicitei a indicação de novos profissionais do lar, desenvolvendo, assim, a abordagem em cadeia.

Figura 1 – Mapeamento dos profissionais do lar



Fonte: Elaborado pelo autor

Legenda: I: informante; PLm: profissional do lar mulher; PLh: profissional do lar homem

A partir do mapeamento dos profissionais do lar (Figura 1), cheguei a um total de treze profissionais do lar do sexo feminino e quatro do sexo masculino, contatados através de doze informantes. Desse conjunto, nove mulheres e quatro homens profissionais do lar fizeram parte deste estudo. Informações a respeito dos profissionais do lar entrevistados serão apresentadas no capítulo a seguir. Cabe destacar que foi atribuído um nome fictício para cada profissional do lar contatado.

Por fim, menciono que houve indícios de saturação teórica em algumas questões do roteiro temático utilizando durante as conversações com os profissionais do lar, tendo em vista a complexidade do fenômeno social investigado. No entanto, encerrei a bola de neve pelas seguintes razões: **I)** não foi possível a identificação de novos profissionais do lar por meio de indicações, seja de sujeitos, informantes ou contatados; e **II)** devido à limitação de tempo para a realização desta dissertação. Essas duas formas de saturação da técnica bola de neve permitiram-me encerrar a coleta de dados deste estudo.

3.5 Técnica de coleta de dados

Considerando os procedimentos da história oral temática e a estrutura do roteiro temático, optei pela entrevista semiestruturada como técnica de coletas de dados, por ser conduzida com a utilização de um roteiro e possuir flexibilidade de acrescentar questões (CRESWELL, 2007, 2010; FLICK, 2009, 2013). A entrevista mostrou-se adequada uma vez que determinadas informações sobre os profissionais do lar somente são conhecidas por meio dessa técnica de coleta de dados (BRUSCHINI, 2006; BIDARTE; FLECK; MELLO, 2018).

O primeiro contato que realizei com os profissionais do lar foi para apresentar-me e apresentar a temática da dissertação, convidando-os para participarem do estudo. As entrevistas foram agendadas de acordo com a sua disponibilidade, em local, data e horário previamente definidos por eles, sempre consultados se concordavam que seus discursos fossem gravados em áudio (ALBERTI, 2004; CRESWELL, 2007; MEIHY; RIBEIRO, 2011).

No ato das entrevistas, assegurei a cada profissional do lar o direito de solicitar o desligamento do aparelho gravador quando desejasse, assim como o de falar apenas sobre o que lhe fosse cômodo (ALBERTI, 2004; FREITAS, 2006; ICHIKAWA; SANTOS, 2006). Sempre que possível, realizei as entrevistas de forma individualizadas, evitando possíveis influências externas sobre as respostas e interrupções (TAYLOR; BOGDAN, 1987). No caso das entrevistas não individualizadas, cabe mencionar a presença de filhos e/ou cônjuge durante algum momento da entrevista. Apesar disso, não percebi mudança de comportamento ou de discurso pelos profissionais do lar. Cada entrevista teve duração aproximada de 1 hora; o que me demandou de 2 a 3 horas de transcrição.

Após a entrevista, entreguei a cada profissional do lar entrevistado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), solicitando autorização para que o

conteúdo do discurso fosse analisado e para que suas falas fossem utilizadas. O Termo foi assinado em duas vias pelos profissionais do lar entrevistados, os quais ficaram com a posse de uma delas. Desta forma, o Termo garantiu formalmente o sigilo das informações e o anonimato deles (CRESWELL, 2007, 2010; FLICK, 2009, 2013).

Devido a minha condição de pesquisador do sexo masculino, de forma geral, percebi que enquanto os homens estavam sentindo-se confortáveis desde o início da entrevista, as mulheres sentiram-se confortáveis no decorrer da mesma, após a realização de questões introdutórias. Ainda, menciono ter sido bem recebido por todos os profissionais do lar entrevistados, sendo que, de alguns deles, recebi honroso convite para retornar as suas residências quando quisesse.

A cada entrevistada realizada com os profissionais do lar, cumpri as três etapas propostas por Meihy e Ribeiro (2011, p. 107), a saber:

I) a transcrição: nesta etapa, converti os conteúdos gravados em áudio em textos escritos. Como os textos transcritos são cópias fiéis das gravações, optei pela permanência dos erros de gramática, dos vícios de linguagem, das palavras e expressões repetidas, não havendo qualquer tipo de correção por parte do pesquisador (*ipsis litteris*). Entendo que isso deve ser mantido, não comprometendo, assim, o conteúdo dos pensamentos dos profissionais do lar entrevistados em prol do zelo à norma culta da língua portuguesa brasileira;

II) a contextualização: nesta etapa, reorganizei o conteúdo dos textos de acordo com a estrutura do roteiro temático (Apêndice A), realizando o exercício de unir os temas que foram discutidos e retomados em distintos momentos das entrevistas. Isso possibilitou-me compreender melhor o discurso de cada profissional do lar; e,

III) a transcrição: nesta etapa, entreguei o conteúdo dos textos contextualizados aos profissionais do lar entrevistados, para que, de acordo com as suas vontades, realizassem modificações, isto é, exclusão ou inclusão de palavras, frases, trechos.

Destaco que a validação do conteúdo dos textos transcritos constituiu o procedimento final do processo de interação entre o pesquisador e os profissionais do lar entrevistados durante o período de coleta de dados, que foi iniciado em agosto e finalizado em outubro de 2017. Após o conteúdo dos textos transcritos serem conferidos e legitimados pelos profissionais do lar entrevistados, procedi com a leitura e análise do mesmo.

3.6 Técnica de análise de dados

Analisei os documentos gerados por meio da análise textual discursiva, que constitui uma metodologia fenomenológico-hermenêutica de análise de documentos textuais na pesquisa qualitativa. Optei por esta metodologia analítica com a finalidade de produzir novas compreensões sobre os discursos analisados e sobre a tríade composta pelo fenômeno social investigado, profissão do lar e gênero (MORAES, 2003; MORAES; GALIAZZI, 2011).

Moraes (2003) e Moraes e Galiazzi (2011) propõem que a análise textual discursiva seja uma metodologia analítica centrada em torno de três grandes etapas, as quais representam um ciclo analítico auto-organizado: **I)** Desmontagem dos textos; **II)** Estabelecimento de relações; e **III)** Captação do novo emergente. Cada etapa engloba determinado número de procedimentos analíticos, os quais foram desmembrados e discutidos por Ariza et al. (2015). Com o objetivo de facilitar a visualização e operacionalização da análise textual discursiva neste estudo, organizei os procedimentos que segui, apresentando-os no Quadro 3.

Quadro 3 – Procedimentos seguidos para a Análise Textual Discursiva

I.	Desmontagem dos textos (Processo de unitarização)	<ul style="list-style-type: none"> I. Unidade fenomenológico-hermenêutica II. <i>Corpus</i> da análise III. Codificação IV. Unidades de significado V. Palavras-chave VI. Enunciado descritivo (título das unidades) VII. Unidades de significado do pesquisador e de teóricos
II.	Estabelecimento de relações (Processo de categorização)	<ul style="list-style-type: none"> VIII. Categorias emergentes, intermediárias e finais IX. Organização da informação
III.	Captando o novo emergente (Metatexto)	<ul style="list-style-type: none"> X. Metatexto

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com Moraes (2003), Moraes e Galiazzi (2011) e Ariza et al. (2015)

Na primeira grande etapa, examinei o conjunto de 13 documentos (*corpus* da análise) gerados na etapa da transcrição do conteúdo das entrevistas em seus detalhes, fragmentando-os e destacando seus elementos constituintes, atingindo unidades de significado. Atribuí uma identificação em código para cada *corpus* da análise, facilitando a localização de informações retiradas (MORAES; GALIAZZI, 2011; ARIZA et al., 2015). Como por exemplo, em uma citação com o código (Bruna:2:3), significa que é um registro do discurso da entrevistada de nome fictício Bruna, escrito segundo a resposta da pergunta de número 2, e 3 representa o

número da unidade de significado de sua reflexão. O sinal de pontuação dois-pontos serve apenas para separar as informações.

Defini as unidades de significado que emergiram da desmontagem do *corpus* da análise em categorias a partir da revisão teórica da temática (Apêndice A). Nessas unidades, estiveram contidos os elementos mais significativos presentes no *corpus* da análise referentes ao fenômeno social investigado. Deste modo, identifiquei 570 unidades de significado nos 13 documentos transcritos. Ainda, as palavras-chave são palavras que me chamaram a atenção, que foram retiradas das unidades de significado para construir o enunciado descritivo de cada subseção analítica (MORAES, 2003; MORAES; GALIAZZI, 2011; ARIZA et al., 2015).

Na segunda grande etapa, construí relações entre as unidades de significado, de modo a combinar e as classificar em conjuntos mais complexos – as categorias. A categorização correspondeu “a simplificações, reduções e sínteses de informações da pesquisa, concretizadas por comparação e diferenciação de elementos unitários, resultando em formação de conjuntos de elementos que possuem algo em comum” (MORAES; GALIAZZI, 2011, p. 75). Durante a categorização, construí diferentes níveis de categorias (denominados de iniciais, intermediários e finais), os quais delimitei e aperfeiçoei com maior precisão e rigor em um processo recursivo. Esses níveis de categorias compuseram os elementos de organização da análise da terceira grande etapa – o metatexto (MORAES, 2003).

Como já sinalizado, utilizei o método dedutivo para a construção de categorias analíticas *a priori*, as quais foram fundamentadas a partir da revisão teórica da temática (COLLIS; HUSSEY, 2005; CRESWELL, 2007). Cada categoria analítica constituiu uma perspectiva distinta e complementar da análise do fenômeno social investigado e expressou o meu olhar sobre os significados percebidos no *corpus* da análise (MORAES, 2003).

Por fim, a terceira grande etapa analítica foi desencadeada pelas duas grandes etapas anteriores, possibilitando-me uma nova compreensão do todo. Nesta etapa, o metatexto representou a exploração final das categorias construídas no estudo e constituiu “um conjunto de argumentos descritivo-interpretativos” que expressaram “a compreensão atingida pelo pesquisador em relação ao fenômeno pesquisado” (MORAES, 2003, p. 202), na qual estiveram presentes diálogos interpretativos constantes com a teoria e a empiria.

Constantemente revisei, reorganizei e aperfeiçoei o metatexto, devido esse ser um processo de escrita e possuir estrutura textual e argumentos. A base da estrutura textual analítica do metatexto foi constituída seguindo a ordem das questões do roteiro temático (Apêndice A). Ao passo que o metatexto foi sendo desenvolvido, me assumi como autor das interpretações e argumentos que construí a partir dos documentos textuais que analisei

(MORAES, 2003). Nesse sentido, seguindo as orientações de Moraes (2003) e Moraes e Galiuzzi (2011), procurei fazer do metatexto um esforço acadêmico, sobretudo na área de conhecimento da Administração, em realizar uma análise crítica e reflexiva sobre a tríade pesquisada nesta dissertação, composta por: fenômeno social, profissão do lar e gênero.

3.7 Síntese dos Procedimentos Metodológicos

Como sinalizado no início deste capítulo, organizei minha intenção teórico-metodológica para esta dissertação em um fluxograma, mostrando mais claramente os procedimentos metodológicos utilizados.

Quadro 4 – Síntese dos procedimentos metodológicos



Fonte: Elaborado pelo autor

Com a fundamentação e apresentação dos procedimentos metodológicos que adotei para a condução do estudo, concluo esta parte da presente dissertação. No capítulo seguinte, apresento a análise dos dados coletados e a discussão dos resultados.

PARTE III: ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO



Esta seção da dissertação apresenta os resultados obtidos, sendo estruturada em cinco subseções, a saber: **4.1)** Apresentação dos profissionais do lar: conhecendo brevemente suas histórias de vida; **4.2)** Mercado de trabalho: o reflexo da (in)formalidade e da (in)flexibilidade no cotidiano doméstico e familiar; **4.3)** Profissão do lar: uma profissão (des)valorizada, (não)reconhecida e (in)visível – até quando?; **4.4)** Filhos: a (im)possibilidade de permanência na esfera privada para realizar os cuidados infantis em tempo integral; e **4.5)** Afazeres domésticos: trabalho realizado diariamente, não compartilhado e não remunerado na esfera privada. No interior de cada subseção, analiso e discuto os elementos que respondem aos objetivos propostos pelo presente estudo, expressando a minha compreensão sobre o fenômeno social investigado, desenvolvendo diálogos interpretativos constantes com a teoria e a empiria.

Optei por apresentar os resultados em diferentes subseções, pois cada uma delas corresponde a uma categoria analítica fundamentada a partir da revisão teórica da temática da presente dissertação, além de que cada subseção corresponde a uma perspectiva distinta e complementar da análise do fenômeno social investigado, como mencionei anteriormente. A seguir, as subseções são apresentadas e problematizadas.

4.1 Apresentação dos profissionais do lar: conhecendo brevemente suas histórias de vida

Optei por apresentar, primeiramente e de modo breve, a história de vida de cada entrevistado em forma de narrativa (Quadro 5). Com esse embasamento, posteriormente, descrevo, analiso, discuto e problematizo as categorias temáticas em subseções. Vale assinalar que a história de vida de cada entrevistado apresentada a seguir foi narrada considerando o quanto eles estavam dispostos a conversar sobre questões de sua vida no momento da entrevista (ALBERTI, 2004; FREITAS, 2006; MEIHY; RIBEIRO, 2011).

Quadro 5 – Breve história de vida dos profissionais do lar entrevistados

	<p style="text-align: center;">BRUNA (ENTREVISTADA 1)</p> <p>Nasceu em 1972, na cidade de Quaraí, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Veio de uma família simples, composta por 5 membros. Mudou-se para Santana do Livramento aos 13 anos de idade, onde trabalhou como empregada doméstica para algumas famílias, inclusive morando em suas casas. Durante esse período, trabalhava muito e ganhava pouco. Como remuneração, recebia um quarto do salário mínimo legal vigente na época. Alguns anos depois, aos 16 anos de idade, conheceu seu esposo. Deixou de trabalhar como doméstica e se casou, tendo um filho logo em seguida. Após 6 anos de matrimônio divorciou-se. Pouco tempo depois, conheceu seu atual marido, com quem teve mais um filho. Está “juntada” há 21 anos. Não possui pretensões de retornar a sua cidade natal. Possui ensino médio completo e declarou-se de cor branca e pertencente à classe social baixa.</p>	
	<p style="text-align: center;">PÂMELA (ENTREVISTADA 2)</p> <p>Nasceu em 1982, na cidade de Santana do Livramento, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Até os seus 7 anos de idade morou na casa de seus avós maternos. Após, mudou-se com sua mãe para outro domicílio. Morou em sua cidade natal até os seus 15 anos de idade, mudando-se para Valparaíso, estado de Goiás, Brasil, com sua mãe e seu padrasto, onde morou até os seus 18 anos de idade. Após, “juntou-se” e foi morar com seu marido em São Paulo, capital do estado de São Paulo, Brasil, onde residiu por aproximadamente 2 anos. Nesse período, teve um filho, que veio a falecer após completar 1 ano de idade. Logo após, separou-se. Retornou para Valparaíso. Trabalhou na empresa fundada por sua mãe no setor de manutenção e serviços eletrônicos e estudou em uma boa instituição de ensino superior particular localizada em Brasília, no Distrito Federal, Brasil. Algum tempo depois, teve outro filho. Após 7 anos morando em Valparaíso, por questões pessoais e familiares, decidiu voltar para Santana do Livramento. Em sua cidade natal, teve mais um filho. Durante toda a sua vida não teve a presença paterna. Possui pós-graduação e declarou-se de cor branca e pertencente à classe social média.</p>	



CAIO (ENTREVISTADO 3)

Nasceu em 1984, na cidade de Santana do Livramento, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Veio de uma família simples, composta por 5 membros. Motivado a buscar uma vida melhor, mudou-se para Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, aos 18 anos de idade, onde morou e trabalhou por 14 anos em uma empresa de produção de gelo. Dois anos depois, conheceu sua esposa - também de Santana do Livramento - em Porto Alegre, “juntaram-se” e, após 5 anos de relacionamento, tiveram uma filha. Está juntado há 12 anos. Devido ao elevado custo de vida na capital gaúcha, resolveu, junto de sua esposa, retornar para Santana do Livramento. Possui ensino fundamental incompleto e declarou-se de cor negra e pertencente à classe social baixa.

CRISTINA (ENTREVISTADA 4)

Nasceu em 1984, na cidade de Bagé, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Veio de uma família simples, composta por 4 membros. Conheceu seu esposo em Bagé, “juntou-se” e, após um tempo, vieram para Santana do Livramento buscar melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho. No processo de mudança de cidade, interrompeu os estudos em uma instituição de ensino superior privada. Em Santana do Livramento, teve três filhos. Está “juntada” há 10 anos, declarou-se de cor branca e pertencente à classe social baixa.



HELOÍSA (ENTREVISTADA 5)

Nasceu em 1962, na cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Veio de uma família simples, composta por 4 membros. Aos 3 anos de idade seus pais se separaram. Criada sem a presença do pai, aos 6 anos de idade foi estudar em um internato, onde concluiu até a terceira série do ensino fundamental. Anos mais tarde, na juventude, retomou os estudos à noite, pois trabalhava durante o dia. Aos 21 anos de idade conheceu seu esposo – natural do Uruguai. Casaram-se quando a primeira filha tinha 6 anos de idade. Alguns anos depois teve a segunda filha. Devido seu esposo ser funcionário aposentado de um banco estatal no Uruguai e da impossibilidade de receber sua aposentadoria no Brasil, mudaram-se para Santana do Livramento. Além de estarem mais próximo do Uruguai, seu esposo também pode se envolver mais com as questões políticas do seu país. Dois anos depois da mudança de cidade teve o terceiro filho. Está casada há 34 anos, declarou-se de cor branca e pertencente à classe social média.



ELIANA (ENTREVISTADA 6)

Nasceu em 1958, na cidade de Montevideú, capital do Uruguai. Veio de uma família com boas condições econômicas, composta por 5 membros. Aos 14 anos de idade, na escola, conheceu seu marido. Alguns anos depois casou-se. Recorda da infância como sendo os seus melhores momentos da vida, pois brincava na rua com seus amigos no bairro residencial onde moravam, sem medo de algum tipo de violência e/ou acidente. Grávida do primeiro filho e com 25 anos de idade, veio morar em Santana do Livramento, devido à abertura de um negócio na cidade. Anos mais tarde teve outro filho e, pouco tempo depois, outro filho. Após quase 10 anos de matrimônio se separou. Alguns meses depois, conheceu seu atual marido, com quem teve mais um filho e está casada há 22 anos. Lembra com saudade de sua cidade natal, com desejo de retornar em breve. Possui ensino médio completo e declarou-se de cor branca e pertencente à classe social média.





GABRIEL (ENTREVISTADO 7)

Nasceu em 1961, na cidade de Quaraí, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Veio de uma família de posses, composta por 6 membros. Por vontade própria, vinha diariamente de ônibus para Santana do Livramento para dar continuidade aos estudos e concluir o ensino médio. Sua família não aceitava sua vontade de estudar, pois queria que ficasse na propriedade dando continuidade aos negócios rurais familiares. Devido ao cansaço físico e mental das viagens ao longo do primeiro ano de estudos, optou por morar em Santana do Livramento no decorrer do segundo ano do ensino médio. Sem o apoio financeiro da família, começou a trabalhar durante o dia, alternando de empregos entre Santana do Livramento e Rivera, Uruguai. Muitas vezes não tinha o que comer, nem onde morar. Nessas situações, contava com a ajuda e boa vontade de vizinhos e desconhecidos. Após concluir o ensino médio, ingressou em uma instituição de ensino superior pública de Rivera, Uruguai. Com a vida mais estável, foi adquirindo, aos poucos, seus bens. Após formado, conseguiu empregar-se em um hospital público de Santana do Livramento. Trabalhou muito, vendia férias, cobria plantões de colegas. Por possuir um perfil mais conservador, poupava o dinheiro que ganhava com o objetivo de realizar duas grandes aquisições. Após muita luta, comprou a casa e o carro próprio. Nunca foi casado, não possui filhos, declarou-se de cor branca e pertencente à classe social média.

DIEGO (ENTREVISTADO 8)

Nasceu em 1985, na cidade de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Veio de uma família simples, composta por 5 membros. Seus pais se separaram quando era pequeno. Devido à separação de seus pais e aos problemas psicológicos de sua mãe, começou a trabalhar vendendo doces na rua aos 12 anos de idade. Aos poucos foi tomando a liderança da família. Anos mais tarde, começou a trabalhar na empresa de sua tia, por um período aproximado de 7 anos. Durante o período de trabalho, buscou se qualificar visando melhor inserção no mercado de trabalho rio-grandense, realizando cursos de atendimento ao cliente, informática, entre outros, além de dar continuidade aos estudos. Após trabalhar com sua tia, trabalhou como atendente comercial e depois como técnico de segurança do trabalho no Polo Naval. Conheceu sua esposa durante o show de uma banda. Um mês após o show estavam namorando e após um ano estavam noivos. A carreira profissional no Polo Naval mostrava-se em ascensão, no entanto, se acidentou no trabalho e o Polo Naval apresentava sinais de crise, passando a demitir muitos funcionários. Inseriu-se novamente no comércio. A situação da família estava complicada: esposa grávida do primeiro filho, valores do aluguel e preço dos alimentos subindo muito. Com perspectiva de um melhor emprego, saiu do comércio e foi trabalhar em uma grande empresa, no setor de carregamento de soja. Algum tempo depois, o emprego mostrou-se instável e o pagamento do salário começou a atrasar, trazendo complicações ao casal. Nesse período, a esposa começou a estudar para realizar concurso público e veio o segundo filho. Não muito tempo depois, sua esposa foi aprovada em um concurso público em uma universidade pública federal em Santana do Livramento. Sem perspectivas de melhores condições de vida em Rio Grande, veio com sua esposa para Santana do Livramento, onde moram há 3 anos. A nova cidade mostrou-se como uma “salvação” para o casal, devido ao baixo custo de vida comparado à Rio Grande e à melhora na qualidade de vida do casal. Sem pretensões de voltar a morar em Rio Grande, lembra dos familiares e amigos com carinho. Declarou-se de cor branca e pertencente à classe social média.





DENISE (ENTREVISTADA 9)

Nasceu em 1988, na cidade de Santana do Livramento, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Veio de uma família simples, composta por 4 membros. Seus pais terminaram o relacionamento antes mesmo de seu nascimento. Sua mãe engravidou sem estar casada, sendo culpabilizada familiar e socialmente por uma responsabilidade que não era somente dela. Por opção, sua mãe nunca contou ao seu pai que estava grávida, resolvendo criá-la sem a presença do pai – o que na década de 1980 era alvo de julgamento, de preconceito, por parte da sociedade e também dos próprios membros da família. Aos 19 anos de idade começou a namorar com um homem uruguaio, com quem veio a casar dois anos depois. Casada e morando na casa própria, aos 21 anos de idade resolveu conhecer seu pai. Seu pai a aceitou e passados dois anos a registrou, dando-lhe seu sobrenome. Possui um irmão paterno e uma irmã materna. Teve o primeiro filho aos 26 anos de idade e está à espera do segundo filho. Está cursando enfermagem em uma instituição de ensino superior pública uruguaia, declarou-se de cor negra e pertencente à classe social média.

VALÉRIA (ENTREVISTADA 10)

Nasceu em 1960, em casa, na cidade de Santana do Livramento, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Veio de uma família simples, composta por 7 membros. Seus pais criaram todos os filhos de forma igual, passando valores como a honestidade, a sinceridade, a verdade, a humildade. Tinha o sonho de estudar para ser médica. Porém, na adolescência, devido a fatores familiares, não continuou os estudos. Recorda da infância com saudade, pois adorava brincar com os amigos na rua da quadra de sua casa – sempre após a permissão de sua mãe. Aos 20 anos de idade conheceu seu esposo e casaram-se, tendo o primeiro filho um ano depois. Após o matrimônio, dedicou-se exclusivamente à casa, ao filho e ao marido, pois essa foi a educação que recebeu de sua mãe quando pequena. Voltou a estudar quando o filho completou 6 anos de idade, concluindo o ensino médio. Quatro anos depois, nasceu a segunda filha. A família sempre recebeu ajuda financeira de sua sogra. Após o falecimento de sua sogra, a família enfrentou muitos problemas, como a fome e a ausência de energia elétrica e água no domicílio. Devido à necessidade de rendimentos, ingressou no mercado de trabalho, conseguindo o seu primeiro emprego aos 33 anos de idade. Está casada há 37 anos e considera-se uma pessoa bastante religiosa, que ama a família e os animais de estimação. Declarou-se de cor negra e pertencente à classe social baixa.



ROSA (ENTREVISTADA 11)

Nasceu em 1971, na cidade de Santana do Livramento, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Veio de uma família com condições econômicas favoráveis, composta por 4 membros. Buscando um novo estilo de vida e novas oportunidades de inserção no mercado de trabalho, mudou-se para Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, onde morou por algum tempo. Após, retornou para Santana do Livramento, onde conheceu seu esposo. Casaram-se, tiveram um filho e poucos anos depois se separaram. Criou seu filho sem a presença paterna, com muitas dificuldades. Devido à necessidade de trabalhar, contou com a ajuda de sua mãe para cuidar do filho durante a sua ausência. Passado algum tempo, conheceu seu atual marido, com quem teve mais um filho e está casada há 20 anos. Possui ensino médio completo e declarou-se de cor branca e pertencente à classe social média.

MÁRCIA (ENTREVISTADA 12)

Nasceu em 1961, na cidade de Santana do Livramento, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Veio de uma família simples, composta por 6 membros. Devido à situação econômica da família e vendo a dificuldade do trabalho de sua mãe, começou a trabalhar aos 11 anos de idade. Sua mãe lavava roupa para algumas pessoas como forma de possuir uma renda complementar e de pagar a mensalidade da escola particular em que estudava. Na família, educação era prioridade. Aos 16 anos de idade concluiu o ensino médio e ingressou em um curso técnico em contabilidade. Algum tempo depois, ingressou em uma instituição de ensino superior particular para cursar Ciências Contábeis, porém não concluiu o curso. Aos 23 anos de idade conheceu seu esposo, com quem casou logo em seguida. Teve o primeiro filho aos 25 anos de idade e o segundo filho aos 28 anos de idade. Após 13 anos de matrimônio, separou-se devido a uma traição de seu marido. Trabalhou bastante, sem descansar, para superar as dificuldades econômicas diárias e de criação sozinha dos filhos. Considera-se uma pessoa bastante religiosa, declarou-se de cor branca e pertencente à classe social média.



EDUARDO (ENTREVISTADO 13)

Nasceu em 1975, na cidade de Três Passos, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Veio de uma família com boas condições econômicas, composta por 7 membros. Aos 15 anos de idade mudou-se para Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, para fazer cursinho pré-vestibular para uma instituição de ensino superior pública e federal. Pouco tempo depois, aos 18 anos de idade, foi aprovado em um concurso público para uma companhia de telefonia fixa e móvel, sendo o funcionário mais jovem da empresa. Sete anos depois, a companhia foi terceirizada, sendo demitido no mesmo ano. No mesmo ano, resolveu montar uma cooperativa de prestação de serviços de telefonia, oferecendo seus serviços à antiga companhia em que trabalhava. A cooperativa foi desfeita em 2003, devido a alguns desentendimentos entre os cooperados. Buscando novas oportunidades, resolveu morar em São Paulo, estado de São Paulo, Brasil. No entanto, não se adaptou à nova cidade e voltou para Santa Maria. No ano seguinte, resolveu empreender novamente e montou, juntamente com um familiar, uma loja de informática e de prestação de serviços de telefonia. Devido a sucessivos desentendimentos entre os sócios, resolveu parar de trabalhar na loja em 2006. No mesmo ano, começou a trabalhar como autônomo, realizando o registro como microempreendedor individual (MEI), atuando na área de serviços de telefonia e informática. Ainda, começou a estudar jornalismo em uma instituição de ensino superior privada, trabalhando na área. Em 2008, conheceu sua esposa. Após a conclusão do curso, em 2010, foi morar e trabalhar em uma cidade no estado de Santa Catarina, Brasil. Devido à difícil inserção no mercado de trabalho catarinense, retornou para Santa Maria, onde realizou a cobertura de uma grande tragédia e continuou trabalhando como MEI. Em 2012, nasceu sua primeira filha. Com a filha pequena crescendo, começou a construir a casa da família em um bairro próspero da cidade de Santa Maria. Devido ter trabalhado com seu pai, possuía o conhecimento de trabalhar com madeira. Com a casa construída, iniciou a construção de pequenos objetos de decoração a partir de materiais reaproveitados para a própria casa, sendo incentivado a vendê-los por seus amigos e familiares. Amadureceu a ideia e em 2014 iniciou a venda de artigos de decoração, focando-os na rusticidade. Em 2017, nasceu sua segunda filha. Está “juntado” há 9 anos, declarou-se de cor branca e pertencente à classe social média.



A partir da apresentação breve da história de vida de cada entrevistado (Quadro 5), as suas informações sociodemográficas foram agrupadas e são apresentadas na Tabela 4. Então, quem são estes sujeitos que abandonaram funções remuneradas no mercado de trabalho para o exercício da profissão do lar? O perfil sociodemográfico dos profissionais do lar entrevistados revela a predominância de mulheres, de cor branca, heterossexuais, com anos de estudo de 9 a 11 anos, estado civil casadas, pertencentes à classe social média, com idade média de 44 anos, com composição familiar na maioria de 3 integrantes e com número de filhos na maioria de 2. É importante recordar que, por utilizar a bola de neve como técnica de seleção dos entrevistados, houve uma tendência de indicação entre os profissionais do lar pertencentes à mesma realidade socioeconômica.

Tabela 4 – Perfil sociodemográfico dos profissionais do lar entrevistados

Entrevistado	Cor	Escolaridade (anos de estudo)	Estado civil	Classe social	Idade (anos)	Composição familiar	Filhos
Mulheres							
Bruna	Branca	9 a 11 anos	Solteira	Baixa	45	3	2
Pâmela	Branca	12 anos ou mais	Solteira	Média	35	3	2
Cristina	Branca	12 anos ou mais	Solteira	Baixa	33	5	3
Heloísa	Branca	9 a 11 anos	Casada	Média	55	4	3
Eliana	Branca	9 a 11 anos	Casada	Média	59	3	4
Denise	Negra	12 anos ou mais	Casada	Média	29	3	1
Valéria	Negra	12 anos ou mais	Casada	Baixa	57	3	2
Rosa	Branca	9 a 11 anos	Casada	Média	46	4	2
Márcia	Branca	12 anos ou mais	Divorciada	Média	56	2	2
Homens							
Caio	Negra	5 a 8 anos	Solteiro	Baixa	33	4	1
Gabriel	Branco	12 anos ou mais	Solteiro	Média	56	2	-
Diego	Branco	12 anos ou mais	Casado	Média	32	4	2
Eduardo	Branco	12 anos ou mais	Solteiro	Média	42	4	2

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com dados da pesquisa

Nota: Para fins classificatórios, utilizei as informações sobre cor da pele e classe social autodeclaradas pelos entrevistados (Quadro 5)

A Tabela 4 revela um resultado que confirma a hipótese inicialmente assumida neste estudo: predomínio de mulheres que abandonaram uma função remunerada no mercado de trabalho para o exercício da profissão do lar. Esse resultado, ainda que limitado ao cenário da investigação, contribui para a compreensão do porquê as mulheres apresentarem níveis de ocupação menores que os dos homens. Sobre isso, de acordo com dados do IBGE (2013), de cada 100 mulheres na posição de pessoas de referência ou na de cônjuge, apenas 52 afirmaram estar ocupadas. Enquanto em relação aos homens, cerca de 82 declararam estar ocupados.

Sobre a escolaridade, é visível a presença de mulheres entrevistadas com níveis educacionais mais elevados do que os homens entrevistados. Isso também é observado a nível nacional. Segundo o IBGE (2010, 2016), as mulheres brasileiras possuem frequência escolar superior aos homens brasileiros, permanecendo mais tempo na escola e, conseqüentemente, aumentando progressivamente sua escolaridade. Isso é fruto do estímulo de uma série de políticas públicas de democratização do acesso ao sistema educacional básico e superior brasileiro, bem como das condições econômicas das famílias brasileiras, que permitem aos indivíduos jovens seguirem estudando em vez de se inserirem no mercado de trabalho. Cabe a ressalva de que essas políticas públicas atingiram as mulheres entrevistadas mais jovens; as mulheres entrevistadas com idade superior a quarenta anos continuam apresentando níveis educacionais menores, com exceção das entrevistadas Valéria e Márcia, o que evidencia a dificuldade do País de garantir o direito ao ensino superior para as gerações de mulheres.

Ao considerar a cor, são observados, no segmento de homens brancos entrevistados, níveis mais altos de escolaridade em relação ao conjunto de homens negros entrevistados; e no segmento das mulheres brancas entrevistadas, na maioria dos casos, níveis mais baixos de escolaridade em relação ao conjunto de mulheres negras entrevistadas. Os resultados sobre as mulheres entrevistadas são corroborados pelo último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o qual revelou que os segmentos historicamente mais desfavorecidos em relação ao acesso à educação (mulheres, de cor negra) apresentaram níveis mais altos de escolaridade em relação aos segmentos historicamente mais favorecidos (mulheres, de cor branca) (IBGE, 2010).

A baixa escolaridade por parte do entrevistado Caio merece atenção. De forma geral, o abandono escolar precoce pelos indivíduos implica em sua vulnerabilidade social, na medida em que, futuramente, pertencerão a um grupo que possui menos oportunidades de inserção qualificada no mercado de trabalho. Historicamente pessoas de cor negra ainda constituem um dos segmentos mais desfavorecidos em termos de acesso à educação no País. No Brasil, a média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade de cor negra é de apenas 6,7; no estado do Rio Grande do Sul, a média é um pouco maior, 7,1. Porém, são médias de anos de estudo inferiores às das pessoas de cor branca, 8,4 e 8,1, respectivamente (IBGE, 2010, 2013, 2016). Pode-se problematizar essas menores médias de anos de estudos em relação à subsistente situação de desigualdade que as pessoas de cor negra ainda sofrem e à desigualdade de oportunidades de acesso ao sistema educacional brasileiro entre as pessoas de cor branca e negra, considerando também o rendimento familiar.

É interessante destacar a relação entre maternidade e escolaridade. Considerando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 55,8% das mulheres brasileiras de 15 a 49 anos de idade com 8 anos ou mais de estudo possuem filhos; enquanto para aquelas com até 7 anos de estudo, a proporção foi de 78,4%. Sobre o primeiro grupo, as mulheres com maior escolaridade postergam mais a maternidade ou, ainda, optam por não terem filhos (IBGE, 2014a). Contudo, é preciso desconsiderar a pressão familiar, social e cultural sobre essas mulheres, pois quando não vistas com desconfiança por familiares, amigos e pela sociedade, são acusadas de alterarem a norma da instituição familiar. Neste ponto, cabe mencionar, considerando as reflexões realizadas por Albornoz (1969) e Hampe (2016), que não é essência da mulher a maternidade; a mulher pode ser mulher sem ter filhos. Assinalo que outros aspectos relacionados aos filhos serão abordados em maior profundidade nas próximas subseções.

Em relação à idade, há forte presença de mulheres na faixa etária de 30 a 49 anos realizando trabalho doméstico, assim como na faixa etária de 50 anos ou mais. Entretanto, é importante ressaltar que o nível de desocupação feminina no Brasil tem apresentado declínio nos últimos anos. As taxas de desocupação das mulheres de 25 a 39, de 40 a 49 anos e de 50 anos ou mais anos de idade reduziram-se no período de 2004 a 2013, passando de 7,6%, 5,0% e 3,2%, respectivamente, para 6,2%, 3,7% e 2,3% (IBGE, 2014a), refletindo um cenário em que elas podem estar retornando ao mercado de trabalho após a maternidade, devido a fatores como oferta de creches no País, por exemplo (IBGE, 2010, 2012, 2013).

Os indicadores de fecundidade e de número de pessoas na família no Brasil se apresentam em queda desde os anos 2000 (IBGE, 2016). O número de filhos e de pessoas na família dos entrevistados apresentaram variação superior à média nacional, que é de 1,7 filho e 2,8 integrantes. Isso pode estar relacionado com a renda familiar mensal das famílias, o nível de escolaridade e, especialmente, com a idade, tendo em vista que algumas entrevistadas constituíram sua família antes deste período. Cabe mencionar que as mudanças no tamanho das famílias ocorreram primeiramente nas regiões brasileiras “cujo maior dinamismo socioeconômico levou a incorporação de novos hábitos e valores ao processo de reprodução social das famílias brasileiras” (IBGE, 2014a, p. 69).

É notável a predominância do arranjo familiar composto por casais heterossexuais com filhos, arranjo esse normalmente relacionado à noção de família pela sociedade tradicional¹⁷. Na composição desse arranjo familiar, aparece a presença do homem como a

¹⁷ Existe o arranjo familiar composto por casal heterossexual com filhos e o por casal homossexual com filhos. Devido à ausência do segundo arranjo familiar, neste estudo, tratarei apenas do primeiro.

pessoa de referência, isto é, pessoa responsável pela unidade familiar (Bruna, Pâmela, Cristina, Heloísa, Eliana, Gabriel, Denise, Valéria, Rosa), mas também a presença da mulher como a pessoa de referência (Caio, Diego, Eduardo), desvinculando daquele modelo patriarcal e tradicional de família. Cabe a ressalva de que nesse arranjo familiar está havendo um aumento na proporção de mulheres como a pessoa de referência (2004: 3,6%; 2015: 15,7%) e uma diminuição na proporção de homens como a pessoa de referência (2004: 67,7%; 2015: 53,9%). Uma das razões é o crescimento no apontamento da mulher como a pessoa de referência na unidade familiar, seja por receber maiores rendimentos médios no trabalho que o marido, seja por ser a única pessoa provedora econômica da família (IBGE, 2015, 2016), entre outros fatores.

Em relação ao conjunto de arranjos familiares, ocorreu no País, desde os anos 2000, uma redução na proporção de casais com filhos e um aumento na proporção de casais sem filhos (IBGE, 2010). É interessante destacar que a Região Sul do Brasil ocupa o terceiro lugar na proporção de casais com filhos (de 51,5% para 43,5% no período de 2004 a 2014 – queda de 15,6%) e o primeiro lugar na proporção de casais sem filhos (de 18% para 23% no mesmo período – aumento de 27,6%). Uma das explicações para o crescimento da proporção de casais sem filhos é a redução das taxas de fecundidade (IBGE, 2014a).

Após a apresentação breve da história de vida de cada entrevistado e com breve análise sobre as suas informações sociodemográficas, a seguir, será apresentada, no formato de subseção, cada uma das categorias temáticas, as quais apresentam uma perspectiva distinta e complementar da análise do fenômeno social investigado. A primeira delas é apresentada na sequência e refere-se ao mercado de trabalho.

4.2 Mercado de trabalho: o reflexo da (in)formalidade e da (in)flexibilidade no cotidiano doméstico e familiar

Esta subseção possui como objetivo apresentar e discutir aspectos relacionados ao mercado de trabalho, lugar que os sujeitos entrevistados ocuparam antes de migrarem para a profissão do lar. Essa contextualização inicial auxilia na análise de pontos-chave das próximas subseções temáticas, ao fornecer informações que ajudam a compreender o fenômeno social investigado.

Os entrevistados estiveram ocupados entre empregos formais e informais. Bruna, Pâmela, Caio, Cristina, Heloísa, Eliana, Gabriel, Diego, Denise, Valéria, Rosa, Márcia e Eduardo estiveram no mercado de trabalho formal e possuíam acesso a direitos trabalhistas (jornada regulada, férias, 13º salário, licença-maternidade) e a direitos de proteção social (desemprego, incapacidade para o trabalho, entre outros); em contrapartida, Bruna, Caio, Heloísa, Valéria e Eduardo estiveram no mercado de trabalho informal e não possuíam acesso a direitos trabalhistas e/ou não contribuíam para a previdência social. Contudo, é observável que todos os profissionais do lar entrevistados, em algum momento de suas vidas laborais, estiveram ocupados em empregos formais. Nesse viés, é interessante mencionar que a Região Sul do Brasil apresenta o segundo maior percentual de pessoas de 16 anos ou mais de idade em empregos formais (67,4%) – percentual de formalização acima da média nacional (58,0%) (IBGE, 2014a).

Considerando a Tabela 4, é notável que as mulheres entrevistadas possuem níveis de escolaridade mais elevados do que os homens entrevistados. Isso refletiu na ocupação de empregos formalizados no mercado de trabalho. Nesse sentido, as pesquisas realizadas pelo IBGE (2010, 2012) têm mostrado que a população brasileira mais escolarizada tende a buscar empregos formais, além de que níveis de escolaridade maiores asseguram melhores oportunidades no mercado de trabalho.

Os empregos ocupados pelos entrevistados no mercado de trabalho formal eram de agente de turismo (Pâmela), atendente comercial (Bruna, Pâmela, Cristina, Heloísa, Eliana, Diego, Denise, Márcia, Eduardo), auxiliar administrativo (Márcia), auxiliar de produção (Caio), auxiliar de professora (Eliana), auxiliar de serviços gerais (Valéria), empacotadora (Heloísa), enfermeiro (Gabriel), operadora de caixa (Bruna), operador de máquinas (Caio), porteiro (Diego), promotora de eventos (Pâmela), servidor público (Eduardo), soldador de produção de peças (Caio), técnico de segurança do trabalho (Diego); no mercado de trabalho informal eram de artesão (Eduardo), auxiliar de obras (Caio), babá (Bruna, Heloísa), cuidadora de idosos e/ou pessoas enfermas (Valéria), diarista (Valéria), fotógrafa (Heloísa), revendedora de produtos de catálogos (Valéria) e trabalhadora doméstica mensalista (Bruna).

A maioria dos entrevistados, sobretudo mulheres, esteve em empregos formais no setor de atividade de serviços. É característica desse setor a absorção de maior parcela do trabalho feminino. Considerando os últimos dados sobre o município de Santana do Livramento disponibilizados pelo IBGE (2014c), o referido setor correspondeu a 51,1% do Produto Interno Bruto do município em 2014 – equivalente a R\$ 745.479,00 reais, revelando o papel importante que possui no desenvolvimento da economia local do ponto de vista da

geração de emprego e renda. Além disso, a população ocupada santanense, com 16 anos ou mais de idade, é de 37.106 pessoas, sendo 20.976 homens e 16.130 mulheres. Para eles, o percentual de ocupação no setor de atividade de serviços é de 62%; para elas, chega a 83,5%.

É interessante destacar que alguns empregos ocupados no mercado de trabalho informal por Bruna, Heloísa e Valéria refletiam suas habilidades como profissionais do lar (babá, cuidadora de idosos e/ou pessoas enfermas, empregada doméstica e faxineira). Essas profissões ainda são menos valorizadas socialmente, possuem condições precárias de trabalho e carência de proteção social e apresentam os menores rendimentos médios (IBGE, 2010, 2014a, 2016)¹⁸. A ocupação desses empregos significou a essas mulheres acesso restrito aos direitos previdenciários e trabalhistas. No entanto, elas usufruíam de jornadas de trabalho flexíveis e/ou menores, o que permitia maior envolvimento com as responsabilidades familiares e domésticas. Isso constitui um fator que pode explicar a subsistente discriminação sofrida pelas mulheres, já que os referidos empregos ainda são considerados pela sociedade como “trabalhos de mulher”, como afirmou Bruschini (1985, p. 50).

O tempo médio de permanência das mulheres entrevistadas no mercado de trabalho foi de 13,8 anos, enquanto que o dos homens entrevistados foi de 22,5 anos. O elevado tempo de permanência dos profissionais do lar entrevistados nos postos de trabalho deu-se devido à formalização dos empregos, à retenção de profissionais qualificados pelas empresas, ao “esticamento” no emprego diante da instabilidade da economia brasileira, entre outros fatores. É observável que o tempo médio de permanência no mercado de trabalho é maior para os homens do que para as mulheres entrevistadas. Esse aspecto é um dos pontos que será discutido na próxima subseção, na análise das razões da decisão de abandono de funções remuneradas no mercado de trabalho para o exercício da profissão do lar pelos entrevistados.

De forma geral, a jornada de trabalho média dos profissionais do lar entrevistados era de 9,5 horas diárias e 47,5 horas semanais. No caso das mulheres entrevistadas, a jornada de

¹⁸ Sobre as características gerais do trabalho doméstico remunerado no Brasil, por exemplo, em 2010, 93% eram trabalhadoras do sexo feminino, 55,0% tinham de 25 a 44 anos de idade, 49,6% eram pardas, 72,8% não possuía carteira de trabalho assinada – refletindo na baixa taxa de contribuição previdenciária, a escolaridade média foi de 6,1 anos de estudo e o rendimento médio mensal foi de aproximadamente R\$ 395,20. Apesar de serem dados do último Censo Demográfico, algumas políticas públicas foram adotadas posteriormente com o objetivo de promover a inclusão dos trabalhadores domésticos ao Regime Geral da Previdência Social, visto que esses trabalhadores continuam sendo a categoria a apresentar a menor taxa de formalização no mercado de trabalho. Pode se citar, como exemplo de política pública, a Proposta de Emenda Constitucional n. 66, de 2012 (apelidada de PEC dos Empregados Domésticos), que posteriormente foi transformada em Emenda Constitucional n. 72, de 02 de abril de 2013. Após a regulamentação da Lei Complementar n. 150, de 01 de junho de 2015, os trabalhadores domésticos passaram a possuir os mesmos direitos que os demais trabalhadores urbanos e rurais. De acordo com as informações do IBGE (2016), entre os anos de 2012 e 2015, evidenciou-se um aumento considerável na proporção de trabalhadores domésticos que contribuíam para a Previdência Social, passando de 50,3% para 59,1%. Isso mostra que é necessário avançar ainda mais em relação às políticas públicas que formalizem o trabalho doméstico no Brasil.

trabalho média era de 9,1 horas diárias e de 45,5 horas semanais (mulheres brancas: 8,7 horas diárias, 43,5 horas semanais; mulheres negras: 10 horas diárias, 50 horas semanais); no caso dos homens entrevistados, a jornada de trabalho média era de 9,9 horas diárias e de 49,5 horas semanais (homens brancos: 8,8 horas diárias, 44 horas semanais; homem negro: 12 horas diárias, 60 horas semanais). Sobre tais médias, cabe destacar três pontos: primeiro, são médias superiores às médias de horas semanais trabalhadas por homens e mulheres no Brasil; segundo, são médias maiores do que a jornada de 40 horas semanais regulamentada na maioria dos empregos; terceiro, os segmentos de homens e mulheres negros/as trabalharam mais em relação aos segmentos de homens e mulheres brancos/as.

O número de horas trabalhadas entre as mulheres e os homens entrevistados mostra que, enquanto a média para elas foi de 45,5 horas semanais, para eles foi de 49,5 horas semanais. Como esperado, os homens, cultural e sócio-historicamente responsáveis pelo trabalho produtivo na esfera pública, apresentaram uma maior média de horas semanais trabalhadas no mercado de trabalho do que as mulheres. Ainda, é observável que a jornada masculina nesse trabalho se mostrou superior em 4 horas à jornada feminina. Assim, a maior participação masculina no mercado de trabalho possivelmente trouxe implicações para a esfera privada. Com efeito, a responsabilidade pela realização da maior parte do trabalho doméstico pode ter recaído sobre os ombros de suas esposas, com exceção do entrevistado Gabriel que não é casado, representando uma sobrecarga para as que também realizassem atividades produtivas no mercado de trabalho, e revelando a inexistência de uma divisão equânime dos afazeres domésticos.

Outro aspecto importante para a reflexão é a jornada de trabalho semanal excessiva – superior a 44 horas semanais. Essa jornada foi mencionada especialmente por Cristina, Eliana e Márcia, que trabalhavam além do horário acordado no contrato de trabalho, em empregos no setor de atividade de serviços em Santana do Livramento-BR ou Rivera-UY. As unidades de significado apresentadas a seguir revelam que a jornada de trabalho semanal excessiva repercutia negativamente na vida dos profissionais do lar entrevistados, indicando a incompatibilidade com a vida familiar e doméstica e implicando no cansaço físico e mental.

“Quando eu trabalhei como babá e doméstica, eu morava no local de trabalho. Então, se a criança chorava durante à noite, eu tinha que levantar e ir ver; se o patrão queria tomar café às 4h da manhã, ele me chamava e eu levantava pra fazer. Não importava se eu tava dormindo ou se não era meu horário de trabalho, eu morava lá e tinha que fazer (entonação de voz elevada). Eu trabalhava 24h, né? (feições de tristeza).” (Bruna:4:1);

“Quando eu trabalhava na empresa, eram apenas duas pessoas que faziam as coisas por turno. Então, eu trabalhava bastante, eram doze horas por dia.” (Caio:3:2);

“Quem trabalha no comércio sabe... Tu sempre trabalha mais. Tem que fazer hora extra todos os dias e até fecharem a loja... (risos). Oito horas de trabalho é modo de dizer!” (Cristina:3:2);

“Como vendedora eu ficava em pé todo o dia, não podia sentar. Eu chegava em casa com meus pés destruídos (apontando para os pés), cansada (ombros caídos, demonstrando desânimo), querendo sentar. Era estressante o trabalho, o trato com o público, muita gente nos feriados e finais de semana. (...) Se trabalhava muito, bem mais de oito horas.” (Eliana:4:2);

“É uma jornada de 8 horas, mas se tu parar pra ver se transforma em 12 horas. É muito trabalho e tempo fora de casa. Muito estressante. Essa é a vida de quem trabalha no comércio.” (Márcia:3:1).

A jornada de trabalho semanal excessiva é um dos temas abordados pela agenda do trabalho decente pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2012). No Brasil, o trabalho remunerado sofreu algumas mudanças no período 2004-2014, repercutindo na distribuição da população ocupada. A proporção da população ocupada com jornada semanal superior a 44 horas semanais diminuiu para ambos os sexos. Em 2004, 26,9% das mulheres ocupadas possuíam a jornada de trabalho semanal excessiva e, em 2014, esse percentual se reduziu para 19,5%. No caso dos homens, a redução foi de 47,5% para 32,1%. Logo, um contingente da população ocupada brasileira passou a se concentrar no grupo que possui uma jornada de trabalho semanal de 40 a 44 horas (IBGE, 2015). No entanto, a maioria da população ocupada brasileira continua possuindo uma jornada de trabalho acima da prevista no inciso XIII do Art. 7º da vigente Constituição da República Federativa do Brasil.

Por unanimidade, os profissionais do lar entrevistados declararam que a jornada semanal no mercado de trabalho formal não era flexível, de modo que os permitisse maior envolvimento com as responsabilidades familiares e domésticas. A flexibilidade era maior em empregos informais, em função da menor jornada de trabalho semanal, e em empresas familiares, o que permitia aos entrevistados compatibilizar atividades domésticas, familiares e laborais. Ainda, seus relatos revelam que geralmente as empresas não se mostravam sensíveis aos seus problemas familiares, impedindo-os de prestarem auxílio à família e/ou aos filhos. Esse fato fica explícito nas seguintes unidades de significado:

“Se tu tem filhos e o chefe sabe disso, se tu chegar e dizer pra ele: ‘Ah, hoje eu preciso sair mais cedo porque meu filho está com febre.’”

Qual a resposta? (feição interrogativa) A não ser que seja um caso extremo. Não tem essa de: ‘Ah, hoje meu filho está se formando no pré e eu tenho que estar na escolinha às 17h.’ Não tem isso, essa liberdade. Até hoje é complicado, né?” (Bruna:4:2);

“Quando a minha esposa tava doente e precisando de mim, pra mim não chegar e pedir pra sair mais cedo eu pegava e faltava. Era mais fácil eu faltar do que chegar na empresa e pedir pra sair mais cedo. Nas grandes empresas não existe flexibilidade, entendeu? Tu pode faltar no trabalho, mas saiba que isso vai ser cobrado, e bem cobrado. (apontando e balançando o dedo indicador)” (Caio:4:3);

“Como eu trabalhava no comércio, rara eram as vezes que eu chegava no horário pra pegar meus filhos na escola. Era um estresse. Quando eu tava com filho doente, eu não podia ficar em casa cuidando dele, só se fosse algo grave, mas aí tu consegue ficar **um** dia em casa. (ênfase da entrevistada na palavra em destaque)” (Cristina:4:2);

“Era flexível somente quando eu trabalhava na empresa da minha tia. Ela me liberava sempre quando eu precisava de alguma coisa, se era médico, remédio, essas coisas. (...) Mas, nos outros trabalhos, eu não tinha como me envolver mais. Quando meu filho foi nascer, a empresa não queria deixar eu ir porque eu tava em contrato de experiência, mas eu peguei e saí. Era meu filho que estava nascendo!” (Diego:4:1);

Considerando as unidades de significado apresentadas por Eliana, Márcia e Cristina, é notável a menção ao estresse. A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2016) e a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2011) informam que a jornada de trabalho excessiva e empregos inflexíveis contribuem para o aparecimento dessa e outras doenças ocupacionais nos trabalhadores, afetando sua saúde, seu desempenho e sua produtividade laboral. No Brasil, o Ministério da Saúde publicou em 1999 uma lista contendo um conjunto de grupos de doenças relacionadas ao trabalho, sendo o estresse citado no grupo denominado Transtornos Mentais e do Comportamento relacionados com o Trabalho, os quais podem ser determinados pelas ações, pelo tempo e pelos lugares do trabalho (BRASIL, 1999).

O exercício de atividades profissionais no mercado de trabalho somado à realização de afazeres domésticos foi denominado de “dupla jornada” pelo movimento feminista durante a década de 1970 no Brasil, segundo Bruschini e Ricodi (2012) e Melo e Castilho (2009). Essa dupla jornada é um aspecto invisível da estrutura do mercado de trabalho, e que, de forma geral, afeta sobretudo o trabalho produtivo das mulheres, como será discutida a seguir.

Enquanto ocupados, quase todos os entrevistados realizavam afazeres domésticos. Entre as mulheres, apenas Pâmela afirmou não realizar a dupla jornada, pois contratava o serviço de uma trabalhadora doméstica mensalista; e entre os homens, apenas Caio declarou não realizá-la, devido à jornada de trabalho semanal excessiva. Na visão dos entrevistados,

especialmente das mulheres, a dupla jornada de trabalho mostrou-se “cansativa” (Cristina, Eliana, Gabriel, Valéria), “complicada” (Bruna), “desgastante” (Valéria) e “estressante” (Márcia). Isso pode ser observado nas seguintes unidades de significado:

“Eu chegava em casa e tinha que fazer as coisas, apesar de que o marido e o filho ajudavam bastante, aí diminuía um pouquinho a pressão sobre mim. Mas era bem complicada.” (Bruna:5:1);

“Era cansativa. (pressionando os lábios, demonstrando emoções negativas). Chegava do serviço e tinha que colocar a casa em ordem.” (Cristina:5:1);

“Era aquela função, né? Eu chegava do trabalho e tinha que fazer o trabalho da casa, e no final de semana, ao invés de descansar, eu tinha que fazer a limpeza da casa.” (Heloísa:5:1);

“Eu realizava a dupla jornada. (...) Trabalhando fora de casa eu trabalhava um pouco menos em casa, mas trabalhava igual.” (Eliana:5:1);

“Muito cansativa a dupla jornada... Eu chegava do serviço de manhã, esgotado físico e mental, e tinha que fazer todas as coisas em casa.” (Gabriel:5:1);

“Tinha que realizar, né? Com dificuldade, mas tinha que realizar. Eu chegava em casa e tinha a casa pra limpar. Quem trabalha fora sabe que tem que chegar em casa e fazer as coisas. A não ser que tu ganhe muito bem e tenha uma pessoa pra te ajudar. Eu tinha que fazer, sim ou sim.” (Denise:5:1);

“Era desgastante a dupla jornada. Era cansativa. Era trabalho fora de casa e dentro de casa.” (Valéria:5:1);

“Era muito estressante essa dupla jornada!” (Márcia:5:1).

A unidade de significado da entrevistada Eliana revela a perpetuação da desigualdade de gênero com relação à distribuição do tempo no cuidado com os afazeres domésticos. Enquanto ocupada, ela era a principal responsável pela realização do trabalho reprodutivo. Isso se dava, em partes, devido à persistente ausência de seu marido na realização do trabalho doméstico. Essa realidade também é observada a nível nacional. Os dados publicados pelo IBGE (2014a), para a população ocupada, mostram que a média de horas semanais gastas em afazeres domésticos pelas mulheres é inferior que a do total da população feminina (21,2 horas; 25,3 horas, respectivamente). No entanto, a referida média continua sendo mais do que o dobro da média gasta pelos homens ocupados (10,0 horas). Uma década atrás essas médias eram de 22,1 horas e 9,9 horas, respectivamente (IBGE, 2005). Nesse viés, considerando os dados e as unidades de significado citadas, se entende o por que há a falta de tempo no dia a

dia das mulheres entrevistadas e por que a rotina é considerada por elas “cansativa”, “complicada”, “desgastante” e “estressante”.

Em quase todas as situações as mulheres entrevistadas foram as únicas responsáveis pela realização do trabalho doméstico, não contando com nenhum tipo de ajuda, paga (por exemplo, trabalhadora doméstica, babá) ou gratuita (por exemplo, rede de pessoas formada por familiares, amigos, vizinhos), dentro do domicílio. Por um lado, devido à ausência de serviços sociais e de equipamentos de consumo coletivo públicos; de outro, devido aos seus rendimentos mensais como trabalhadoras comerciárias. Para essas mulheres, o gasto com a contratação do serviço de uma trabalhadora babá ou empregada doméstica mensalista ou ainda uma escola em tempo integral seria ligeiramente inferior ou igual aos seus rendimentos mensais. Devido à dificuldade em contratar esses serviços, elas se dividiam entre os afazeres domésticos e o mercado de trabalho, reproduzindo o fenômeno social da dupla jornada e causando implicações na saúde física e mental e na distribuição do tempo.

Outra desigualdade de gênero identificada foi a distribuição do tempo. Cristina, Heloísa, Denise, Rosa e Márcia sinalizaram, durante o processo de conciliação entre a jornada de trabalho e os afazeres domésticos, uma distribuição acerca do seu tempo na realização das diversas atividades do dia a dia. De forma geral, isso mostra que a maior participação das mulheres em atividades produtivas para o mercado implica no acúmulo de trabalho e não na substituição, trazendo a prática do “se virar”.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) é enfática ao afirmar que a dupla jornada para as mulheres latino-americanas é caracterizada por uma inserção laboral precária e informal e uma sobrecarga de trabalho doméstico, sendo que a articulação entre essas duas esferas tem impactado fortemente seu bem-estar e qualidade de vida. A incapacidade do Estado de prover bens e serviços públicos de cuidado e proteção e de regular e incentivar a mudança nos padrões do mercado de trabalho e das famílias, baixa participação dos homens no trabalho reprodutivo, jornadas de trabalho pouco flexíveis e preocupações em relação aos ajustes de tempos constituem alguns dos fatores que geram desigualdades de gênero e que afetam negativamente e reduzem a qualidade de vida e o bem-estar das mulheres (CEPAL, 2009).

Considerando as unidades de significado e a discussão realizada anteriormente, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho brasileiro não necessariamente significa abandonar a realização do trabalho doméstico, sendo a dupla jornada de trabalho uma realidade para muitas delas, conforme Araújo e Scalon (2005), Bruschini (1998), Bruschini e Ricoldi (2012), Soares e Sabóia (2007), Melo e Castilho (2009) e Marcondes (2014). Prova

disso são os resultados da pesquisa realizada pelo IBGE (2014a), a qual mostra que elas ainda são os indivíduos que mais realizam a dupla jornada (88% para elas; 46% para eles). Um quadro que sofreu poucas alterações nos últimos anos, ao considerar que uma década atrás o percentual era de 91,3% para as mulheres e 46,3% para os homens (IBGE, 2005). Esses dados mostram o quão urgente deve ser o processo de elaboração e execução de políticas públicas no Brasil que promovam maior bem-estar e qualidade de vida àqueles que realizam a dupla jornada de trabalho, especialmente às mulheres.

As jornadas de trabalho diferenciadas entre homens e mulheres é uma das características pertinentes a respeito das desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro. A menor jornada laboral feminina para o trabalho produtivo e a maior participação na realização do trabalho reprodutivo revelam um padrão desigual entre os sexos nos papéis sociais. Apesar da crescente participação feminina no mercado de trabalho observada desde a década de 1950, geralmente é a mulher que o abandona permanente ou temporariamente pelas mais diversas razões, como visto na revisão teórica. Essa é a temática que será apresentada e discutida na próxima subseção.

4.3 Profissão do lar: uma profissão (des)valorizada, (não)reconhecida e (in)visível – até quando?

A análise do processo de transição de uma função remunerada no mercado de trabalho para o exercício da profissão do lar teve como base os elementos apresentados na história de vida dos entrevistados (Quadro 5) e os aspectos relacionados ao mercado de trabalho (Subseção 4.2). Cabe mencionar que, inicialmente, cada processo de transição foi analisado de forma individual; posteriormente, considerações acerca do fenômeno social investigado foram realizadas para o grupo de profissionais do lar entrevistados, separando-as por gênero.

A entrevistada Bruna informou que decidiu ter um filho com seu esposo – segundo filho dela, primeiro filho do casal – após considerar que aos 30 anos de idade possuía idade avançada para engravidar e que poderia correr riscos com uma gravidez tardia. Após o nascimento do filho, optou por cuidá-lo, permanecendo em casa, sendo que essa decisão foi tomada com o apoio do esposo. Uma situação bem diferente com relação ao primeiro filho, quando a necessidade de ajudar no rendimento mensal familiar a forçou a continuar no

mercado de trabalho. Comenta ainda que a permanência na esfera privada, realizando atividades de cuidado infantis e afazeres domésticos, ocorreu de modo tranquilo e que não possui a pretensão de retornar ao mercado de trabalho, pois se sente confortável com a situação que está há quatorze anos. As unidades de significado apresentadas a seguir revelam isso.

“Pela minha idade um pouco mais avançada e pelo risco, eu e o marido decidimos que teríamos um filho. Quando o filho estava a caminho, lá pelo oitavo mês, nós decidimos que eu não trabalharia mais pra poder cuidar do filho. (...) O filho foi programado certinho e já tínhamos a consciência de que se tivéssemos um filho eu não poderia ir trabalhar. (Bruna:13:1) (...) Depois que ganhei o filho eu não trabalhei mais. (Bruna:1:7) (...) Pra mim, foi fácil a adaptação de ficar em casa. Como eu não gosto muito de rua, não ter que ir trabalhar foi a melhor coisa do mundo! (risos) (...) Tu vê, o filho veio, eu fui me acomodando em casa, o filho hoje está com 14 anos e eu não pretendo voltar a trabalhar. É muito bom ficar em casa! (risos)” (Bruna:6:3).

A entrevistada Pâmela, por sua vez, relatou que optou por deixar de trabalhar antes mesmo do nascimento do seu primeiro filho. Essa decisão foi tomada com o apoio do esposo. No entanto, com o falecimento de seu filho, ao completar um ano de idade, e a separação conjugal, mudou-se de cidade, voltando a residir e trabalhar com sua mãe. Após o período de um ano, teve o segundo filho. Mesmo sem o apoio do parceiro e de sua família materna, decidiu deixar de trabalhar para cuidar do filho. No entanto, com o crescimento da criança, sua família materna passou a apoiá-la. Após sete anos residindo com sua mãe, por questões familiares e pessoais, decidiu retornar para sua cidade natal, onde teve o terceiro filho. Devido ao desejo de ser mãe, a maternidade é o principal fator que faz com que permaneça na esfera privada há treze anos. Seu desejo é amparado devido à condição financeira familiar favorável, que permite o exercício da maternidade em tempo integral. Menciona que a sua reinserção no mercado de trabalho teria como finalidade melhorar a qualidade de vida da família, não para suprir as necessidades básicas de alimentação, moradia, vestuário, assistência médica, entre outras, como pode ser percebido nas unidades de significado apresentadas a seguir.

“No meu caso, eu não quero ir trabalhar no mercado de trabalho porque eu quero ficar com os meus filhos. Pra isso eu pago um preço bem alto, entende? (feição interrogativa) Eu estou da forma que eu gostaria de estar. Eu quero ser e sou mãe dos meus filhos. Foi e é uma escolha minha. (Pâmela:7:2) Sempre teve nos meus planos ficar com os meus filhos mais do que o tempo necessário, já que a minha situação econômica permite. A minha prioridade é ficar com eles,

entende? (feição interrogativa) (Pâmela:6:1) Hoje, se eu fosse trabalhar era apenas para melhorar a qualidade de vida. Graças a Deus os meus filhos têm tudo em casa. Não é aquela história de que se eu não trabalhar vai faltar energia elétrica, água ou comida. Não! (entonação de voz elevada) Vai ter tudo. É apenas para melhorar, para comprar coisas melhores, fazer uma viagem melhor...” (Pâmela:7:9).

O entrevistado Caio mudou-se de sua cidade natal para Porto Alegre buscando melhores condições de vida. Na capital gaúcha conheceu sua esposa, com quem teve uma filha. Apesar de que o casal possuía trabalhos com melhor remuneração no grande centro urbano, o custo de vida mostrava-se elevado. Além disso, a rotina extensa, estressante e cansativa de trabalho, a pouca presença em casa e na criação da filha e o sentimento de saudade da família foram fatores que também contribuíram para que optasse por retornar para sua cidade natal. Essa decisão foi tomada com o total apoio da esposa. Em Santana do Livramento, encontra dificuldades para se inserir no mercado de trabalho, o que pode ser agravado devido a sua cor e a sua baixa escolaridade¹⁹. As unidades de significado apresentadas a seguir mostram isso.

“Em Porto Alegre tudo é caro, é comida, é água, é luz... Isso foi uma das coisas que fez com que eu voltasse pra Livramento. Eu e a minha esposa trabalhava e ganhava bem, mas não era o suficiente. A gente ganhava só pra viver, só pra tá lá. A gente recebia, pagava as contas e sobrava um dinheiro, mas só que tu vinha tão cansado da semana de trabalho que no final de semana tu dormia o dia todo. (...) Eu não quis mais isso, não quis mais essa loucura da capital. Eu disse: ‘Não! Eu não quero mais isso! Vou voltar pra Livramento!’ (entonação de voz elevada) (...) Não é só pensar em dinheiro, tem que pensar na família. Realmente, com dinheiro tu compra as coisas, mas não compra a tua felicidade, a tua paz espiritual, a tua saúde. Eu trabalhava de dia e de noite. Eu não via a minha mulher e a minha filha. Eu sei que sacrifiquei bastante a minha família, mas isso foi pelo um bem maior. Graças a Deus nunca passaram fome, fiz de tudo para que isso não acontecesse. (Caio:1:3) Te digo que eu nunca gostei de Porto Alegre, daquela correria, mas lá tinha se transformado num lar, mal ou bem, do cara. Eu tinha amigos lá. Eu sou um cara muito família, penso muito na minha mulher, na minha filha, no meu pai, na minha mãe, sabe? (feição interrogativa) A família fez com que eu voltasse de Porto Alegre pra Livramento. Mas, eu não gostei muito quando cheguei aqui em Livramento, da situação da cidade, de largar currículo e não ser chamado até agora.” (Caio:6:2).

¹⁹ Não se pode deixar de mencionar que a população negra constitui um dos segmentos menos favorecidos em termos de acesso à educação e ao mercado de trabalho no Brasil (IBGE, 2010, 2013, 2016).

A entrevistada Cristina mudou-se com seu esposo de Bagé para Santana do Livramento, buscando melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Logo que chegaram à nova cidade, seu esposo abriu um negócio próprio, atuando no ramo de móveis usados e restaurados. Com três filhos pequenos demandando mais atenção e tempo, menciona a ausência de uma rede formada por familiares que pudesse auxiliá-la na criação, nos cuidados e/ou na socialização deles; a insuficiência de rendimentos mensais para custear os gastos com os cuidados infantis; e a inflexibilidade e a extensa jornada diária e semanal do emprego que ocupava. Durante o período de um ano, considerou todos esses fatores e foi constantemente incentivada por seu esposo a deixar o mercado de trabalho para ficar em casa, sendo uma decisão delicada de ser tomada. Está em casa há pouco mais de um ano, realizando as atividades de cuidados infantis e os afazeres domésticos. Isso fica explícito nas unidades de significado apresentadas a seguir.

“Hum... Deixa eu ver... Por onde começar? (um instante de silêncio) Foi por necessidade mesmo. As crianças estavam exigindo mais atenção, mais tempo. Como não temos nenhum familiar por perto que pudesse nos ajudar no sentido de ficar com eles, eu e o marido achamos necessário a saída de pelo menos um de nós do mercado de trabalho pra ficar com os filhos. No caso, eu tinha um trabalho que exigia mais tempo fora de casa, já o meu esposo não, porque ele tem negócio próprio, e é um trabalho mais flexível. Nesse processo de largar o trabalho eu levei um ano pensando para poder chegar e dizer: ‘Agora é o momento!’, porque já não dava mais. Foi um ano pensando sobre isso. As crianças tavam exigindo muita atenção, era as coisas do colégio, não tinha como... Eu e o meu marido planejamos e ele queria mesmo que eu saísse do trabalho, ele me dizia: ‘Sai que a gente planeja alguma coisa pra gente fazer juntos pra dar mais atenção pras crianças.’. Pensa, são três crianças! (sinalizando com os dedos o número três) Elas precisam de atenção! (Cristina:6:1) Por enquanto, tô em casa, dando atenção pros filhos, e tá dando certo, não tá sendo necessário eu voltar a trabalhar.” (Cristina:7:2).

A entrevistada Heloísa trabalhava como atendente comercial quando conheceu seu esposo na cidade gaúcha de Pelotas. Relata que seu esposo, um homem conservador, decidiu que ela deixaria o emprego e passaria a trabalhar como fotógrafa em seu atelier. Dois anos depois, após o nascimento da primeira filha, deixou a atividade de fotografar para permanecer em casa, realizando as atividades de cuidados infantis e os afazeres domésticos. O exercício da maternidade em tempo integral foi possível devido ao seu esposo ser funcionário aposentado de um banco estatal no Uruguai, intensificado pelo desejo de ser mãe e de criar os próprios filhos. Passada uma década, nasce a segunda filha. Com a impossibilidade de seu

esposo receber a aposentadoria no Brasil, a família mudou-se para Santana do Livramento em razão da proximidade geográfica com o Uruguai. Na nova cidade, teve o terceiro filho. Comenta que, após dezenove anos em casa, decidiu retornar ao mercado de trabalho em razão de sua dependência econômica, de sentir-se constrangida em solicitar dinheiro ao esposo e de não possuir voz ativa em casa. Em virtude do tempo fora do mercado de trabalho, sentia que sua reinserção seria difícil, decidindo procurar emprego para trabalhar como babá, mesmo que na informalidade. Durante o período em que trabalhou, aproximadamente seis anos, era a única responsável pela realização dos afazeres domésticos, sentindo-se cansada por realizar a dupla jornada de trabalho. Considerando a dupla jornada de trabalho, alguns aborrecimentos constantes no emprego, a idade avançada de seu esposo e o sentimento de estar convivendo pouco com seus filhos, optou por deixar de trabalhar para ficar em casa, lugar que voltou a ocupar há mais de quatro anos. Isso pode ser observado na unidade de significado a seguir.

“Quando conheci meu marido, a primeira coisa que ele fez foi fazer com que eu parasse de trabalhar. Eu parei de trabalhar no comércio, com carteira de trabalho assinada e tudo, e fui trabalhar com ele no atelier fotográfico dele, sem registro, informal. Depois, quando a filha mais velha nasceu, eu fiquei só em casa, cuidando dela. E, quando nós viemos para Livramento, nós já viemos com a filha do meio pequenininha, com 2 meses. Dois anos depois da filha do meio, nasceu o filho mais novo. Até aí eu só cuidei da casa. Até que chegou o momento que eu não quis ficar só em casa (balançando a cabeça negativamente), porque eu sentia falta de ter o meu próprio dinheiro, pois tudo tinha que pedir pro esposo. Como eu estava há muito tempo fora do mercado de trabalho, uns 19 anos, então, eu nem arrisquei buscar trabalho no comércio, fui fazer o que eu melhor fazia que era cuidar de crianças e fui trabalhar como babá. Eu trabalhei cuidando do filho de uma amiga por uns dois anos e pouco e depois cuidei outra criança, dos cinco meses aos quatro anos de idade. Eu já estava cansada de sair de casa para trabalhar e depois chegar em casa e fazer toda a tarefa doméstica, além de me aborrecer por algumas coisas no trabalho. (ombros caídos, demonstrando desânimo) (...) Eu comecei a achar que meu esposo estava ficando velhinho e passando muito tempo sozinho e eu também sentia falta de estar com os meus filhos, então queria estar mais em casa para passar mais tempo com eles. Tudo isso que te digo foram fatores que contribuíram para que eu deixasse o mercado de trabalho.” (Heloísa:6:2).

A entrevistada Eliana informou que o emprego ocupado como atendente comercial possuía uma jornada semanal excessiva e que lhe causava cansaço físico e mental, apesar do apreço em realizá-lo. Diante de situações de injustiças no trabalho, arriscava-se em questioná-las, uma vez que a principal renda familiar mensal não era a sua. Durante determinado

período, refletia sobre sua permanência na empresa, decidindo pedir demissão devido não se sentir bem e à insatisfação no ambiente de trabalho. Sua decisão foi apoiada pelo esposo. Procurou vagas de emprego, mas não conseguiu se reinserir no mercado de trabalho riverense ou santanense, o que atribui ao contexto de instabilidade econômica. Esse fator contribuiu para que permanesse em casa, lugar que ocupa há nove anos. No momento, não possui pretensão de retornar ao mercado de trabalho, como revela a unidade de significado a seguir.

“Era muita pressão no trabalho. As pessoas que tavam nos cargos superiores e os donos aplicavam muita pressão e os empregados foram desistindo de trabalhar e os problemas começaram entre os colegas. Eu estava cansada das coisas que tavam ocorrendo. Eu pensava: ‘Será que vale à pena continuar neste lugar trabalhando para ganhar um salário?’. (alguns segundos pensando) O salário dava uma ajuda em casa, mas era muito estressante. (...) Eu comecei a não me sentir bem e pedi pra sair, apesar de gostar muito do trabalho e desfrutar dele. Graças a Deus eu não precisava daquele trabalho para comer, então eu me arriscava a questionar o trabalho quando via coisas erradas acontecendo, como injustiças comigo e com as outras colegas (...) Eu pensei e fui embora do trabalho. Saí e foi bom. (...) Logo que saí do emprego, eu busquei trabalho, mas veio a crise e foi muito difícil conseguir emprego. Isso acabou influenciando pra que eu não conseguisse trabalho e ficasse em casa. Agora, eu não estou fazendo questão de trabalhar, de procurar emprego.” (Eliana:6:1).

O entrevistado Gabriel comentou que seguidamente buscava sua mãe, que morava na zona rural da cidade gaúcha de Quaraí, para passear e ficar alguns dias em sua casa. Com o falecimento de seu pai, sua mãe foi adoecendo aos poucos e sentia medo de continuar morando sozinha. Com receio de sua mãe ser vítima de maus tratos e considerando o custo com a contratação do serviço de uma pessoa trabalhadora para os cuidados seniores, assumiu a função das responsabilidades de cuidado da mãe idosa e doente, tendo se tornado seu cuidador. Como reflexo, teve uma sobrecarga de trabalho, já que era enfermeiro em um hospital do município e possuía uma extensa jornada de trabalho. Considerando que já era aposentado, que seu salário atrasava e que sua mãe necessitava de zelo, a alternativa encontrada por ele foi de pedir demissão do trabalho para se dedicar integralmente às atividades de cuidados. Apesar de possuir altas despesas mensais com medicamentos e atividades fisioterapêuticas de sua mãe, não recebe nenhum tipo de ajuda de seus três irmãos, como revelam as unidades de significado apresentadas a seguir.

“Eu me aposentei, mas segui trabalhando, com o ritmo do trabalho menor. Mas, aí começaram a atrasar o salário e eu resolvi parar de trabalhar pra poder cuidar mais da mãe e também pra desfrutar mais da casa. A minha mãe teve três derrames e depois do falecimento do pai eu comecei a trazer a mãe de campanha pra ficar uns dias comigo aqui em casa. Eu levava ela pra passear, pra se arrumar no instituto, e assim foi indo e a mãe foi ficando aqui em casa e depois ela não quis mais ir embora. (Gabriel:6:1) Hoje em dia ninguém quer cuidar mãe, pai doente. É muito gasto e muito trabalho. Tu vê, somos quatro irmãos homens, mas quem cuida da mãe é só eu.” (Gabriel:7:2).

O entrevistado Diego mencionou que após a divulgação da aprovação de sua esposa no concurso público, as atividades de mudança de Rio Grande para Santana do Livramento estavam sendo difíceis de ser realizadas, pois ambos trabalhavam. Incentivado por sua esposa e considerando que seu salário atrasava, decidiu pedir demissão do trabalho, recebendo o seguro desemprego por um período aproximado de dois meses. Menciona que na nova cidade a família progrediu economicamente e que a adaptação foi tranquila. Por meses procurou vagas de emprego, mas não conseguiu se inserir no mercado de trabalho santanense. O desemprego e o baixo valor do salário mínimo nacional ou do salário comercial são fatores que contribuem para que permaneça em casa, lugar que está ocupando há três anos. Considera que está há muito tempo fora do mercado de trabalho, por isso dedica parte do seu tempo para estudar para concursos públicos, visando aumentar a renda familiar mensal. As unidades de significado apresentadas a seguir mostram isso.

“Quando a minha esposa foi aprovada no concurso público eu ainda tava trabalhando em Rio Grande, só que lá nós estávamos com problemas. Tinha que arrumar as coisas em casa, encaixotar, ir atrás de frete... Eu tava trabalhando, mas o salário sempre atrasando e, faltando uns dois meses pra gente vir pra Livramento, a minha esposa chegou e me disse: ‘Larga o teu trabalho, a gente pega o seguro, tu fica em casa com o filho pequeno e a gente se organiza melhor pra poder ir embora.’. Quando chegamos em Livramento, eu larguei currículo, busquei trabalho, fiz alguns concursos, mas foi bem complicada a coisa. (Diego:6:1) Eu quero voltar para o mercado de trabalho, quero aumentar a renda da família, por isso eu continuei fazendo concursos, estudando, me qualificando.” (Diego:7:2).

A entrevistada Denise explicou que não gostava de trabalhar no comércio de Santana do Livramento, pois o emprego que ocupava possuía uma extensa jornada diária e era inflexível. Trabalhava com o objetivo de adquirir bens para a casa que estava em construção. Com a casa construída e com estabilidade financeira, planejou com seu esposo o primeiro

filho. Devido ao desejo de ser mãe e à condição financeira familiar, optou por deixar de trabalhar para permanecer em casa, realizando as atividades de cuidados infantis e os afazeres domésticos, como pode ser observado na unidade de significado a seguir. Essa decisão foi tomada com o total apoio do esposo. Menciona que a maternidade é o principal fator que faz com que permaneça na esfera privada há quase três anos. No momento, não possui pretensão de retornar ao mercado de trabalho e não sente arrependimento pela escolha realizada.

“Eu nunca gostei de trabalhar no comércio de Livramento, nunca gostei (balançando a cabeça negativamente). Eu tinha que trabalhar porque não tinha outra opção, vamos dizer assim. Quando eu casei, eu e o marido não tínhamos nada, fomos adquirindo, até construir a nossa casa, sabe? Então, eu tinha que trabalhar, eu não tinha outra opção. (...) Um tempo depois, uns quatro anos, quando a gente conseguiu ter uma estabilidade, aí a gente decidiu ir atrás do nosso bebê. A gente planejou ele. Eu engravidei e eu já tinha planos, depois de eu ganhar o bebê, de parar de trabalhar para poder me dedicar aos cuidados dele e da casa. (...) A gente viu que dava pra eu ficar em casa, não que a renda não fosse fazer falta, mas a gente viu que o mais importante naquele momento era o nosso filho, a nossa família, entende? Não adiantava eu ter essa renda a mais e não conseguir atender o meu filho. Então, eu vi que o mais importante era ele, cuidar dele, ficar com ele. Ele não veio por descuido ou por que eu não queria engravidar. A gente planejou ele, quis ele. Então, naquele momento era uma opção, uma escolha nossa. Eu abri mão de trabalhar e não me arrependo nem um pouco. Eu não reclamo porque foi uma escolha que eu fiz de ficar em casa e de cuidar do meu filho.” (Denise:6:1).

A entrevistada Valéria comentou que sua família projetou seu lugar na sociedade como mãe, esposa e dona de casa. Isso é um reflexo da criação que possivelmente sua mãe tenha recebido, pois as gerações passadas instruíam as mulheres para a vida doméstica, para serem donas de casa, demarcando seus lugares sociais. Devido às sucessivas dificuldades financeiras familiares, inseriu-se no mercado de trabalho, conseguindo seu primeiro emprego aos 33 anos de idade, como auxiliar de serviços gerais. No entanto, a saúde cada vez mais delicada de seu marido e a ausência de um arranjo familiar que a permitisse conciliar atividades profissionais e de cuidados fizeram com que deixasse o emprego após dois anos de trabalho para cuidá-lo. Sua decisão foi intensificada devido aos votos de casamento, que concretizaram a união do casal perante Deus há trinta e sete anos atrás, obedecendo, assim, as regras da Igreja Católica. Menciona, na unidade de significado apresentada a seguir, que fazia suas orações e pedia proteção a Deus para iniciar sua jornada diária de trabalho, diante das preocupações com a saúde de seu marido. Por ser uma pessoa muito religiosa, acredita que

sua situação é atuação de Deus na sua vida, que no momento é apenas mais um obstáculo a ser vencido, conformando-se e aceitando-a como vontade divina.

“(alguns segundos pensando) Foi por motivo de doença. Foi um momento em que eu parei e resolvi ficar em casa, porque não adiantava eu querer tá no trabalho e com meu coração na mão. Eu não tinha condições de separar as coisas, do lado pessoal do lado profissional, entende? (feição interrogativa) Até onde eu consegui eu separei, mas depois eu não consegui mais. Eu tava entre a cruz e a espada. Aí eu fiz a opção, a mesma que eu fiz lá quando me casei, pela minha casa, pela minha família. Aconteceram fatos que eu tomei a decisão. Eu chegava na porta do trabalho e procurava deixar os problemas de casa do lado de fora, me benzia e pedia proteção a Deus para iniciar o meu trabalho. Até onde eu pude eu fiz assim. Mas, depois me faltava estrutura, eu não consegui mais. Tudo tem os seus porquês, então, eu acho que Deus quis assim.” (Valéria:6:1).

A entrevistada Rosa informou que contou com a ajuda de sua mãe para criar seu primeiro filho, pois precisava trabalhar. Após a separação conjugal, conheceu seu atual esposo, com quem teve mais um filho. Na época, estava grávida e trabalhava como secretária em um consultório médico. O médico para quem trabalhava foi transferido para outro estado brasileiro, o que resultou no seu desemprego. Seu filho nasceu com asma, tendo seguidamente crises. Considerando a jornada diária de trabalho e a sua inflexibilidade e a condição financeira familiar favorável, optou por permanecer em casa por um curto período, cuidando de seu filho recém-nascido – uma situação bem diferente com relação ao primeiro filho. Sua decisão foi apoiada pelo esposo. Com o passar do tempo, foi se acomodando em casa, lugar que ocupa há doze anos. Questiona-se sobre o porquê de permanecer em casa há tanto tempo. Possui pretensão de trabalhar, mas sente que sua reinserção será difícil, devido ao tempo fora do mercado de trabalho e a sua idade, conforme revela a unidade de significado a seguir.

“Quando eu tive o segundo filho, eu trabalhava num consultório médico e justo na mesma época que eu estava grávida o médico foi transferido para outro estado. Então, eu fiquei grávida e sem trabalho! O filho nasceu com problema de asma e tinha muitas crises. Ficaria difícil eu conciliar trabalho, casa e mais filho doente. No trabalho tu não vai poder ficar faltando direto, porque criança adocece direto. Então, eu disse: ‘Vou esperar um ano pra voltar a trabalhar.’. Daí, passou dois, três, quatro... e quando me dei conta já tinha passado doze anos! (risos) Eu fui me acomodando, e os anos passando, quando eu vi o filho menor estava grande e eu me pergunto por que ainda estou em casa. Eu sou literalmente dona de casa. Eu saí totalmente do

mercado de trabalho. Agora, pra voltar vai ser difícil, tu fica completamente deslocada, desatualizada.” (Rosa:6:1).

A entrevistada Márcia relatou que após o nascimento da primeira filha, deixou de trabalhar como auxiliar administrativo para se dedicar às atividades de cuidados infantis. O esposo concordou com sua decisão, devido ser servidor público e à condição financeira familiar favorável. Alguns anos depois, descobriu que seu esposo a traia. Em razão das filhas pequenas, decidiram continuar morando juntos por determinado período. Com a separação conjugal oficializada e a saída de seu esposo de casa, ficou sem auxílio financeiro e viu-se forçada a se reinserir no mercado de trabalho. Menciona que contava com o auxílio de uma pessoa trabalhadora babá na criação de suas filhas, já que não possuía uma rede formada por familiares que pudesse ajudá-la em tais atividades. Apesar de que o seu trabalho era bem remunerado, a jornada de trabalho semanal era excessiva, inflexível, estressante e cansativa, implicando na baixa presença em casa e na criação e educação de suas filhas. Sem qualquer tipo de ajuda, paga ou gratuita, era a única responsável pela realização do trabalho doméstico, sendo a dupla jornada de trabalho uma realidade para ela. Considerando os impactos negativos em seu bem-estar e em sua qualidade de vida e as preocupações constantes com as suas filhas e a saúde de sua irmã, decidiu deixar o mercado de trabalho para ficar em casa, onde permanece há vinte anos. Pouco tempo após sua decisão, começou a trabalhar como autônoma, atuando no ramo de decoração de festas infantis até o presente momento. As unidades de significado apresentadas a seguir mostram isso.

“Eu trabalhava e parei quando engravidei e fiquei cuidando das filhas. (...) Voltei a trabalhar um tempo depois por necessidade. (Márcia:3:2) Eu caí fora do mercado de trabalho por dois motivos: um, a minha irmã estava muito doente, com câncer; dois, eu já não aguentava mais a dupla jornada de trabalho. (enumerando com os dedos) (...) Eu trabalhei muito para proporcionar coisas melhores para as minhas filhas. Elas já estavam grandes e eu caí fora do mercado de trabalho formal e vim pra casa. (...) Depois, comecei a ter uma atividade de renda, no mercado informal.” (Márcia:6:1).

O entrevistado Eduardo trabalhava como autônomo quando sua primeira filha nasceu, possuindo uma jornada diária e semanal de trabalho menor e flexível, o que permitia maior envolvimento com as atividades de cuidados infantis. Após o nascimento da filha, conversou com sua esposa sobre a possibilidade de se reinserir no mercado de trabalho formal da cidade gaúcha de Santa Maria, concluindo que, dependendo da remuneração, estar

trabalhando não compensaria a sua ausência em casa. Deste modo, optou por continuar em casa, cuidando de sua filha e trabalhando como artesão, já que a condição financeira familiar favorável permite o exercício da paternidade em tempo integral há cinco anos. Sua decisão foi tomada com o total apoio da esposa. Com o nascimento da segunda filha, preocupa-se em exercer mais ativamente o papel paterno, estar mais presente em casa, participar mais da vida e da educação de suas filhas, como mostra a unidade de significado apresentada a seguir.

A partir do nascimento da minha filha, eu e minha esposa nos perguntamos: ‘O que é mais importante, ter um emprego formal ou cuidar da filha?’. A gente, como casal, pensou que dependendo do salário não vale à pena trabalhar. Considera que não é somente o gasto com a mensalidade da escolinha, tem o deslocamento, e por aí vai. Em alguns casos, eu iria trabalhar apenas para pagar as despesas com as crianças, coisa que eu não vou ter se eu ficar em casa. Entende? (feição interrogativa) (...) Tem que se considerar também a questão da qualidade de vida, da presença em casa com as minhas filhas, da criação, dos exemplos, da educação.” (Eduardo:6:1).

O que informam esses entrevistados? Realmente deixaram, por opção, uma função remunerada no mercado de trabalho para se dedicarem à profissão do lar, realizando atividades de cuidados e afazeres domésticos? Quais as principais razões identificadas para tal atitude? A opção realizada ou a imposição sofrida pelos homens e pelas mulheres entrevistadas foram pelas mesmas razões? Quais as implicações para as questões de gênero?

Classificadas em ordem de importância decrescente, as razões de abandono do mercado de trabalho mencionadas pelas mulheres entrevistadas foram: filhos pequenos, maternidade, marido, familiar idoso e/ou doente, injustiças e aborrecimentos no emprego, desemprego, sentimento de saudade da família e dupla jornada de trabalho; e pelos homens entrevistados foram: desemprego, filhos pequenos, mudança de cidade, familiar idoso e doente, sentimento de saudade da família, elevado custo de vida na capital e atrasos no pagamento de salário (Tabela 5). Essas razões se distinguem entre os profissionais do lar entrevistados pela idade, pelas situações sociais e conjugais, pelo contexto econômico, pela escolaridade e pelas relações de trabalho. São razões distintas, às vezes similares, com diferentes implicações sobre as diversas esferas da vida dos entrevistados.

Tabela 5 – Razões do abandono do mercado de trabalho pelos profissionais do lar entrevistados

Entrevistado	Imposição ou Escolha?	Principais razões
Mulheres		
Bruna	Escolha	Maternidade, filho pequeno
Pâmela	Escolha	Maternidade, filhos pequenos
Cristina	Imposição	Filhos pequenos; marido
	Imposição	Marido
Helóisa	Escolha	Aborrecimentos no emprego; idade avançada do marido; sentimento de saudade da família
Eliana	Escolha	Injustiças e aborrecimentos no emprego
	Imposição	Desemprego
Denise	Escolha	Maternidade, filho pequeno
Valéria	Escolha	Familiar doente
Rosa	Imposição	Desemprego
	Escolha	Filho pequeno e doente
Márcia	Escolha	Maternidade, filhos pequenos
	Escolha	Dupla jornada de trabalho; filhos; familiar doente
Homens		
Caio	Escolha	Elevado custo de vida na capital; mudança de cidade; sentimento de saudade da família
	Imposição	Desemprego
Gabriel	Imposição	Familiar idoso e doente
Diego	Escolha	Atrasos no pagamento de salário; mudança de cidade
	Imposição	Desemprego
Eduardo	Imposição	Desemprego
	Escolha	Filhos pequenos

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com dados da pesquisa

Em relação às mulheres entrevistadas, verifiquei que nos casos de escolha, a maternidade e filhos pequenos foram as principais razões pelas quais elas abandonaram o mercado de trabalho; e nos casos de imposição, o desemprego e o marido foram as principais razões apontadas. Por outro lado, em relação aos homens entrevistados, nos casos de escolha, a mudança de cidade foi mencionada por eles como a principal razão para estarem em casa; e nos casos de imposição, o desemprego foi a principal razão mencionada. A análise dessas principais informações, ao considerar a desagregação imposição/escolha, revelou que os homens e as mulheres entrevistadas abandonaram o mercado de trabalho por razões completamente distintas, possuindo, apenas, como razão comum o desemprego (Tabela 5).

É notável a presença de entrevistados, como Heloísa, Eliana, Diego, Rosa, Márcia e Eduardo, que abandonaram, ao longo de suas vidas, mais de uma vez o exercício de uma função remunerada no mercado de trabalho para permanecer em casa. Nesses casos, o abandono se deu ora por escolha, ora por imposição, sendo que as razões para essas atitudes foram distintas, geralmente com implicações sobre as diversas esferas da vida dos entrevistados (Tabela 5).

Considerando as informações contidas nos discursos dos profissionais do lar entrevistados sobre o fenômeno social investigado, percebi que o desejo de ser mãe, de cuidar dos filhos em tempo integral, faz parte de uma realização pessoal; que os custos com a contratação do serviço de uma pessoa trabalhadora para os cuidados infantis ou uma escola em tempo integral não compensaria a ausência em casa, revelando que a escolha repousa sobre uma situação social precária; que o apoio do cônjuge e/ou a condição financeira favorável permitiram a concretização de um projeto familiar, no qual cada um deles acabou reafirmando os papéis sociais atribuídos historicamente aos homens e às mulheres; que a opressão marital a que as mulheres ainda estão sujeitas implica na incapacidade delas expressarem sua decisão de adesão ao lar; que a necessidade de zelo por parte de algum familiar implicou na dedicação integral às atividades de cuidados; que o desemprego revelou as dificuldades impostas pelo mercado de trabalho, preocupante especialmente para os que estão há bastante tempo fora desse, relacionando-as à idade, à cor, à escolaridade e às experiências laborais.

Cabe ressaltar que seis das nove mulheres entrevistadas informaram que, antes ou após o nascimento de seus filhos, optaram por deixar de trabalhar para ficar em casa, realizando as atividades de cuidados infantis. A decisão tomada por elas foi justificada devido ao cônjuge estar empregado naquele momento e/ou à condição financeira familiar favorável. Esse resultado contrapõe as afirmações realizadas por Cristina Bruschini (1995, p. 39) de que “as mães ingressam cada vez mais no mercado de trabalho e não saem dele por causa dos filhos” e, mais recentemente, por Albertina Costa (2014, p. 8), de que “a maternidade não afasta mais as mulheres do trabalho, continuam ativas na fase reprodutiva”. Cabe mencionar que essas afirmações dizem respeito às análises sobre o comportamento do mercado de trabalho brasileiro considerando, dentre outras, a relação entre maternidade e atividade econômica feminina, a partir de dados estatísticos.

De fato, a literatura de gênero tem mostrado que muitas mulheres permanecem no mercado de trabalho após o nascimento dos filhos, devido à necessidade de obter rendimentos, sobretudo no caso das famílias pobres ou das chefiadas por mulheres; à renda

familiar mensal favorável; à disponibilidade de serviços sociais e de equipamentos de consumo coletivo públicos e particulares, como creches, pré-escolas e escolas em tempo integral (BRUSCHINI, 1995, 1998; RICOLDI, 2010; SOARES; SABÓIA, 2007). No entanto, nos casos deste estudo, a tarefa de criação, cuidados e socialização dos filhos ainda permanece tradicionalmente feminina, ocupando lugar de destaque nas responsabilidades das mulheres e fazendo com que abandonem permanente ou temporariamente o mercado de trabalho. Esses achados refletem a realidade dos profissionais do lar entrevistados, possivelmente de Santana do Livramento – cenário da investigação, não do Brasil. Vale assinalar que outros aspectos relacionados à maternidade e aos filhos serão abordados na próxima subseção.

Ainda considerando as informações da Tabela 5, é notável que a transição de uma função remunerada no mercado de trabalho para o exercício da profissão do lar deu-se, na maioria dos casos, por fatores familiares, como filhos pequenos, familiar idoso e/ou doente e marido. Esses resultados são corroborados pelos estudos de Bezerra e Vieira (2013), Bidarte, Fleck e Mello (2018), Bruschini (1985, 1994), Bruschini et al. (2011), Madalozzo, Martins e Shiratori (2010), Melo e Sabbato (2011), Saffioti (1987), Santos (2008) e Santos e Diniz (2011). Ao comparar essas informações com outros países, percebo que esses fatores familiares são os mesmos que levam as mulheres a abandonarem o mercado de trabalho na Angola, como sinalizado por Caetano da Silva (2013); nos Estados Unidos, de acordo com Hewlett e Luce (2005); no México, conforme Calderón e Campos Ríos (2013); no Paquistão, como mencionado por Kabeer et al. (2012); e no Uruguai, segundo Batthyány, Genta e Perrotta (2017). A tradição social e os papéis sociais atribuídos historicamente às mulheres ainda se fazem presentes em diversas sociedades, com níveis de desenvolvimento social e econômico distintos.

Dando continuidade à análise desta subseção, temas referentes à problemática do trabalho feminino, como (in)visibilidade do trabalho doméstico, (auto)reconhecimento e (des)valorização social e familiar desse trabalho e do indivíduo têm sido alvo de estudos por pesquisadoras feministas ao longo das últimas quatro décadas, como em Bruschini (1985, 1998, 2006) e Saffioti (1969, 1987). Os estudos apontam para a importância de analisar algumas questões problemáticas do trabalho doméstico e suas implicações na vida das pessoas, principalmente das mulheres. Por essas razões, esses temas serão discutidos a seguir.

Na perspectiva dos entrevistados se reconhecerem e serem reconhecidos como um indivíduo profissional do lar, de um lado, há o grupo que se reconhece (Bruna, Caio, Eliana, Gabriel, Denise, Valéria, Márcia, Eduardo) e sente-se reconhecido pela família (Bruna, Caio,

Eliana, Gabriel, Diego, Denise, Valéria, Márcia, Eduardo) e pela sociedade (Bruna, Caio, Eliana); e de outro, há o grupo que não se reconhece (Pâmela, Cristina, Heloísa, Diego, Rosa) e não se sente reconhecido pela família (Pâmela, Cristina, Heloísa, Rosa) e pela sociedade (Bruna, Pâmela, Cristina, Heloísa, Gabriel, Diego, Denise, Valéria, Rosa, Márcia, Eduardo), como pode ser observado nas unidades de significado apresentadas a seguir.

Em alguns discursos aparece que quem realiza o trabalho no âmbito doméstico ainda está sujeito ao preconceito por parte da família e da sociedade. Há menção de que pessoas realizam questionamentos indelicados e comentários maldosos sobre a permanência dos entrevistados na esfera privada. Esse preconceito cultural e histórico contribui para que os entrevistados não se reconheçam como profissionais do lar, além de desvalorizar seu trabalho doméstico e os invisibilizar como sujeitos. Problematizo como esses questionamentos e comentários podem afetar a vida dos entrevistados, causando-lhes sentimentos negativos, uma vez que permanecem grande parte do dia sozinhos no lar.

“Eu sou uma profissional do lar. Sou reconhecida pela família, mas muitas vezes não sou reconhecida pela sociedade. Tem sempre aquela pessoa que chega e fala: ‘Ah, tu não trabalha.’ ou ‘Tu só vive em casa!’. Só que eu estando em casa eu trabalho mais do que na rua.” (Bruna:7:2);

“Eu não me sinto, não me reconheço como uma profissional do lar. (...) Eu não me vejo ofendida, mal vista, nem nada, até por que eu não estou nem aí para o que as pessoas da minha família ou em geral falam ou pensam. (risos)” (Pâmela:7:3);

“Eu me reconheço como um cara do lar, porque eu sei o que eu tô fazendo, eu tô cuidando da minha casa e da minha família. A minha família me reconhece como um cara do lar, e tem muita gente que me reconhece também.” (Caio:7:1);

“Eu fico pensando sozinha em casa sobre isso. (com a mão no queixo, pensando) É complicado tu te enxergar como uma profissional do lar, de ser do lar. (...) Ficar só em casa, com os filhos, arrumando as coisas da casa. É difícil de tu se reconhecer, de ter consciência daquilo que tu tá fazendo, mais ainda é tu ser reconhecida. Né?” (Cristina:7:1);

“Eu não me reconheço como uma profissional do lar. Eu não sinto que esteja produzindo algo, eu não me sinto produtiva, entende? (feição interrogativa) (...) Eu acho que justamente a sociedade e a família não reconhecer é que a gente não se sente valorizada, não se sente importante.” (Heloísa:7:2);

“Me encanta ser do lar! Eu amo ser do lar! (feições de alegria) Os membros da minha família me reconhecem como do lar. (...) Eu penso que as pessoas me veem feliz porque transmito felicidade em ser dona de casa. Eu penso que é por aí.” (Eliana:7:2);

“Eu não me vejo como profissional do lar. Eu só acho que cumpro com as minhas obrigações, sabe? (...) Os meus amigos entram em contato comigo e dizem: ‘E aí, vagabundo!’ ou ainda ‘E aí, tchê! Tá trabalhando ou não tá?’ Eles não entendem que eu tô cuidando dos meus filhos e da minha casa. Eles me veem como desempregado, não como profissional do lar.” (feição de tristeza) (Diego:7:3);

“A pessoa que tá em casa limpando (apontando para si mesma), passando, varrendo, esfregando o chão não é reconhecida por ninguém! (balançando a cabeça negativamente)” (Valéria:7:1);

“Eu não me reconheço. (...) Eu me sinto, às vezes, meio alienada, porque o marido sai, vive uma coisa fora de casa, e eu só no meu mundinho dentro de casa. (feição de tristeza) (...) E também não sinto esse reconhecimento.” (Rosa:7:2).

Outros temas referentes à problemática do trabalho feminino são a (des)valorização social e familiar do trabalho doméstico e do indivíduo e a (in)visibilidade desse trabalho realizado sobretudo pelas mulheres na esfera privada. A seguir, esses dois temas serão analisados em conjunto.

A percepção de (des)valorização do trabalho doméstico pelos profissionais do lar entrevistados gerou visões díspares. No entanto, a maioria dos discursos realizou menção ao trabalho doméstico como uma atividade não remunerada, invisível e desvalorizada na esfera privada, tanto pela família quanto pela sociedade. Cabe considerar que se o trabalho doméstico é desvalorizado, quem o realiza também é, o que revela a dupla desvalorização. Isso pode ser observado nas unidades de significado apresentadas a seguir.

Ao desagregar a informação segundo sexo, idade, cor, escolaridade e classe social, é observável duas coisas. Primeira, mulheres como Bruna, Cristina, Heloísa, Eliane, Valéria e Rosa representam a maioria das entrevistadas que compartilha a experiência de desvalorização do trabalho doméstico e realiza menção à invisibilidade de seu trabalho por suas famílias. Isso pode ser explicado pelo fato de a sociedade capitalista e patriarcal ter fundamentado o papel da mulher na reprodução biológica e na realização dos afazeres domésticos, definindo, assim, seu lugar na esfera privada (KERGOAT, 2003; MELO; CONSIDERA; SABBATO, 2007, 2016; SAFFIOTI, 1969, 1987). Segunda, todos os homens entrevistados mencionaram que seu trabalho doméstico é valorizado por suas famílias. Isso pode ser observado por não ser o destino natural do sexo. Caio, Gabriel, Diego e Eduardo são homens que não compartilham a experiência de desvalorização e invisibilidade de seu trabalho na esfera privada, e uma das razões para isso está na construção sociocultural, que atribui mais valor às atividades masculinas do que às femininas (HAMPE, 2016; KERGOAT, 2003; MELO; CASTILHO, 2009).

“O trabalho de casa é desvalorizado totalmente! Ninguém vê o que tu faz em casa! É invisível! Ninguém nota que tu faz as coisas, só vão notar no dia que tu não fizer! (entonação de voz elevada) (...) É muito raro alguém de dentro ou fora de casa te dizer: ‘Nossa! Que rico cheirinho de casa limpa!’ Agora, se tem algo sujo já falam: ‘Bah! Que sujeira!’ É só isso que todo mundo enxerga.” (Bruna:8:1);

“O meu trabalho doméstico, que faço dentro da minha casa, é bem valorizado pela minha família. Pela sociedade, em geral, eu acho que não, porque ela não vê o que eu faço dentro de casa.” (Caio:8:1);

“É um trabalho ignorado, invisível! Ou o trabalho é invisível ou a pessoa que faz é invisível! (risos) Eu acho que os membros da família não percebem o meu trabalho (suspiro), por mais que a gente seja próximo, que a gente converse. (feição de tristeza).” (Heloísa:8:1);

“Totalmente desvalorizado! Ninguém dá bola! (entonação de voz elevada) (...) A minha família não respeita o trabalho que eu faço. Pobre do meu marido, pobre do meu filho (colocando a mão direita na testa, balançando a cabeça negativamente), mas é assim mesmo (risos). Não vou mentir, né? (risos).” (Eliana:8:1);

“Pela minha família vejo que é valorizado, mas não pela sociedade.” (Diego:8:1);

“O trabalho que a gente faz em casa **não** é valorizado, **não** tem o valor que deveria ter (ênfase da entrevistada nas palavras em destaque), tanto pela família quanto pela sociedade, mas principalmente pela sociedade, porque ela não valoriza o trabalho do homem e principalmente da mulher que fica em casa.” (Valéria:8:1).

O trabalho doméstico, muitas vezes, somente ganha visibilidade quando algum afazer (ainda) não foi realizado, como o almoço que não ficou pronto no horário, o pó sobre os móveis que não foi tirado, a roupa que não foi lavada, o chão que não foi varrido, o lixo que não foi recolhido. As pessoas não enxergam o que foi feito, apenas o que ainda não foi feito ou que deixou de ser feito. A desordem é visível, a ordem é invisível.

Em alguns discursos, há preocupações com relação ao desrespeito e à desvalorização familiar do trabalho doméstico, que os entrevistados atribuem ao fato de realizar um trabalho improdutivo. Mas quais as razões para não valorizar um trabalho que possui grande importância para o bem-estar dos membros da família e da sociedade? Por que não valorizar o banheiro cheiroso? O quarto arrumado? A cozinha limpa? A sala organizada? A roupa lavada, passada e guardada? A refeição preparada? A criança alimentada e banhada? O familiar idoso assistido? Os animais domésticos cuidados?

Diante dessas perguntas, a literatura acadêmica brasileira tem revelado para diversas respostas. Parte da desvalorização do trabalho doméstico pela sociedade e pelos membros da

família deve-se ao fato de não ser remunerado e que não contribui monetariamente para o orçamento familiar mensal; a outra parte está atrelada a um papel secularmente atribuído às mulheres como uma espécie de “obrigação” (BRUSCHINI, 1985, 1998, 2006; MELO; CONSIDERA; SABBATO, 2007, 2016; MELO; CASTILHO, 2009; SAFFIOTI, 1969, 1987; SANTOS, 2008; SANTOS; DINIZ, 2011).

Cabe ainda mencionar que o trabalho doméstico, quando exercido por um membro da própria família, não é considerado trabalho no contexto do sistema capitalista devido à sua inadequação ao modelo de trabalho vigente, que explora a classe trabalhadora e acumula capital (MARX, 1988). Deste modo, a noção de trabalho elaborada por esse sistema acaba intensificando as desigualdades entre mulheres e homens no mercado laboral, atribuindo menor valor ao trabalho reprodutivo, doméstico e feminino e maior valor ao trabalho produtivo, mercantil e masculino (HAMPE, 2016; KERGOAT, 2003; MELO; CASTILHO, 2009). É justamente por essa razão que alguns entrevistados, especialmente mulheres, não se reconhecem como profissionais do lar, por não estarem no mercado de trabalho, realizando atividades produtivas.

Considerando a principal renda familiar mensal, na maioria dos casos, ela provém da realização do trabalho do cônjuge (Bruna, Caio, Cristina, Heloísa, Eliana, Diego, Denise, Valéria, Rosa, Eduardo); e, em alguns casos, do trabalho de algum filho (Eliana, Márcia), da aposentadoria (Gabriel) ou da pensão alimentícia (Pâmela). De forma geral, o homem, no arranjo familiar composto por casal heterossexual, continua ocupando um lugar privilegiado na esfera pública e possui soberania na esfera privada. Cabe mencionar que não foram questionados valores referentes à renda familiar mensal, devido ao entendimento de que essa informação pode ser compreendida como “algo sigiloso” e “íntimo da família”, evitando, deste modo, causar possível constrangimento aos entrevistados.

Devido ao exercício de uma profissão não remunerada no âmbito doméstico, a maioria dos entrevistados mencionou que o seu poder de compra foi comprometido em partes (Valéria, Eduardo) ou totalmente comprometido (Bruna, Caio, Cristina, Heloísa, Eliana, Diego, Rosa), o que não é bem visto por eles, pois traz recordações negativas, como mostram as unidades de significado a seguir. No entanto, as entrevistadas Cristina e Eliana apontaram como aspecto positivo o fato de agora terem de controlar suas compras, demonstrando não serem conscientes da relação de poder exercida pelo marido, que detém a totalidade da renda da família e centraliza todas as decisões a este respeito. Por unanimidade, todos esses profissionais do lar entrevistados declararam que devem consultar o cônjuge antes da aquisição de qualquer produto e/ou serviço para si e/ou para a família.

“É complicado de eu querer comprar uma coisa e chegar e dizer pro marido: ‘Me dá o dinheiro que eu preciso de tal coisa que eu quero’. Não é assim. (balançando a cabeça negativamente)” (Bruna:9:1);

“O meu poder de compra, poder aquisitivo, foi comprometido, é morto. (...) Antes de comprar qualquer coisa eu tenho que consultar a esposa e fazer a conta.” (Caio:9:2);

“Agora eu dependo do marido, mas é bom porque daí eu controlo as compras, agora, né?” (Cristina:9:1);

“Tudo o que a gente precisa comprar tem que pedir pro marido, se ele concorda, se dá pra comprar, a não ser a comida e as coisas do dia a dia. (...) Vejo isso como algo negativo, porque eu não tenho nenhum poder de decisão em casa por não ter o meu próprio dinheiro. (feição de tristeza)” (Heloísa:9:2);

“Eu era muito de comprar, mas agora eu não posso e tá, isso serve pra eu me controlar um pouco.” (Eliana:9:1);

“No começo, eu me sentia bastante desconfortável quando a gente saía e tal. Eu sempre trabalhei, eu sempre gostei de comprar as coisas, dar presente, ou comprar algo pra mim, entendeu?” (Diego:9:1);

“O meu poder de compra não mudou muito. Quando cada um tinha a sua renda, nenhum de nós saía fazendo compras, porque nunca foi aquela coisa de a **minha** renda, mas sim de a **noossa** renda. (ênfase da entrevistada nas palavras em destaque) (...) Quando é pra fazer uma compra grande a gente senta junto e vê.” (Denise:9:1).

Quanto à atividade complementar de renda, essa é realizada por alguns profissionais do lar entrevistados e aceita por suas famílias, pois constitui uma forma de obtenção de ingressos monetários e de aquisição de produtos e/ou serviços. Dentre as atividades complementares de renda, Bruna e Denise realizam “costuras de roupas”; Valéria realiza “venda de bijuterias, semijoias, lingerie e por catálogo”; Rosa e Eduardo realizam “venda de artesanato”; e Márcia realiza “decoreação de festas infantis”. É observável que essas atividades são realizadas, na maioria, por mulheres, brancas e negras, pertencentes às classes sociais baixa e média (Tabela 4). Para Bruna, Valéria e Márcia, essas atividades são realizadas com o objetivo de complementar a renda familiar mensal; já para Denise, Rosa e Eduardo, realizá-las significa um passatempo, um *hobby*, uma ocupação para as horas de lazer.

Ainda que a informação sobre os ingressos monetários auferidos pelos entrevistados não tenha sido questionada durante as entrevistas, é notável que eles se beneficiam de uma posição de autonomia econômica frente aos seus cônjuges para pequenos gastos, evitando que solicitem dinheiro e, especialmente no caso das mulheres, elevando seu poder de decisão no âmbito doméstico. Isso fica explícito nas unidades de significado apresentadas a seguir:

“Eu uso a renda pra família e pra gastos pessoais.” (Bruna:9:3);

“Entra alguma coisinha aqui, outra ali, mas nada absurdo, é uma coisinha bem complementar mesmo. (risos) Eu faço mais por *hobby* mesmo.” (Denise:9:3);

“Não é muita renda, mas me ajuda a ficar um pouco independente, não totalmente dependente do marido.” (Valéria:9:2);

“É um dinheiro meu, que eu gasto com o que eu quero, não tendo que ficar pedindo e gastando dinheiro do marido.” (Rosa:9:3).

As unidades de significado anteriormente apresentadas indicam que a renda – ainda que seja relativamente pequena – oriunda da atividade complementar tende a empoderar as mulheres. No entanto, ela não possui o poder de modificar por si a situação da dependência econômica do marido. Segundo Bruna, Denise, Valéria, Rosa, Márcia e Eduardo, o acesso à renda não gerou conflitos familiares, pois também a utilizam para adquirir alimentos, produtos e/ou serviços que beneficiam todos os membros da família. Para esses entrevistados, sobretudo mulheres, a realização de atividade complementar de renda é bastante valorizada, uma vez que ter seu próprio dinheiro significa a possibilidade de possuir voz ativa na esfera privada e autonomia no uso do dinheiro e de circular na esfera pública. Além disso, Bruna, Caio, Cristina e Valéria, entrevistados pertencentes à classe social baixa, mencionaram não receber auxílio de políticas de transferência de renda (Bolsa Família, por exemplo). Caso recebessem, esse auxílio poderia contribuir enquanto complemento de renda familiar mensal.

Os profissionais do lar entrevistados foram questionados se realizam contribuições mensais ao Regime Geral de Previdência Social, visando possuir benefícios previdenciários, principalmente a aposentadoria (MPAS, 2016b). Dentre os entrevistados, apenas Denise e Márcia realizam contribuições mensais para a previdência social, enquadradas nas categorias segurado facultativo (como dona de casa) e contribuinte individual (como autônoma), respectivamente. Eliana, Diego, Rosa e Eduardo possuem o interesse em voltar a realizar as contribuições mensais visando à aposentadoria; Bruna e Pâmela não desejam continuar contribuindo mensalmente, devido às ameaçadoras propostas de reforma previdenciária e ao descontentamento com o atual governo brasileiro; e Caio, Cristina e Valéria não realizam as contribuições mensais, devido às condições econômicas familiares. Esses aspectos podem ser observados nas seguintes unidades de significado.

“A minha intenção era quando eu chegasse aos 45 anos começar a pagar, mas, agora, como tá mudando as leis, eu não vou pagar, porque eu não vou me aposentar. (risos)” (Bruna:10:1);

“Já realizei. Com este nosso atual governo... (alguns segundos pensando) Hoje eu não realizo porque eu não quero.” (Pâmela:10:1);

“No momento, eu não tenho remuneração nenhuma e não tenho como pagar, mas se pelo menos eu tivesse trabalhando, eu pagaria o valor mínimo da guia. Isso [o não pagamento da guia] prejudica um monte a pessoa que quer se aposentar.” (Caio:10:1);

“Várias vezes se falou sobre meu marido pagar para que no futuro eu pudesse me aposentar, mas sempre ficou apenas no falar, nunca se pagou nada, nunca se fez nada a esse respeito.” (Heloísa:10:3);

“Eu contribuo como dona de casa, tanto aqui em Livramento quanto em Rivera. Recentemente, tive um problema na gravidez, e eu tô utilizando o auxílio-doença.” (Denise:10:1);

“É uma coisa que eu me arrependo. (pensando) Ou não, né? Do jeito que está o Brasil hoje... (risos). Eu não paguei, e, olha, não sei te dizer por que não paguei. (...) Eu adiei, adiei, e só me dei conta depois da importância que é pagar.” (Rosa:10:1);

“É um valor bem pequeno e o cara não paga, seja por relaxamento, esquecimento... Tem também aquela coisa de ter que gerar boleto, realizar o pagamento...” (Eduardo:10:1).

Do conjunto de unidades de significado apresentadas, é interessante observar a da Denise, que está utilizando um benefício previdenciário. Devido a algumas complicações na gestação, a entrevistada requereu o auxílio-doença, o qual foi concedido após realização de exame pela perícia médica da Previdência Social. O direito ao benefício somente foi possível devido às contribuições mensais pela entrevistada, que nesse caso é ter a carência de 12 contribuições, segundo informações do Instituto Nacional do Seguro Social (2017).

A decisão de contribuir para a previdência social é pessoal, sendo uma forma do indivíduo estar incluso a um sistema de seguridade social, que garante benefícios previdenciários. No entanto, os entrevistados são profissionais do lar, trabalham no âmbito doméstico e não possuem remuneração, com exceção de alguns que realizam atividades complementares de renda. Certamente, essa decisão deverá envolver o cônjuge, que possivelmente será o responsável pelo pagamento mensal da Guia da Previdência Social.

Caso busquem proteção social através da contribuição voluntária ao Regime Geral da Previdência Social, os profissionais do lar entrevistados podem se enquadrar no segurado facultativo ou no facultativo de baixa renda, pagando uma alíquota de 11,0% e 5,0% sobre o valor do salário mínimo nacional vigente, respectivamente (MPAS, 2016a). Considerando o atual valor do salário mínimo nacional (R\$ 954,00), o valor mensal da Guia da Previdência

Social a ser pago é de R\$ 104,94 e R\$ 47,70, respectivamente. Possivelmente, o valor mensal da Guia pode ser considerado pequeno para aqueles entrevistados de classe social média. No entanto, é de se pensar que para os entrevistados de classe social baixa, realizar o pagamento da Guia pode ser dificultoso, representando um ônus no orçamento familiar mensal e podendo, inclusive, esse aporte fazer falta à família no mês para suprir alguma necessidade.

Por fim, cabe mencionar que a desvalorização dos indivíduos que realizam o trabalho doméstico não remunerado é histórica na legislação brasileira. Esse trabalho foi regulamentado somente para fins previdenciários em 1991, através da Lei n. 8.213, o que implica dizer que até aquele ano os mais básicos direitos sociais eram negados a estes indivíduos. De fato, isso representa um avanço no campo jurídico, mas é necessário avançar ainda mais. A legislação constitui uma maneira de reconhecer, visibilizar e valorizar o trabalho doméstico não remunerado e o indivíduo que o realiza, especialmente a mulher, sendo capaz de promover reflexões sobre a importância desse trabalho para o bem-estar dos membros da família e da sociedade e para a reprodução do capital.

4.4 Filhos: a (im)possibilidade de permanência na esfera privada para realizar os cuidados infantis em tempo integral

Como visto ao longo da subseção anterior, “filhos pequenos” foi a principal razão que fez com que a maioria dos entrevistados, sobretudo por parte das mulheres e nos casos de escolha, abandonasse o exercício de uma função remunerada no mercado de trabalho e permanecesse em casa, na esfera privada, exercendo a profissão do lar (Tabela 5). Por esse motivo, a presente subseção possui como objetivo apresentar, discutir e refletir sobre alguns aspectos relacionados aos cuidados com os filhos.

Algumas informações sociodemográficas dos filhos dos profissionais do lar entrevistados foram coletadas e são apresentadas na Tabela 6. O perfil sociodemográfico dos filhos dos profissionais do lar entrevistados revela a predominância de homens, com anos de estudo de 5 a 8 anos, pertencentes ao grupo maiores de 16 anos de idade, que moram junto com os pais e que trabalham.

Tabela 6 – Perfil sociodemográfico dos filhos dos profissionais do lar entrevistados

Entrevistado	Número de filhos	Sexo	Grupos de idade dos filhos	Escolaridade (anos de estudo)	Mora(m) junto(s)	Trabalha(m)
Mulheres						
Bruna	2	Masculino	Com filhos menores e maiores de 16 anos de idade	9 a 11 anos	Não	Sim
		Masculino		5 a 8 anos	Sim	Não
Pâmela	2	Masculino	Com filhos menores de 16 anos de idade	5 a 8 anos	Sim	Não
		Masculino		-	Sim	-
Cristina	3	Masculino	Com filhos menores de 16 anos de idade	5 a 8 anos	Sim	-
		Masculino		-	Sim	-
		Masculino		-	Sim	-
Heloísa	3	Feminino	Com filhos maiores de 16 anos de idade	12 anos ou mais	Não	Sim
		Feminino		12 anos ou mais	Sim	Não
		Masculino		12 anos ou mais	Sim	Sim
Eliana	4	Feminino	Com filhos maiores de 16 anos de idade	12 anos ou mais	Não	Sim
		Feminino		12 anos ou mais	Não	Sim
		Masculino		9 a 11 anos	Não	Sim
		Masculino		9 a 11 anos	Sim	Não
Denise	1	Masculino	Com filhos menores de 16 anos de idade	-	Sim	-
Valéria	2	Masculino	Com filhos maiores de 16 anos de idade	9 a 11 anos	Não	Sim
		Feminino		12 anos ou mais	Sim	Não
Rosa	2	Masculino	Com filhos menores e maiores de 16 anos de idade	9 a 11 anos	Sim	Sim
		Masculino		5 a 8 anos	Sim	Não
Márcia	2	Feminino	Com filhos maiores de 16 anos de idade	12 anos ou mais	Não	Sim
		Feminino		12 anos ou mais	Sim	Sim
Homens						
Caio	1	Feminino	Com filhos menores de 16 anos de idade	5 a 8 anos	Sim	-
Diego	2	Masculino	Com filhos menores de 16 anos de idade	5 a 8 anos	Sim	-
		Feminino		-	Sim	-
Eduardo	2.	Feminino	Com filhos menores de 16 anos de idade	-	Sim	-
		Feminino		-	Sim	-

Fonte: Elaborado pelos autor de acordo com dados da pesquisa

Considerando a idade dos entrevistados (Tabela 4) e a idade do primeiro filho (Tabela 6), é perceptível que a idade média com que as mulheres entrevistadas foram mães é de 23,2 anos de idade; entre os homens entrevistados, a idade média com que foram pais é de 29 anos de idade. As mulheres foram mães jovens, considerando que período reprodutivo da mulher vai de 10 a 49 anos de idade, segundo o Ministério da Saúde do Brasil (MS, 2004). Nesse sentido, a maior taxa de fecundidade é vista para as mulheres brasileiras de 20 a 24 anos de idade – 90,0 filhos por 1.000 mulheres (IBGE, 2016), o que pode ser visto também como um possível reflexo do casamento, uma vez que a segunda maior taxa de nupcialidade é vista no mesmo grupo etário (IBGE, 2014b).

Ainda, as taxas de atividades das mulheres brasileiras que tiveram filhos apresentam queda quando elas são jovens – grupos de idade de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos, indicando que a maternidade afeta a atividade laboral feminina, pois a mulher ainda é a principal responsável pelos cuidados com os filhos. As taxas de atividades delas somente voltam a

crescer a partir do grupo de idade de 30 a 39 anos e assim permanecem nos grupos de idade subsequentes (IBGE, 2016), levando a crer que o crescimento dos filhos pequenos as libera para atividades laborais (BRUSCHINI, 1985, 1994, 1995, 1998, 2007; SOARES, 2016). No entanto, há a presença de mães, como Bruna, Heloísa, Eliana, Valéria, Rosa e Márcia, com filhos entre 14 e 27 anos de idade que ainda permanecem no lar, pelas razões já apresentadas na subseção anterior.

Observando as informações da Tabela 6 para o grupo formado pelos jovens, há a presença de pessoas que não trabalham, que somente estudam, que estudam e trabalham e que não estudam e não trabalham. De forma geral, com relação à educação, o nível de escolaridade desses jovens é elevado. Cabe destacar que a filha da entrevistada Heloísa e o filho da entrevistada Rosa abriram mão de trabalhar para se dedicarem aos estudos, ampliando sua qualificação, que poderá resultar em melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Penso que esses resultados podem estar relacionados com o rendimento mensal familiar, que permite aos filhos dedicação exclusiva aos estudos.

O fenômeno do prolongamento da convivência familiar entre pais e filhos foi verificado apenas nos casos das entrevistadas Valéria e Márcia. Esse fenômeno está ganhando relevância nos estudos sobre as famílias. No Brasil, o termo “geração canguru” está sendo utilizado para denominar o grupo de pessoas de 25 a 34 anos de idade que ainda permanecem na casa dos pais. Essa permanência não possui, necessariamente, relação com o desemprego, visto que a “geração canguru” apresenta maiores taxas de ocupação e maior escolaridade média, o que indica uma maior dedicação aos estudos (IBGE, 2014a, 2016)²⁰.

Entre as questões introdutórias, respondendo sobre quais tarefas os profissionais do lar entrevistados realizam/realizavam em relação aos seus filhos, as mulheres mencionaram realizar “todas” as tarefas relacionadas à criação, cuidados e socialização dos filhos, enquanto os homens mencionaram realizar tarefas pontuais. Esse fato fica explícito quando se analisa as seguintes unidades de significado:

“Todas. Era eu que alimentava, que banhava, que vestia, que calçava, que levava pra escola e que buscava.” (Bruna:12:1);

“Tudo. Dependem de tudo. (...) Eu visto, arrumo, dou banho, vejo horários, marco médico, é os deveres da escola.” (Pâmela:12:1);

“Auxílio nos estudos, é o banho e a escola.” (Caio:12:1);

²⁰ No Brasil, entre 2004 e 2015, a proporção de jovens na condição de filho no arranjo familiar passou de 21,2% para 25,3%, respectivamente. As razões para a “geração canguru” optar em viver na casa dos pais pode estar relacionada a questões financeiras, à acomodação ao padrão de vida, à postergação do casamento, a fatores emocionais (IBGE, 2014a, 2016), entre outros.

“Cuidar, dar banho, ajudar nos estudos, trabalhos da escola, reuniões da escola, alimentação. Para as crianças eu faço tudo.” (Cristina:12:1);

“Todas as tarefas. Eu fazia tudo em casa, era escola, médico, piscina, aniversários, comida, troca de roupa e fralda... Tudo.” (Eliana:12:1);

“Banho, alimentação, educação, arrumar roupa da escola e da atividade física.” (Diego:12:2);

“Sou eu que faço tudo. É escola, saúde, lazer, alimentação, roupas...” (Denise:12:1).

Nos casos de Bruna, Caio, Diego, Denise e Eduardo, algumas tarefas em relação aos filhos eram/são realizadas em conjunto pelo casal, como cuidar da higiene e alimentação, auxiliar nas atividades escolares, acompanhamento médico e presença nas reuniões da escola. De acordo com os discursos das mulheres entrevistadas, verifiquei que há participação masculina em relação à criação, cuidados e socialização dos filhos, embora apenas nos casos de Bruna, Denise e Valéria. Do mesmo modo, por meio dos discursos dos homens entrevistados, verifiquei a participação feminina nos casos de Caio, Diego e Eduardo.

Pâmela, Cristina, Heloísa, Eliana, Rosa e Márcia comentam que não houve/há, ou há pouca, participação masculina em relação às tarefas de criação, cuidados e socialização dos filhos. Assim, a responsabilidade pela realização dessas tarefas era/é delas, revelando que esses pais exerciam/exercem apenas o papel tradicional de provedor na família. Curiosamente, o esposo da entrevistada Heloísa era aposentado quando tiveram seus filhos, o que, em tese, possibilitaria dedicação às atividades de cuidados infantis. Esses aspectos são percebidos nas unidades de significado a seguir.

“É um pai bem presente. Quando o bebê chorava à noite, o primeiro a levantar para ver a criança era ele. Ele é bem participativo. Não posso negar.” (Bruna:12:2);

“Os pais dos meus filhos não são nada presentes.” (Pâmela:12:2);

“A participação era bem pouca do marido. Eu tinha que ir tomar banho, isso quando os filhos eram pequenininhos, o esposo ficava com os filhos um pouco. Ele não era muito de cuidar, não.” (Heloísa:12:2);

“O pai é muito presente. Devido ao trabalho dele, quando ele está em casa ele é muito presente na criação do nosso filho.” (Denise:12:2);

“Zero! Zero! (entonação de voz elevada) Não teve participação do marido. Cuidar, conversar, participar em casa, era zero! Anota aí (apontando com o dedo indicador), não era um pai presente, era um pai ausente devido ao trabalho e aos amigos.” (Márcia:12:2).

Assim como a mãe, o pai possui um papel importante a desempenhar em todos os aspectos da vida de seus filhos. A presença paterna contribui significativamente na promoção do desenvolvimento cognitivo, linguístico, social, emocional e motor na vida dos filhos, principalmente na infância, pois é nesse período que eles definirão a sua personalidade. Por isso, o pai deve ser uma presença constante na vida de seus filhos, evitando estar ausente e delegar a responsabilidade para outrem. Cabe destacar que a presença da figura paterna é distinta e complementar à figura materna, sendo que a ausência de uma dessas figuras geralmente possui impactos negativos na vida dos filhos, causando problemas cognitivos, emocionais e sexuais, distúrbios de comportamento, transtornos psicológicos, dificuldade de reconhecer limites, entre outros (BENCZIK, 2011; ROSENBERG; WILCOX, 2006).

Todos os entrevistados afirmaram não contar com o auxílio de alguma pessoa de forma remunerada durante a criação, cuidados e/ou socialização de seus filhos, devido à insuficiência de rendimentos mensais para custear os gastos com os cuidados infantis (Bruna, Caio, Cristina, Diego, Denise, Valéria, Rosa) e/ou devido ao desejo de criar os próprios filhos (Pâmela, Heloísa, Eliana, Denise, Valéria, Eduardo), com exceção da entrevistada Márcia, que contratava o serviço de uma trabalhadora babá, ainda que por poucos anos. Contudo, Bruna, Pâmela, Caio, Valéria e Rosa mencionaram receber auxílio de familiares, como avôs, avós, tios e tias. No caso desses entrevistados, a rede formada por relações familiares foi acionada, auxiliando-os nas atividades de cuidados infantis.

Cabe evidenciar a presença de três fatores principais que atuaram sobre a maioria dos entrevistados, principalmente mulheres, fazendo com que permanecessem na esfera privada: a maternidade, o rendimento familiar mensal e o sentimento de medo de violência contra os filhos pela babá ou na creche. As seguintes unidades de significado revelam isso:

“Não abri mão da maternidade.” (Pâmela:13:1);

“Eu nunca quis deixar meus filhos para outras pessoas cuidarem. Sempre me orgulhei de ter cuidado deles durante os primeiros anos, também da infância até o início da adolescência. (...) Mas, sem dúvida, a maternidade contribuiu muito para que eu permanecesse em casa, cuidando dos filhos.” (Heloísa:13:1);

“Eu nunca pensei em deixar meus filhos sós em casa com outra pessoa.” (Eliana:13:1);

“Se eu passasse num concurso eu adoraria trabalhar. O ponto principal que faz com que eu não volte ao mercado de trabalho é o salário [pago pelo comércio santanense].” (Diego:13:2);

“A maternidade é um motivo bem grande pra que eu fique em casa!” (risos) (Denise:13:1);

“Me tornei mãe. O que faz a mãe? Cuida do filho. Fiquei em casa, cuidando dos meus.” (Valéria:13:1).

As unidades de significado supracitadas evidenciam que a maternidade constitui um ponto importante do projeto de vida das mulheres entrevistadas, como já mencionado na subseção anterior. Para essas mulheres a grande questão foi a seguinte: O mais importante era trabalhar e possuir dinheiro para dar uma vida melhor aos seus filhos? Ou estar presente ao lado deles, vendo eles crescerem, criando, educando, alimentando, dando bons exemplos, afeto, amor, atenção, educação? As mães não quiseram “transferir” as funções maternas para outras pessoas, pois o desejo de ter filhos e cuidar deles faz/fazia parte de uma realização pessoal, sentindo-se protagonistas na continuidade da vida. Esses resultados são corroborados pelos estudos de Bidarte, Fleck e Mello (2018), Bruschini (1995) e Santos e Diniz (2011).

Na maioria das famílias, o rendimento familiar permitiu aos entrevistados o exercício da maternidade/paternidade em tempo integral. Nos casos da Bruna, Caio, Cristina, Diego e Eduardo, estar trabalhando não compensaria a ausência em casa, pois os custos com a contratação do serviço de outrem para os cuidados infantis ou uma escola em tempo integral seria ligeiramente inferior ou equivalente à remuneração que receberiam no mercado de trabalho, considerando o salário-mínimo nacional ou o salário comercial de Santana do Livramento ou de Santa Maria. Evidentemente, uma renda adicional contribuiria no orçamento mensal familiar, entretanto, nesses casos, deixar de trabalhar não pareceu ser uma decisão difícil de ser tomada. Isso pode ser percebido nas seguintes unidades de significado:

“Pensando na minha situação, eu ia trabalhar no comércio por um salário comercial. Aí, eu vou contratar uma babá em tempo integral e vou ter que pagar no mínimo um salário-mínimo pra ela. Disso, vai me sobrar muito pouco e não vai valer à pena, né? Eu vou trabalhar pra pagar alguém que está trabalhando por mim. Vai ser simplesmente um repasse de dinheiro no final do mês. Então, trabalho fora ou fico em casa? (feição interrogativa)” (Bruna:13:4);

“Quando eu tinha só o menino, eu pensava: ‘O comércio tá pagando de salário uns R\$ 800,00 e eu vou ter que colocar meu filho numa escolinha, nisso eu vou pagar uns R\$ 500,00. Eu vou ter que trabalhar quantas horas para poder ficar com R\$ 300,00 no mês?’ Claro que os R\$ 300,00 na nossa conta valiam à pena, era dinheiro. Mas será que valia à pena trabalhar e colocar o nosso filho em tempo integral na escolinha, mais os gastos que íamos ter com isso e ter R\$ 300,00 no fim do mês, ou menos, sendo que eu posso dar uma educação melhor e cuidar melhor dele? (feição interrogativa)” (Diego:6:3).

Outra questão que emergiu no discurso dos entrevistados, principalmente das mulheres, foi o sentimento de medo de que seus filhos fossem vítimas de maus-tratos, como violência física, moral, psíquica, sexual, entre outras formas, na creche ou pela babá. Os maus-tratos revelaram ser uma questão tão delicada que algumas entrevistadas demonstraram se sentir, durante seus discursos, angustiadas, com a voz embargada, somente em pensar na possibilidade de seus filhos serem vítimas de maus-tratos enquanto estivessem ocupadas no mercado de trabalho. As unidades de significado apresentadas a seguir revelam isso.

“A mãe tem medo de colocar o filho na creche ou contratar uma babá e saber depois que o filho foi judiado. Claro que tem babá que não faz isso, mas tem aquelas que fazem.” (Bruna:13:3);

“Eu sempre achei que a melhor pessoa para educar os filhos é a mãe. A gente tem muito medo da questão do abuso com as crianças. Então, eu nunca quis delegar os cuidados dos meus filhos a outras pessoas. Eu não tinha confiança em deixar meus filhos com outras pessoas. (balançando a cabeça negativamente)” (Heloísa:12:4);

“Eu acho que tu podendo cuidar dos teus filhos é melhor do que tu deixar eles com alguém. Sempre vai ser melhor.” (Rosa:14:3).

Infelizmente, casos de violência contra crianças são frequentes no Brasil. Dados do Ministério dos Direitos Humanos (MDH, 2017) indicam a gravidade desse problema: em 2016, foram registrados 76.171 casos de violência contra crianças e adolescentes no País, sendo que em 0,42% desses casos os suspeitos eram os cuidadores. Esse quadro pode ser ainda pior, pois há casos em que a violência não é notificada. As consequências dos maus-tratos podem provocar danos físicos, comportamentais, sociais e psicológicos à criança e também à família por toda a vida, segundo Azevedo e Guerra (2004). Em um estudo recente, Viola et al. (2015) mostram que o Brasil possui as maiores estimativas de maus-tratos contra as crianças no mundo, dentre as razões, devido à ausência de recursos públicos em programas de prevenção de violência nos níveis municipal, estadual e federal. Isso aponta para a necessidade de discutir sobre o tema e de direcionar recursos para as políticas públicas que pretendam eliminar todas as formas de violência contra crianças e adolescentes no País.

Por fim, os profissionais do lar entrevistados foram questionados se sentiriam culpa caso abrissem mão da criação de seus filhos para voltar a trabalhar no mercado de trabalho. O sentimento de culpa esteve mais presente nos discursos das mulheres do que no dos homens, como revelam as unidades de significado apresentadas a seguir:

“Eu acredito que se fosse filho pequeno eu me sentiria culpada em sair para trabalhar, porque tem a questão dos primeiros passos e as primeiras palavras...” (Bruna:14:2);

“Senti falta de ter mais convívio com a minha filha, sabe? Esses 9 anos de vida dela, eu fiquei uns 6 anos trabalhando em duas empresas pra poder conseguir roupa pra ela, sabe? É claro que o cara se culpa, né? Ah, o cara se culpa, e se culpa um monte! (com a voz embargada, movimentando-se na cadeira de forma inquieta) Eu (colocando a mão sobre o peito), eu como pai me culpo bastante por não ter acompanhado mais a minha filha. Eu sou um cara que me culpo bastante em relação a esse tipo de situação. Eu não tive a oportunidade de ficar com a minha filha. Teve 2 aniversários da minha filha que eu nem perto cheguei dela, só falei com ela por telefone, tu entende? Se alguém disser que não se culpa... tem que ter coisa na cabeça. (tocando na cabeça seguidas vezes com o dedo indicador) Eu tenho muito amor e carinho pela minha filha.” (Caio:14:1);

“Eu me senti muito culpada de não ter acompanhado eles. (...) Perdi muito tempo deles, passou muito rápido. (...) A gente fica trabalhando o tempo inteiro, as crianças na escolinha todo o dia... (alguns segundos pensando) O filho menor tava nessa situação. Agora, a gente tá aproveitando mais ele em casa agora. A gente não quer perder de estar com eles. Agora, a gente pode ajudar a fazer o dever, antes a gente não tinha tempo pra nada. É muito ruim. A gente se culpa, né? (feição de tristeza)” (Cristina:1:1);

“Eu sigo estudando e fazendo concursos pra ver se consigo um salário melhor. Justamente por ser para o futuro dos meus filhos eu não me sentiria culpado de abrir mão da criação deles. (...) Eu sempre fui um pai presente, então eu não vejo problema.” (Diego:13:3);

“Com certeza eu me sentira culpada. Eu quero poder acompanhar meu filho, de poder educar, cuidar, dar limites, entende?” (Denise:14:2);

“Eu **precisei** trabalhar para ajudar a família. (ênfase da entrevistada na palavra em destaque) Não me sinto culpada de ter deixado a minha filha quando ela tinha 1 ano e 4 meses para ir trabalhar. (balançando a cabeça negativamente)” (Valéria:12:4);

“Quando eu tive o primeiro filho eu tive que trabalhar porque eu era sozinha, era separada, então eu tinha que trabalhar. Mas, não me sinto culpada, não. Quando veio o segundo filho, eu tinha alguém que me dava esse apoio, que trabalhava, então eu podia ficar em casa, sem precisar de creche, escolinha, empregada. (...) Eu pude acompanhar o segundo filho, diferente do primeiro filho.” (Rosa:14:1);

“Se surge um trabalho que eu vá ganhar X reais por mês e se for vantajoso, pelo lado financeiro, eu vou. (...) Eu acho que não me sentira culpado, porque nos momentos em que tu está presente tu vai te dedicar mais com os filhos.” (Eduardo:14:1).

Em algumas unidades de significado expressas anteriormente, é notável a presença de sentimento de culpa em algumas mulheres de classe média, como Pâmela, Heloísa, Eliana,

Denise e Rosa, e de classe baixa, como Bruna, caso tivessem que abrir mão da maternidade. Nesses casos, a condição financeira familiar permitiu que se dedicassem ao exercício da maternidade em tempo integral. Por outro lado, a necessidade de trabalhar ou de ajudar no rendimento mensal familiar forçou algumas mulheres de classe baixa, como Cristina e Valéria, e de classe média, como Rosa e Márcia, a se inserir ou a continuar no mercado de trabalho. No entanto, não se sentem culpadas por “sacrificar” a criação dos filhos.

Em relação às unidades de significado dos homens entrevistados, como Diego e Eduardo, há manifestações de que não se sentiriam culpados caso tivessem que abrir mão da paternidade. Parece que para eles o mais importante é trabalhar para poder dar melhores condições de vida para seus filhos, o que reforça o papel masculino tradicional. Por outro lado, o entrevistado Caio sente-se culpado por não ter exercido o papel paterno durante a maioria dos anos de infância de sua filha, devido à necessidade de trabalhar – sendo na maioria das vezes jornadas de trabalho excessivas – e de sustentar a família. De forma geral, considerando as unidades de significado apresentadas e discutidas ao longo desta subseção, há indícios de que os pais entrevistados buscam exercer mais ativamente o papel paterno, participando mais da vida de seus filhos, estando mais envolvidos no dia a dia e atuando na formação e educação deles. No entanto, penso se essa participação masculina com relação aos filhos continuará dessa forma após o ingresso dos entrevistados no mercado de trabalho.

A literatura mostra que há uma pressão social sobre as mulheres para que cuidem de seus filhos, fazendo com que se sintam culpadas quando não podem. Culpa por não poder criar seus filhos; por não desempenhar o papel de mãe como esperado; pela necessidade de trabalhar; de não estar o tempo todo presente, principalmente nos primeiros passos, nas primeiras palavras, nas “sapequices” do filho; de não poder comparecer a alguma atividade do filho na escola, entre outras (BRUSCHINI, 1985, 1995, 1998; SAFFIOTI, 1987; ROCHA-COUTINHO, 2004; SANTOS; DINIZ, 2011). Essa forma sociocultural de pensar, baseada em um modelo estereotipado, continua colocando a mulher como a principal responsável pela criação, cuidados e socialização de seus filhos, eximindo a responsabilidade do homem. A mulher acaba acumulando essas tarefas em relação aos filhos com as outras relacionadas à casa, e isso faz com que gaste mais horas em afazeres domésticos do que o homem. Essa relação de desigualdade entre homem e mulher acaba trazendo diversas implicações para a esfera privada e para as questões de gênero. Essa é a temática que será apresentada, discutida e problematizada na próxima subseção.

4.5 Afazeres domésticos: trabalho realizado diariamente, não compartilhado e não remunerado na esfera privada

Devido ao trabalho doméstico corresponder a uma perspectiva distinta e complementar do fenômeno social investigado, esta subseção possui como objetivo apresentar e discutir aspectos relacionados aos afazeres domésticos e ao uso do tempo, com a perspectiva de gênero. O que os profissionais do lar entrevistados entendem por afazeres domésticos? Quais afazeres realizam? Compartilham sua realização? Quanto tempo diário/semanal gastam realizando os afazeres? Essas são algumas questões que serão analisadas a seguir.

O significado atribuído pelos entrevistados aos afazeres domésticos variou de acordo com a sua realidade socioeconômica. De forma geral, eles mencionaram que não há folga na realização desses afazeres, sendo sábados, domingos e feriados dias iguais de trabalho, implicando na limitada condição de acesso a lazer e descanso. Isso fica explícito quando se analisa as unidades de significado dos discursos a seguir:

“É tudo o que tu faz dentro da tua casa.” (Bruna:15:1);

“É um círculo vicioso, todo o dia tu vai ter que fazer a mesma coisa.” (Caio:15:1);

“Não é uma coisa que a gente tem opção, entende? (risos)” (Heloísa:15:1);

“Tarefas que a gente realiza todos os dias.” (Gabriel:15:1);

“Tudo que tu faz todo o santo dia, 30 vezes por dia! (risos)” (Denise:15:1).

Alguns entrevistados pertencentes à classe média, como Pâmela, Gabriel e Márcia, exercem, além dos afazeres domésticos, uma função de gestão em suas residências, já que possuem rendimentos mensais suficientes para delegar o trabalho doméstico a pessoas que fornecem tal serviço. Em contrapartida, os entrevistados pertencentes à classe baixa são os que realizam sozinhos os afazeres domésticos. Cabe destacar que a existência de uma estrutura de apoio (babá, empregada doméstica) possibilita o acesso a lazer e descanso, o que é corroborado pelos estudos de Jablonski (2010), Saffioti (1987) e Santos e Diniz (2011).

Quando questionados sobre quais afazeres domésticos realizam, os profissionais do lar entrevistados, de modo geral, citaram como tarefas: administrar o lar; cortar lenha; costurar; cozinhar; cuidar dos filhos, dos animais de estimação, da horta, das plantas; estender

as camas; fazer as compras no supermercado e feira; limpar a casa e o pátio; lavar, passar e guardar roupa; lavar, secar e guardar louça; manutenção da casa, do automóvel; retirar o lixo. Cabe ressaltar que esses afazeres foram facilmente lembrados pelos entrevistados, pois costumam fazer parte de seu cotidiano. No entanto, isso pode ter impedido a lembrança de afazeres ocasionais por parte deles.

Ao desagregar as informações da questão anterior segundo o sexo, é perceptível a existência de alguns afazeres domésticos realizados somente pelos homens, como cortar lenha, cuidados com a horta e manutenção da casa e do automóvel, o que permite confirmar o rótulo atribuído pela sociedade a esses afazeres como tipicamente masculinos. Sobre tais afazeres, cabe destacar dois pontos: primeiro, isso não significa dizer que os homens estejam trabalhando no lar mais que as mulheres; segundo, tarefas como cortar lenha e cuidar da horta são também realizadas por mulheres residentes na zona rural. De modo geral e de acordo com o detalhamento da categoria “afazeres domésticos” realizado neste estudo, verifiquei que os homens e as mulheres entrevistadas realizam os mesmos afazeres domésticos.

É importante sinalizar que tais afazeres domésticos citados pelos entrevistados perpassam a definição de afazeres domésticos adotada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2008). Nesse sentido, posiciono-me, juntamente com Bruschini (2006, 2007), Bruschini e Ricoldi (2012), Melo e Castilho (2009), Soares e Sabóia (2007) e Soares (2008), mostrando que o conceito utilizado pelo órgão brasileiro é amplo e genérico, o que contribui para que não seja possível saber exatamente o que é o trabalho doméstico.

Cabe mencionar que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios não possui ainda uma questão complementar específica em seu questionário oficial sobre quais afazeres domésticos são realizados pelos homens e pelas mulheres brasileiras no trabalho doméstico. Isso não é surpreendente, pois como todo instrumento de coleta em construção, seu detalhamento ainda carece de maior aprofundamento. Nesse sentido, sugiro a inserção da referida questão nos levantamentos censitários, buscando identificar os diferentes tipos de afazeres domésticos realizados pelos homens e pelas mulheres, pertencentes à população ocupada ou não. A construção desse indicador permitirá conhecer se ambos os sexos realizam os mesmos afazeres domésticos no Brasil.

A análise dos discursos dos profissionais do lar entrevistados apontou que os afazeres domésticos possuem como características a fragmentação, a multiplicidade e a simultaneidade (BRUSCHINI, 2006). As unidades de significado apresentadas a seguir mostram isso, em especial a do entrevistado Gabriel, que revela as três características desses afazeres no seu cotidiano. Vale assinalar que a característica “simultaneidade” pode mascarar

o tempo gasto com a realização de afazeres domésticos declarado pelos entrevistados. Esse aspecto será abordado mais adiante nesta subseção.

“Tu levanta, prepara café, acorda as crianças, já coloca roupa pra lavar, varre a casa, faz almoço, lava louça... Se eu não tô envolvida com a casa, eu tô envolvida com as crianças.” (Cristina:21:2);

“Eu já levanto de manhã lidando com as coisas. Dou uma arrumada na casa, depois preparo e dou o café pra mãe junto com os remédios. Enquanto a mãe toma o café eu vou vendo a roupa dela e já vou preparando o banho dela. Enquanto o banheiro aquece, eu vou dar comida pros animais. (pausa para respirar) Na volta eu já dou banho na mãe, com todos aqueles cuidados, e depois a coloco na sala, próxima da janela, pra ela ver o movimento na rua e ir se maquiando. Enquanto isso, eu vou pra cozinha preparar o almoço, porque já vão ser pelas 11 horas. (nova pausa para respirar) Enquanto faço o almoço a máquina tá lavando as roupas, em seguida já estendo no pátio, mas sempre com os olhos na comida. Feito o almoço, eu atendo a mãe primeiro e, em seguida, deito ela. Aí então que eu vou almoçar, lá pelas 13 horas. À tarde é sagrado a gente dormir, porque me canso muito de manhã. Depois da sesta, continuo fazendo as coisas em casa. (leve sorriso no rosto)” (Gabriel:21:2)

Bruna, Pâmela, Caio, Heloísa, Gabriel, Valéria, Rosa e Márcia afirmaram possuir autonomia para a tomada de decisões em relação ao trabalho doméstico, isto é, realizam os afazeres no momento em que desejam, sem qualquer tipo de cobranças, no sentido de desfrutar o dia com a família, filhos, cônjuge, amigos e animais de estimação. No entanto, essa autonomia não os exime da responsabilidade doméstica. O afazer doméstico não realizado é adiado para o dia seguinte, implicando no acúmulo de trabalho e no aumento do tempo gasto o realizando. Apesar disso, eles percebem como uma escolha racional. Isso pode ser observado nas seguintes unidades de significado:

“A hora que eu achar que não quero fazer tal afazer eu não faço. Por exemplo: ‘Hoje eu não quero varrer’. Eu não varro. Eu acredito que se eu não quero varrer a casa, ou tirar o pó, eu não faço. Eu faço amanhã. Só que amanhã vai aumentar um pouquinho o trabalho. (sinal de pequeno com os dedos, com um leve sorriso no rosto)” (Bruna:21:2);

“Eu não faço tudo de uma vez só. (balançando a cabeça negativamente). Eu faço um pouco escutando música, daí paro e dou uma volta, e assim vou.” (Caio:21:2);

“É claro que eu não trabalho desde que levanto até a hora que vou dormir, porque têm momentos que eu paro durante o dia, descanso um pouco, converso com alguém, vou ali na vizinha. Não é um trabalho que realizo contínuo, sem parar, o dia todo.” (Heloísa:21:2);

“Entre tudo que tem que fazer em casa, dou uma passadinha pelo centro, uma olhadinha nos preços...” (Gabriel:21:4).

É interessante observar que as unidades de significado anteriormente apresentadas sinalizam para algumas possibilidades de socialização, como passear pelo centro da cidade, encontrar e conversar com conhecidos da vizinhança. Os entrevistados, com condições socioeconômicas distintas, revelam que ser profissional do lar, dedicando-se exclusivamente ao âmbito doméstico e familiar, não apresenta a mesma forma de reclusão à casa que historicamente possuiu, especialmente em relação às mulheres.

Apesar de Bruna, Pâmela e Márcia afirmarem possuir autonomia para realizar o trabalho doméstico, outras unidades de significado de seus discursos apontam a existência de afazeres domésticos cuja realização não pode ocorrer conforme suas vontades, como preparar as refeições da família. Entre a preparação das refeições e seu consumo pela família, muito tempo e trabalho são necessários. Bruna, Cristina, Gabriel e Denise mencionaram antecipar a preparação das refeições que serão consumidas pela família durante a semana, aprontando grande parte delas no final de semana e congelando-as (por exemplo, molhos, feijão, lentilha); Pâmela, Caio, Heloísa e Márcia mencionaram preparar uma quantidade maior de comida para o almoço de modo que sobre para a janta, evitando, assim, retornarem à cozinha para preparar uma nova refeição à família. A tarefa de preparar as refeições é realizada diariamente pelos entrevistados devido ao horário de intervalo do trabalho do cônjuge, ao horário da escola ou faculdade dos filhos e, principalmente, à necessidade básica de alimentação.

“A comida tem que fazer, porque tem gente que depende do almoço, como é o caso do marido que tem que voltar ao trabalho e do filho que tem que ir à escola. Então, a comida é sagrada.” (Bruna:21:3);

“Tem vezes que eu não cozinho, porque eu faço pra mais no dia, que dê pra hoje e pra amanhã.” (Caio:16:1);

“Da comida a gente não se escapa.” (Pâmela:15:2);

“Eu faço comida no final de semana e congelo pra semana, aí eu só descongelo e faço um complemento no dia.” (Cristina:21:4).

Poucos foram os entrevistados que mencionaram não gostar de realizar algum afazer doméstico no dia a dia. Entre as mulheres, “faxina geral” (Pâmela), “limpar banheiro” (Cristina), “secar pratos e talheres” (Eliana) e “cozinhar” (Valéria); e entre os homens, “lavar louça no inverno” (Diego) e “passar roupa” (Eduardo). Nesses casos, os afazeres citados são realizados pelo cônjuge, pelo filho ou por uma trabalhadora doméstica diarista. Ainda, sobre

gostar ou não de realizar os afazeres domésticos, a unidade de significado da entrevistada Heloísa possui profunda conexão com seu esposo, revelando o papel social imposto à mulher.

“Outro dia um amigo do meu esposo me perguntou se eu gostava de cozinhar, e eu respondi: ‘Não sei. Eu tenho que cozinhar todos os dias!’ (risos). Eu não sei se eu gostaria ou não de fazer porque eu não tenho essa opção. Eu tenho que fazer os afazeres domésticos, eu tenho que cozinhar, eu tenho que tudo, porque não tem outra opção.” (feições de tristeza) (Heloísa:15:2).

Na perspectiva do compartilhamento de afazeres doméstico por homens e mulheres e sua implicação no âmbito familiar relacionada a maior igualdade entre os sexos, Heloísa, Eliana, Rosa e Márcia relataram dificuldade em realizar esse compartilhamento com seus maridos e/ou com seus filhos do sexo masculino, chegando, em alguns casos, a ser motivo de discussões na família. Por outro lado, Bruna, Cristina, Denise e Valéria mencionaram que seus maridos e/ou seus filhos do sexo masculino contribuem para a realização dos afazeres domésticos, ainda que a participação deles seja menor e/ou sob a forma “periférica”²¹. Esses aspectos podem ser observados nas seguintes unidades de significado:

“Os afazeres domésticos são divididos tranquilamente. Aquele que está disponível no momento faz, sem problemas.” (Bruna:17:1);

“É necessário dividir. Nós temos esse companheirismo de um ajudar o outro, além de que um só não dá conta de tudo, né?” (Cristina:17:1);

“Na minha casa não há divisão dos afazeres domésticos. É culpa minha (batendo no peito com a mão direita). Eu deveria determinar. Realmente, seria muito bom. O meu problema é a cobrança. Eu não cobro, por isso não me ajudam em casa. (...) A única vez que eu disse pro meu filho guardar os sapatos dele, que estavam atirados pela casa há dias, ele pegou e me disse: ‘Mãe, hoje tu tá procurando briga, é?’ (um instante de silêncio) Isso, para mim, foi um desrespeito! (...) Meu marido ajuda, às vezes, e meu filho não limpa o que é dele e nem ajuda em casa.” (Eliana:17:1);

“Eu sempre tentei dividir o trabalho em casa com meu marido e os filhos, mas era difícil. Pesava mais pro meu lado.” (Rosa:17:1);

“Não tinha isso de dividir o trabalho em casa, era só eu que fazia! O marido não fazia nada, era um imprestável, um inútil! (entonação de voz elevada)” (Márcia:17:1).

²¹ A participação masculina no trabalho doméstico sob a forma “periférica” revela a realização de afazeres domésticos que sobraram para serem feitos – no sentido de quando a mulher ainda não os realizou ou ainda que os homens preferem ou gostam de realizar (BRUSCHINI; RICOLDI, 2008, 2012).

O não compartilhamento dos afazeres domésticos das mulheres entrevistadas com seus cônjuges e/ou filhos do sexo masculino merece atenção. Não por acaso, Heloísa, Rosa e Márcia são algumas dessas entrevistadas que mencionaram a não participação masculina na criação, nos cuidados e na socialização dos seus filhos. Isso mostra, de um lado, a persistente desigualdade de gênero no cotidiano familiar; de outro, a subsistente ideia de que o trabalho doméstico é uma atividade feminina. Isso é comprovado pelos estudos feministas de Bruschini e Ricoldi (2012), Soares (2016) e de Soares e Sabóia (2007).

A unidade de significado a seguir mostra que a entrevistada Denise não compartilha os afazeres domésticos com seu esposo, pois possui a crença de que ele não os realiza de forma satisfatória, dando mais trabalho do que ajudando em casa. Deste modo, acaba por ser a única responsável pela realização do trabalho doméstico. No entanto, reconhece que o não compartilhamento dos afazeres domésticos gera impactos negativos, como a sobrecarga. Considerando a sua unidade de significado, proponho problematizá-la da seguinte forma: A mulher é a única detentora da habilidade de realizar os afazeres domésticos? É apenas do jeito dela que os afazeres domésticos podem ser realizados na casa? Por que não deixar o homem desenvolver outro jeito de realizar os afazeres? Ou por que não ensiná-lo outro jeito? Percebo que esse comportamento é reflexo dos papéis sociais.

“A gente não divide. Basicamente eu faço, mas se tiver que fazer meu esposo faz. Eu sou muito pesada, vamos dizer assim, porque eu prefiro fazer tudo. Às vezes meu esposo faz e parece que não ficou bem feito. (risos) Aí lá vou eu refazer. Mas é algo meu. Então, eu prefiro fazer tudo. Isso é péssimo, né? Mas também não me incomodo. Eu não me incomodo de fazer tudo porque eu gosto de fazer. Eu me sinto bem (colocando a mão sobre o peito). Adoro limpar a minha casa. Adoro. Eu gosto. É algo meu.” (Denise:17:1).

Ainda sobre o compartilhamento de afazeres domésticos, mas em relação aos discursos masculinos, Diego e Eduardo não mencionaram dificuldades em realizá-lo com suas esposas, porém, evidenciou-se menção a um compartilhamento menos igualitário desses afazeres, como ilustram suas unidades de significado a seguir. Por outro lado, Caio evita compartilhar os afazeres domésticos com sua esposa, devido à extensa jornada de trabalho dela. Porém, esse caso é uma exceção.

“Em casa eu faço tudo. Não vou deixar para a esposa fazer as coisas quando ela chegar do serviço cansada, né?” (Caio:17:2);

“Quando a esposa chega do trabalho eu consigo dar uma respirada das coisas em casa.” (Diego:21:2);

“Em casa sou eu que faço mais as coisas.” (Eduardo:17:2).

Outro aspecto relacionado aos afazeres domésticos é a participação dos filhos. A maioria dos entrevistados declarou que seus filhos realizam pequenos afazeres diariamente, estando essa afirmação mais presente nos discursos masculinos. Cabe a ressalva de que isso não constitui o fenômeno de transferência do trabalho doméstico para crianças, adolescentes e/ou jovens (IBGE, 2010). Bruna, Caio, Cristina, Diego, Valéria, Márcia e Eduardo mencionaram construir gradualmente o processo de conscientização em seus filhos sobre a importância de participar na realização do trabalho doméstico e de preparação individual para a idade adulta, sem que dependam de outrem (BRUSCHINI; RICOLDI, 2012; JABLONSKI, 2010; SOARES; SABÓIA, 2007), como pode ser percebido nas unidades de significado a seguir. Geralmente, esses entrevistados escolhiam, em função da idade de seus filhos, afazeres simples, motivando e promovendo a sua participação no cotidiano doméstico. À medida que seus filhos cresciam e de modo gradual, o número de afazeres foi sendo aumentado, sempre após ensinarem como deveriam realizá-los.

“Desde pequenos os meus filhos aprenderam a ajudar, através de brincadeiras, sabe? Eu dizia: ‘A mãe vai varrer a casa agora, tu me ajuda?’ ou ‘A mãe vai tirar o pó da estante. Tu tira as coisinhas ali de cima pra mãe limpar?’ ou ‘Hoje nós vamos fazer o café da tarde. Tu coloca o leite pra aquecer no micro-ondas?’. Então, desde pequenininho tu vai ensinando, pedindo que ele te mostre como se faz, depois que tu ensinou. Com o tempo, eu estava lavando a louça e o filho vinha e secava e guardava. Se tu ensinar desde pequeno eles vão pegando. Foi assim que os meus filhos aprenderam a participar mais da casa. E assim não sobrecarrega apenas uma pessoa. E eles já se tornam independentes.” (Bruna:18:1);

“É uma arrumadinha no quarto, é uma lavadinha na louça. O meu filho sabe fazer as coisas, mas dificilmente ele faz.” (Pâmela:18:1);

“Eu dizia pra filha: ‘A cama é fácil de arrumar. É só tu arrumar assim e tá.’” (encenando com as mãos). Eu mostro como se faz as coisinhas simples e ela faz, mas nada de fazer força ou coisas assim. São as coisinhas dela.” (Caio:18:1);

“A gente incentiva para que eles ajudem, seja guardando os brinquedinhos, limpando os farelinhos de cima da mesa, estendendo a caminha, coisinhas mais simples. Eu digo pra eles: ‘Guris, vocês têm que ajudar mais a mãe em casa, então, vamos estender a caminha de vocês?’ (Cristina:18:1);

“Eu nunca fiz isso de dizer que os meus filhos tinham que ajudar nas tarefas de casa, de ter que ajudar a lavar a louça ou de ter que arrumar a sua própria cama, era estudar e brincar. Eu simplesmente fazia tudo. Claro, passado algum tempo, eu comecei a ler sobre educação e de que os filhos deveriam colaborar em casa. Foi a partir de então que eu comecei a perceber que eu cometi um erro nesse aspecto, até pela razão de que eu não preparei os meus filhos pra vida adulta. A gente fazendo com que os filhos saibam as coisas de casa, a gente tá preparando para que no futuro eles saibam cuidar da própria casa, saibam fazer uma comida, saibam lavar uma roupa. (...) Parece que eles iriam ser sempre crianças e eu iria sempre fazer as coisas para eles! (risos). (...) Nunca questionei isso, mas quando questionei já era tarde! (risos)” (Heloísa:18:1);

“O meu pai me deu essa educação e eu educo meu filho assim. Ele tem 6 anos e depois que ele almoça ele pega o pratinho dele e coloca na pia; ele toma banho sozinho; ele brinca e depois guarda os brinquedos. Essas coisinhas pequenas, simples, ele faz.” (Diego:18:1).

Desse conjunto de unidades de significado, duas mostram-se interessantes para análise. Sobre a unidade de significado do entrevistado Diego, possivelmente seu pai foi educado na perspectiva de realizar os afazeres domésticos no cotidiano familiar. Assim, o processo de educação sobre a participação dos filhos na realização de afazeres domésticos foi sendo repassado de pai para filho, nas duas gerações da família. Outra diz respeito à unidade de significado da entrevistada Heloísa, que se mostra mais sentimental, revelando uma visão romantizada sobre os filhos, de que seriam “sempre crianças”. Essa mãe optou por priorizar as atividades escolares e de lazer de seus filhos, não os educando para assumirem pequenas responsabilidades domésticas. Desse modo, ela realizava todos os afazeres domésticos por seus filhos, o que pode ter contribuído para o desenvolvimento de uma certa dependência doméstica e para alguma dificuldade na vida adulta.

Como já mencionado na subseção anterior, há dois casos de jovens que somente estudam. Considerando o discurso das mulheres entrevistadas, a principal diferença observada foi em relação à participação na realização do trabalho doméstico: enquanto a filha da Heloísa auxilia na realização de afazeres domésticos, o filho da Rosa não compartilha dos mesmos cuidados. Penso que as pessoas que não estão inseridas no mercado de trabalho possuem um tempo maior para as atividades domésticas. Ainda, o filho pode ter uma visão arraigada na divisão sexual do trabalho de que a presença da mãe no domicílio é para atender as demandas dos membros da família, em especial do homem. No entanto, esse aspecto no que diz respeito aos papéis de gênero e à construção social pode ser problematizado. Nesse sentido, de acordo com a literatura de gênero (SOARES; SABÓIA, 2007; SOARES, 2016), cabe mencionar que

a menor jornada em afazeres domésticos provém dos indivíduos do sexo masculino na condição de filho. Isso indica uma (forte) construção social, de que a responsabilidade pela realização do trabalho doméstico é da mulher, da esposa e da mãe.

Dando continuidade à análise desta subseção, a posse de aparelhos eletrodomésticos possibilita conhecer o modo como os profissionais do lar entrevistados gastam seu tempo na realização de afazeres domésticos. Como aparelhos eletrodomésticos, eles citaram possuir, por exemplo: aspirador de pó; batedeira; cafeteira; ferro de passar roupa; fogão à lenha e elétrico; forno elétrico; geladeira; jarra elétrica; lava jato; liquidificador; máquina de fazer suco; máquina de cortar grama; máquina de lavar roupa; micro-ondas; televisão; torradeira; vaporizador. Cabe ressaltar que esses aparelhos eletrodomésticos foram facilmente lembrados pelos entrevistados, pois costumam fazer parte de seu cotidiano, o que pode ter impedido a lembrança de outros aparelhos utilizados eventualmente por eles.

Dentre os aparelhos eletrodomésticos citados pelos entrevistados, certamente a máquina de lavar roupa foi o bem durável mais lembrado e considerado essencial para o cotidiano familiar. Outro bem bastante mencionado foi a televisão, esse por aqueles que possuem filhos pequenos. Isso foi percebido nas seguintes unidades de significado:

“Santa máquina de lavar roupas! (sorriso aberto ao realizar o sinal de mãos postas em oração)” (Bruna:20:2);

“Se não fosse a minha máquina de lavar roupas eu não sei o que seria de mim! (risos)” (Caio:20:2);

“A mais encantadora, a mais maravilhosa é a máquina de lavar roupas (risos). É só colocar a roupinha lá, mais o sabão e o amaciante, depois é só pendurar a roupinha. Lavar a roupa no tanque como antigamente é a coisa mais triste que tem!” (Heloísa:20:1);

“Enquanto eu tô na cozinha, eu não tô com os olhos sobre os filhos. Então, eu **preciso** que tenha o desenho ou o filmezinho que divirta eles, entende? (ênfase do entrevistado na palavra em destaque) A filha pequena ou ela está olhando desenho ou está no meu colo. Quando falta luz e não tem televisão, aí complica a coisa. Às vezes eu tenho que pedir pra minha esposa comprar comida porque a filha só quer colo e não tem televisão pra ela. Como vou fazer comida com a filha no colo? (feição interrogativa)” (Diego:20:2);

“Eu não posso ficar sem a máquina de lavar! (risos)” (Valéria:20:2);

“A máquina de lavar roupas me auxilia demais! A principal é ela!” (Márcia:20:1).

Tradicionalmente, a tarefa de lavar roupas da família é feminina. A máquina de lavar roupas é um bem durável que causou uma revolução no cotidiano familiar e no trabalho

doméstico, permitindo às mulheres gastarem menos tempo nessa tarefa (IBGE, 2010, 2012). Em 2004 apenas 34,3% dos lares brasileiros possuíam máquina de lavar roupas, passando para 61,1% em 2015. O crescimento do número de lares brasileiros na posse desse bem acompanhou um período de crescimento econômico do País (IBGE, 2015, 2016). No entanto, é notável que em uma proporção considerável de domicílios brasileiros (38,9%), as roupas continuam sendo lavadas manualmente e, provavelmente, por mulheres.

A presença de aparelhos eletrodomésticos nos domicílios é fundamental para o bem-estar dos entrevistados que realizam os afazeres domésticos, estando relacionada com a renda familiar. Como reflexo dessa presença, é observado menor número de horas diárias dedicadas ao trabalho doméstico, visto que tendem a simplificar e racionalizar o trabalho de conservação do lar, o que pode ser percebido nas unidades de significado a seguir. Além disso, de acordo com Sachs (2008), a modernização das atividades de subsistência tende a aumentar a produtividade do trabalho no âmbito doméstico, de modo que sobra mais tempo aos indivíduos, principalmente mulheres, para que se engajem em atividades de lazer e/ou ainda atividades produtivas no mercado de trabalho.

“Com aparelhos eletrodomésticos tudo se torna mais fácil, eles ajudam muito. Tu faz as coisas de casa em bem menos tempo.” (Bruna:20:1);

“Faço as coisas com eles bem rápido.” (Gabriel:20:3);

“Os aparelhos facilitam um monte! (risos)” (Rosa:20:2).

Considerando que o trabalho realizado na esfera privada, voltado para as atividades de cuidado e afazeres domésticos, consome uma parcela significativa do tempo dos indivíduos (BRUSCHINI, 2006, 2007; IBGE, 2010; SOARES; SABÓIA, 2007), verifiquei que a média de horas gastas em afazeres domésticos informada pelas mulheres entrevistadas é de 4,6 horas diárias, correspondendo a 32,2 horas semanais; em contrapartida, pelos homens entrevistados, a média é de 3,6 horas e de 25,2 horas, respectivamente. Sobre tais informações, cabe destacar três pontos: primeiro, as médias de horas semanais gastas em afazeres domésticos pelos homens e pelas mulheres entrevistadas são superiores às médias nacionais; segundo, não foi observado o dobro da média de horas semanais gastas em afazeres domésticos pelas mulheres em relação aos homens, como ocorre de forma geral no Brasil e em todas as Unidades Federativas; terceiro, a principal diferença observada foi a média semanal da jornada masculina inferior em 7 horas à jornada feminina, o que mostra a perpetuação da desigualdade de gênero com relação à distribuição do tempo dedicado à realização de afazeres domésticos na esfera privada.

Diversos estudos apontam que variáveis como sexo, cor, escolaridade, rendimento mensal familiar, tipo de arranjo familiar implicam diretamente sobre a distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos pelos indivíduos (BRUSCHINI, 1985, 1994, 1998, 2006, 2007; DEDECCA, 2004; IBGE, 2006, 2010, 2014a, 2015; SOARES, 2016; SOARES; SABÓIA, 2007). Por constituírem aspectos importantes na investigação sobre o uso do tempo, as variáveis supracitadas serão analisadas a seguir.

Ao analisar a média de horas diárias gastas em afazeres domésticos, considerando sexo e cor, destacam-se as mulheres de cor negra que dedicam mais tempo na realização de afazeres domésticos do que as mulheres de cor branca (5,5 horas; 4,4 horas, respectivamente). Em relação aos homens, foi observado o contrário. Os homens de cor branca gastam mais horas diárias em afazeres domésticos do que os homens de cor negra (4,5 horas; 2 horas, respectivamente). Considerando essas informações, a variável “cor” não mostrou diferença acentuada entre homens e mulheres. No entanto, os resultados apontam para a desigualdade de gênero já constatada.

As mulheres entrevistadas com 12 anos ou mais de estudo possuem uma jornada com afazeres domésticos menor do que as mulheres com até 12 anos de estudo (3,5 horas; 4,9 horas, respectivamente). Entretanto, os homens com 12 anos ou mais de estudo possuem uma jornada com afazeres domésticos maior do que os homens com até 12 anos de estudo (4 horas; 3,5 horas, respectivamente). Isso pode ser explicado devido à presença de familiar idoso e doente, no caso do Gabriel, e de filhos pequenos, no caso do Eduardo, os quais demandam constantes cuidados.

Em relação ao rendimento mensal familiar, poucos foram os entrevistados que mencionaram contar com algum tipo de ajuda, seja ela paga (por exemplo, trabalhadora doméstica, babá) ou gratuita (por exemplo, rede de pessoas formada por familiares, amigos, vizinhos) para realizar os afazeres domésticos. Foi observado que em algumas famílias com rendimentos maiores, como nos casos de Pâmela e Márcia, o tempo de dedicação aos afazeres domésticos é menor, devido à contratação do serviço de trabalhadoras domésticas diaristas. Nesse sentido, pesquisas vêm mostrando que, no caso das mulheres, a renda constitui um fator que afeta o tempo gasto com a realização de afazeres domésticos porque permite pagar o serviço de outrem, como, por exemplo, de Melo e Castilho (2009) e de Costa (2014). No entanto, vale ressaltar que, segundo Saffioti (1987, p. 8), essas mulheres não estão isentas de “supervisionar o trabalho de serviços contratadas, em geral também mulheres”.

É pertinente discutir que as entrevistadas Pâmela e Márcia empregam mulheres para realizar o trabalho doméstico. A situação dessas mulheres prestadoras de serviço merece

atenção, pois se ocupam como trabalhadoras domésticas no mercado de trabalho formal ou informal e, provavelmente, são responsáveis pela realização dos afazeres domésticos em seus domicílios. Dessa realidade, surge o fenômeno da transferência do trabalho doméstico para os seus filhos. Essas situações são mais comuns principalmente nos domicílios brasileiros mais pobres, onde as mulheres frequentemente se ocupam como trabalhadoras domésticas. Cabe mencionar que a contratação de serviço de mulheres trabalhadoras domésticas reforça, ainda mais, a desigualdade entre segmentos de mulheres, segundo o IBGE (2010).

Apesar do entrevistado Gabriel ser aposentado e possuir elevado rendimento mensal, o tempo de dedicação aos afazeres domésticos é maior, devido à presença de familiar idoso e doente, que exige cuidados constantes. As despesas mensais com medicamentos e atividades fisioterapêuticas são fatores que limitam a contratação do serviço de um trabalhador como cuidador de idosos, que diminuiria o tempo gasto com atividades de cuidados. No entanto, conta com a presença de uma trabalhadora doméstica semanalista.

Quanto ao tipo de arranjo familiar, verifiquei que no arranjo familiar composto por casal heterossexual com filhos, chefiado por homem, a responsabilidade pela realização dos afazeres domésticos é das mulheres (Bruna, Cristina, Heloísa, Eliana, Denise, Valéria, Rosa). Ainda, as mulheres pertencentes a esse tipo de arranjo familiar com filhos menores de 16 anos de idade são as que possuem a maior jornada em afazeres domésticos (Cristina, Denise). Isso se dá em razão da responsabilidade histórica atribuída às mulheres pela criação, cuidados e socialização dos filhos. Em contrapartida, no mesmo arranjo familiar, porém chefiado por mulheres, a responsabilidade pela realização dos afazeres domésticos é dos homens (Caio, Diego, Eduardo). Esses homens, com filhos menores de 16 anos de idade, são os que possuem a maior jornada em afazeres domésticos.

Cabe mencionar que o tempo gasto com os afazeres domésticos, para as mulheres, aumenta conforme o número e a idade dos filhos. Essa é uma afirmação que os estudos de gênero seguidamente têm confirmado, como em Bruschini (1985, 1994, 1998, 2006, 2007), Dedecca (2004), Soares (2016) e Soares e Sabóia (2007). Os filhos pequenos demandam maiores cuidados e, conseqüentemente, consomem uma parcela maior do tempo de trabalho doméstico das mulheres ocupadas ou não. Uma das formas de diminuir o tempo gasto pelas mulheres com os filhos é a disponibilidade de serviços sociais e de equipamentos de consumo coletivos públicos, como creches, pré-escolas e escolas em tempo integral.

É justamente sobre essa questão que Saffioti (1987) chamava a atenção das mulheres durante a década de 1980 no Brasil, de que deveriam direcionar esforços para reivindicar por equipamentos de consumo coletivo, em vez de requererem expansão de direitos conquistados.

Passaram-se décadas e o principal problema das creches públicas no País continua sendo a sua quantidade insuficiente, não obstante, seus horários de funcionamento são conflitantes com a jornada de trabalho integral dos trabalhadores, o que acaba reduzindo a participação feminina, sobretudo no caso das mulheres mais pobres, no mercado de trabalho e intensificando a tarefa de criação, cuidados e socialização dos filhos como uma atribuição feminina (BRUSCHINI; RICOLDI, 2012; DEDECCA, 2004; RICOLDI, 2010). Neste ponto, segundo a CEPAL (2009), se o Estado não é capaz de prover bens e serviços públicos de cuidado e proteção, gerará desigualdades de gênero que afetarão principalmente o bem-estar e a qualidade de vida das mulheres. Por essas razões que a oferta de creches é essencial e deveria ser objeto prioritário de políticas públicas no Brasil.

Já no arranjo familiar composto por mulheres sem cônjuge, como nos casos de Pâmela e Márcia, há uma jornada com afazeres domésticos inferior à jornada das mulheres com cônjuges (3,5 horas; 5,2 horas, respectivamente). Foi observado que ambas as mulheres sem cônjuge contratam serviço de trabalhadoras domésticas diaristas devido a sua situação econômica favorável. No entanto, esse resultado, de acordo com pesquisas de autoras feministas (BRUSCHINI, 2006; SOARES, 2016; SOARES; SABÓIA, 2007), pode contribuir com as discussões de que a presença de um cônjuge masculino representa um acréscimo na jornada com afazeres domésticos para as mulheres.

Os resultados acerca do tipo de arranjo familiar apontam que essa variável exerce influência sobre a participação dos profissionais do lar entrevistados na realização de afazeres domésticos. A participação mais intensa na realização desses afazeres foi observada no caso das mulheres, nos arranjos familiares compostos por casal, com filhos menores de 14 anos e com baixo rendimento. Esses resultados são corroborados pelas pesquisas realizadas pelo IBGE (2006) e por Soares e Sabóia (2007).

A participação inferior masculina na realização de afazeres domésticos pode ser explicada através da divisão sexual histórica das atividades laborais. Contudo, nos últimos anos mudanças sociais ocorreram e repercutiram sobre a distribuição do tempo dos indivíduos brasileiros, fazendo com que os homens participem mais dos afazeres domésticos. Ainda que o tempo gasto com a realização de afazeres domésticos pelos homens seja menor que o das mulheres, o envolvimento deles no âmbito doméstico não pode ser desprezado, visto que representa uma mudança de comportamento ou de mentalidade (BRUSCHINI, 2007; BRUSCHINI; RICOLDI, 2012; RICOLDI, 2010; SOARES, 2008; SORJ, 2004). No entanto, como bem afirma Costa (2014, p. 8), “num mundo em rápida mudança, surpreende que os afazeres domésticos continuem sendo assunto exclusivamente de mulheres”.

Os profissionais do lar entrevistados foram questionados se consideram elevada a média de horas diárias/semanais gastas em afazeres domésticos. O resultado gerou visões díspares. Enquanto Bruna, Pâmela, Caio, Eliana, Gabriel, Diego, Valéria, Rosa, Márcia e Eduardo não consideram essa média elevada; Cristina, Heloísa e Denise a consideram bastante elevada, o que é preocupante, visto que a extensa jornada doméstica impacta negativamente em suas vidas, causando cansaço, desânimo, irritação, e prejudicando as relações familiares. As unidades de significado apresentam-se da seguinte forma:

“Eu não acredito que seja muito tempo. Porque é uma coisa que tu tá fazendo pro teu bem-estar, pra tua família.” (Bruna:21:4);

“O meu tempo é bem gasto, bem produtivo.” (Caio:21:3);

“Eu gasto bastante tempo fazendo as coisas de casa. (feição de tristeza) (...) E eu me canso bastante, né?” (Cristina:21:3);

“A gente merecia descansar mais, ter mais lazer. Eu sinto falta de lazer, de passear mais, de ter mais tempo livre para conversar com os amigos... Eu acho que isso tá me fazendo bastante falta. (feições de tristeza). (...) Pelo menos na limpeza pesada da casa eu gostaria de ter uma pessoa que me ajudasse, para que eu pudesse passear mais, ter mais lazer, entende? Que eu acho mais importante do que estar limpando a casa.” (Heloísa:21:4);

“Para ter minha casa bem limpa, eu acredito que deveria ser mais tempo.” (Eliana:21:3);

“Eu não vejo como muito tempo.” (Gabriel:21:5);

“Como é com a família, não acho que é muito tempo.” (Diego:21:4);

“Eu me ocupo muito com as tarefas de casa, e, às vezes, eu fico irritada com isso. (suspiro prolongado)” (Denise:21:3).

Caso houvesse uma redução na média de horas diárias/semanais gastas em afazeres domésticos, os entrevistados mencionaram que a principal destinação dessas “horas livres” seria para realizar atividades voltadas ao lazer, à cultura, à religião, às relações afetivas, aos estudos, ao voluntariado, ao ócio, à atividade complementar de renda e, principalmente, aos cuidados pessoais. O acesso ao lazer por parte de alguns entrevistados, como Pâmela, Cristina, Diego, Denise e Eduardo, é marcado pela presença dos filhos, em função da faixa etária desses, conforme observado. O reflexo do maior tempo gasto com afazeres domésticos é um menor tempo disponível para outras atividades. Isso é percebido nas seguintes unidades de significado:

“Dedicaria a mim. Cuidados pessoais. Aí eu iria arrumar cabelo, fazer as unhas... (risos prolongados, passando as mãos pelos cabelos e mostrando as unhas).” (Bruna:21:5);

“Passear, conversar com amigos, ler livros.” (Heloísa:21:3);

“Eu investiria mais tempo no projeto voluntário que eu faço parte, porque tenho pouco tempo para ele. É um trabalho voluntário que me dá muita satisfação por várias razões. E dormir, eu gosto de dormir. (risos, realizando o gesto do sono)” (Eliana:21:4);

“Eu iria fazer academia pra emagrecer, me cuidar mais. (olhando para seu abdômen)” (Gabriel:21:5);

“Cuidar um pouco mais de mim.” (Denise:21:4);

“Dedicaria mais tempo para as atividades da Igreja.” (Valéria:21:3);

“Iria cuidar mais de mim e investiria o tempo no meu trabalho informal.” (Márcia:21:4);

“Investiria no artesanato.” (Eduardo:21:3).

De modo geral, as mulheres entrevistadas, principalmente as mulheres com filhos pequenos, foram as que mais apontaram para a dificuldade em conciliar vida familiar e atividades pessoais, em especial quando se analisa a seguinte unidade de significado:

“Eu, como mulher, acabo ficando um pouco pra trás, sabe? (feição de tristeza) É a casa, é o filho, é o marido, é a faculdade... (enumerando com os dedos) Eu vou ficando pra trás, não dá tempo... (suspiro, balançando a cabeça negativamente)” (Denise:21:5).

A partir das unidades de significado anteriormente apresentadas e, especialmente na última, está claramente expresso que as responsabilidades familiares e domésticas e as tarefas de cuidado restringem às possibilidades da mulher realizar outras atividades, principalmente as mulheres com filhos pequenos. Ao priorizar o seu tempo com a casa e a família, a mulher acaba ficando em segundo plano. Isso pode ser associado com relação aos papéis que são atribuídos social e historicamente às mulheres e ao processo de criação das meninas, que desde a infância são orientadas para serem esposas, mães e donas de casa. Ainda, as mulheres não reivindicam um tempo para se cuidarem, apenas desejam, aspiram. Não foi observado o processo que Costa (2014, p. 10) menciona, de que “as mulheres vão se individualizando em relação ao grupo familiar, em que vão se assenhorando de suas necessidades individuais e passam a se conceber como sujeitos”. É importante que os indivíduos tenham um tempo para cuidarem de si. No sentido de uma maior individualização, de um tempo destinado para os próprios cuidados, há a ruptura da concepção tradicional de família. A cultura sustentada por

prescrições do patriarcado estabelece às mulheres uma condição de submissão, reproduzindo desigualdades de gênero e no uso do tempo entre os sexos.

Ao se calcular o uso do tempo diário pelos profissionais do lar entrevistados, tem-se como resultado o “tempo livre” que possuem para outras atividades. Para as mulheres, tem-se: média de horas diárias gastas em afazeres domésticos (4,6 horas), intervalo para alimentação (almoço e janta, 1 hora cada), considerando a necessidade de 8 horas diárias de sono, restariam 9,4 horas para atividades como lazer, estudos, ócio, cuidados pessoais, relações afetivas. Para os homens, esse mesmo cálculo revela 10,4 horas.

O trabalho doméstico – e sua sobrecarga – invade outros espaços temporais, especialmente o do lazer, consumindo grande parte do tempo dos indivíduos, pois há afazeres que não podem ser delegados e outros são inadiáveis. O indivíduo não consegue perceber o quanto participa e gasta de tempo na realização dos afazeres domésticos ao longo do dia. Por essas razões, considerando as unidades de significados expressas anterior e posteriormente, sou levado a crer que o tempo gasto com o trabalho doméstico pelos homens e pelas mulheres entrevistadas possivelmente seja maior do que o informado nas entrevistas. Estendo essa reflexão para os levantamentos censitários. Embora o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ainda não realize uma pesquisa nacional que aborde especificamente sobre uso do tempo pelos indivíduos, os dados coletados pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios possibilitam uma visão parcial da temática.

“A pessoa quando está em casa, ela toda hora fica fazendo alguma coisa, ainda mais quando tem criança em casa. (...) Tu não diz: ‘Agora eu parei. Não tenho mais nada pra fazer.’ (balançando a cabeça negativamente) Sempre tu vai ter coisas e coisas pra fazer. Os afazeres domésticos são 24 horas. (...) Tu sempre vai ter alguma coisa pra fazer.” (Cristina:21:1);

“São tarefas da casa que ocupam o dia todo. O dia todo. 24 horas e um pouquinho mais! (risos) (...) Quando eu digo: “Bom, terminei as tarefas da casa e agora vou descansar.”, isso geralmente é lá pelas 11 horas da noite; quando tem visita é até mais tarde. (...) Nunca parei para pensar, mas se a gente for ver isso num horário corrido, te garanto que dá mais de 8 horas de trabalho por dia.” (Heloísa:21:1);

“São atividades que consomem o dia todo. Eu só não trabalho em casa quando eu e a mãe estamos sesteando.” (Gabriel:21:3);

“Olha... (alguns segundos pensando) eu acho que passa das 8 horas diárias. Ah se fosse remunerado e com carteira de trabalho assinada! (risos)” (Diego:21:3).

Como visto, os afazeres domésticos são realizados tanto pelos homens quanto pelas mulheres entrevistadas e demandam um elevado número de horas diárias e semanais, embora maior para elas do que para eles (32,2 horas; 25,2 horas, respectivamente). Neste ponto, cabe a reflexão, considerando as contribuições realizadas por Bruschini (1994, 1998, 2006, 2007) e Melo e Castilho (2009), no que diz respeito a considerar o trabalho doméstico como um trabalho não remunerado em vez de inatividade econômica nas pesquisas nacionais oficiais.

Além disso, o trabalho doméstico não remunerado deve ser contabilizado no Produto Interno Bruto do Brasil, por meio da construção de contas-satélites, promovendo, assim, sua valorização na sociedade brasileira. Nesse sentido, há pesquisas acadêmicas que propõem metodologias para mensurar esses afazeres domésticos no Produto Interno Bruto do Brasil, como a de Melo, Considera e Sabbato (2016), por exemplo. No entanto, como já mencionado, o próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) reconhece que no País este esforço é incipiente, permanecendo a não contabilização dos afazeres domésticos no Produto Interno Bruto até os dias atuais, mesmo após as recomendações da IV Conferência Mundial sobre a Mulher. As razões para isso estão relacionadas com um conceito amplo de produção adotado pelo Sistema de Contas Nacionais do Brasil, o que acaba escondendo o contexto doméstico e o trabalho familiar não remunerado, segundo Bruschini (2006) e Melo e Castilho (2009). Mostrar o quanto os afazeres domésticos contribuem para o bem-estar familiar e valem no Produto Interno Bruto do País possivelmente ajude a acabar com suposições e crenças sobre o papel feminino na sociedade. Ignorá-los, por sua vez, reforça a invisibilidade do trabalho doméstico e a inferioridade do papel da mulher na sociedade.

Tudo aquilo que possuir conexão com o doméstico ainda é socialmente desvalorizado. Confere-se valor ao que é produzido, seja um bem ou serviço, que possua valor de mercado. A visão de trabalho adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística possui forte relação com o caráter mercantil das atividades produtivas. No entanto, ao adotar uma visão mais ampla sobre o trabalho, outras formas legítimas seriam também analisadas no País, como o voluntariado, os afazeres domésticos e as tarefas de cuidado. Isso aponta para a necessidade de discutir e avançar ainda mais sobre o tema, pois essas formas de trabalho possuem grande implicação social e repercutem sobre a distribuição do tempo dos indivíduos, especialmente mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo final, pretendo apresentar as principais conclusões deste estudo. Sua elaboração foi orientada pelo objetivo de investigar quem são os sujeitos que abandonaram funções remuneradas no mercado de trabalho para o exercício da profissão do lar, analisando as principais razões para tal atitude e suas implicações para as questões de gênero, domésticas e familiares. A hipótese que assumi inicialmente é que esse fenômeno social ocorre mais intensamente sobre as mulheres do que sobre os homens. O objetivo foi sendo respondido na medida em que a análise dos dados e a discussão dos resultados avançavam. Cabe ressaltar que não trabalhei com a intenção de determinar o número de sujeitos participantes, tampouco generalizar os resultados obtidos sobre o fenômeno social para toda e qualquer população, como aponte na segunda parte da presente dissertação.

Por meio da técnica bola de neve, selecionei e entrevistei treze profissionais do lar, sendo nove mulheres e quatro homens. Esse resultado confirma a hipótese inicialmente assumida neste estudo. Então, quem são estes sujeitos? O perfil sociodemográfico dos profissionais do lar entrevistados revela a predominância de mulheres, de cor branca, heterossexuais, com anos de estudo de 9 a 11 anos, estado civil casadas, pertencentes à classe social média, com idade média de 44 anos, com composição familiar na maioria de 3 integrantes e com número de filhos na maioria de 2.

Em relação a alguns aspectos relacionados ao mercado de trabalho, verifiquei que os entrevistados estiveram ocupados entre trabalhos formais (com acesso a direitos trabalhistas e de proteção social e jornadas de trabalho excessivas, inflexíveis e maiores) e informais (sem acesso a direitos trabalhistas e/ou sem contribuir para a previdência social e jornadas de trabalho flexíveis e menores) ao longo de suas vidas laborais, sendo esta de 13,8 anos para as mulheres e de 22,5 anos para os homens e, na maioria das vezes, em empregos no setor de atividade de serviços. Identifiquei algumas desigualdades de gênero, como jornadas de trabalhos diferenciadas (elas: 9,1 horas diárias, 45,5 horas semanais; eles: 9,9 horas diárias, 49,5 horas semanais); a prática do “se virar” e a presença da dupla jornada de trabalho, com implicações físicas e mentais. Conhecer alguns aspectos do lugar que os entrevistados ocuparam antes de se tornarem profissionais do lar auxiliou na compreensão do fenômeno social investigado e das razões pelas quais o abandonaram.

Como visto na revisão teórica da temática, diversas são as razões que fazem com que os indivíduos, especialmente mulheres, abandonem permanente ou temporariamente o

mercado de trabalho para exercerem a profissão do lar. Mas, quais as razões identificadas no presente estudo? Classificadas em ordem de importância decrescente, as razões de abandono do mercado de trabalho mencionadas pelas mulheres entrevistadas foram: filhos pequenos, maternidade, marido, familiar idoso e/ou doente, injustiças e aborrecimentos no emprego, desemprego, sentimento de saudade da família e dupla jornada de trabalho; e pelos homens entrevistados foram: filhos pequenos, mudança de cidade, desemprego, familiar idoso e doente, sentimento de saudade da família, elevado custo de vida na capital e atrasos no pagamento de salário. Essas razões se distinguem entre os profissionais do lar entrevistados pela idade, pelas situações sociais e conjugais, pelo contexto econômico, pela escolaridade e pelas relações de trabalho.

Em relação às mulheres entrevistadas, verifiquei que nos casos de escolha, a maternidade e filhos pequenos foram as principais razões pelas quais elas abandonaram o mercado de trabalho; e nos casos de imposição, o desemprego e o marido foram as principais razões apontadas. Percebi que a maternidade constitui um ponto importante do projeto de vida dessas mulheres, pois o desejo de ter filhos e cuidar deles em tempo integral faz parte de uma realização pessoal. Nesses casos, a tarefa de criação, cuidados e socialização dos filhos permanece tradicionalmente feminina, ocupando lugar de destaque nas responsabilidades das mulheres. Por outro lado, em relação aos homens entrevistados, nos casos de escolha, a mudança de cidade foi mencionada por eles como a principal razão para estarem em casa; e nos casos de imposição, o desemprego foi a principal razão mencionada. A análise dessas principais razões, ao considerar a desagregação imposição/escolha, revelou que os homens e as mulheres entrevistadas abandonaram o mercado de trabalho por razões completamente distintas, possuindo, apenas, como razão comum o desemprego. Nesses casos, eles encontram dificuldades ao tentar se inserir no mercado de trabalho, relacionando-as à idade, à cor, à escolaridade e às experiências laborais.

Constatai que os homens e as mulheres entrevistadas realizam os mesmos afazeres domésticos – não havendo folga na sua realização, sendo sábados, domingos e feriados dias iguais de trabalho, implicando na limitada condição de acesso a lazer e descanso, e que o conjunto dessas tarefas perpassa a definição de afazeres domésticos adotada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. No âmbito doméstico e familiar, as mulheres enfrentam dificuldade em compartilhar esses afazeres com seus maridos e/ou com seus filhos do sexo masculino, sendo suas participações menores, periféricas ou inexistentes. Isso revela, por um lado, a persistente desigualdade de gênero no cotidiano familiar; por outro lado, a (forte) construção social de que a responsabilidade pela realização do trabalho doméstico é da

mulher, da esposa e da mãe. Entretanto, em alguns casos, os filhos pequenos são incentivados diariamente a realizarem pequenos e simples afazeres relacionados a eles, construindo gradualmente o processo de conscientização de participarem na realização do trabalho doméstico e de preparação individual para a idade adulta, sem que dependam de outrem.

Os afazeres domésticos consomem muita energia e grande parte do tempo dos entrevistados, caracterizando-se pela fragmentação, multiplicidade e simultaneidade e sendo maior para elas (4,6 horas diárias; 32,2 horas semanais) do que para eles (3,6 horas diárias; 25,2 horas semanais), o que mostra a perpetuação da desigualdade de gênero com relação à distribuição do tempo dedicado à realização de afazeres domésticos na esfera privada. Além do sexo, a cor, a escolaridade, o rendimento mensal familiar, o tipo de arranjo familiar e a presença de filhos constituem variáveis que impactam diretamente sobre o uso do tempo, revelando desigualdades de gênero. Apesar disso, a presença de aparelhos eletrodomésticos nos domicílios tende a simplificar e racionalizar o trabalho de conservação do lar, reduzindo o número de horas diárias/semanais gastas o realizando. A maioria dos entrevistados não considera elevado a média de horas gastas na realização de afazeres domésticos, apesar de invadir outros espaços temporais, como o do lazer. Caso houvesse redução nessa média, a principal destinação dessas “horas livres” seria para realizar atividades de cuidados pessoais.

O trabalho doméstico é percebido pelos entrevistados, especialmente mulheres, como uma atividade não remunerada, invisível e desvalorizada na esfera privada, tanto pela família quanto pela sociedade. As razões para isso estão profundamente relacionadas com o papel da mulher fundamentado na sociedade patriarcal e com a noção de trabalho elaborada pelo sistema capitalista. O manto de invisibilidade que recobre o trabalho doméstico não permite que esse seja contabilizado no Produto Interno Bruto do Brasil, o que acaba reforçando ainda mais a discriminação dos indivíduos e a noção de não trabalho pela família e pela sociedade. É preciso acabar com a suposição cultural falsa de que o trabalho doméstico não é trabalho. É trabalho, sim! Por essas razões, ampliar as discussões acadêmicas, sociais, políticas, sobre os aspectos do trabalho doméstico não remunerado e as maneiras de valorizá-lo são urgentes e importantes.

A educação é um aspecto importante que merece algumas considerações. Os discursos da maioria dos homens e das mulheres entrevistadas revelaram indícios de uma educação conservadora, perpetuando os tradicionais papéis sociais, os modos de pensar e de agir, e reproduzindo estereótipos e desigualdades de gênero: eles foram educados para confirmar a ideia da superioridade de seu sexo, como dominadores da natureza, da família e da sociedade, para permanecerem na esfera pública; e elas para corresponder às concepções

da sua natureza, vinculadas às funções naturais da sexualidade e da reprodução, para permanecerem dentro da esfera privada. Por outro lado, uma minoria dos homens e das mulheres entrevistadas mostraram sinais de uma educação menos conservadora, visto que compartilham de forma mais equânime a responsabilidade pela realização dos afazeres domésticos e das atividades de cuidados infantis. No caminho em direção à igualdade entre os gêneros, é possível enxergar, nesses casos, luz através da bruma.

Como sugestões de pesquisas futuras, indico **I)** investigar o fenômeno social da transição de sujeitos de funções remuneradas no mercado de trabalho para o exercício da profissão do lar em outras cidades brasileiras, discutindo os dados e comparando os resultados com diversas pesquisas nacionais e internacionais, e **II)** estudar homens e masculinidades, analisando o envolvimento deles na esfera privada e a (des)igualdade entre os sexos na vida doméstica e familiar, bem como investigar quais variáveis têm efeito sobre a participação masculina no trabalho doméstico, no cuidado com os filhos pequenos e na família. Como limitações deste estudo, menciono **I)** a dificuldade em localizar e contatar os profissionais do lar, especialmente os do sexo masculino, e **II)** a ausência de programas em computadores institucionais que pudessem me auxiliar na análise e interpretação dos dados qualitativos coletados.

Com a apresentação das principais conclusões, gostaria de realizar duas últimas considerações. Primeiro, espero que as reflexões apresentadas ao longo deste estudo contribuam para o avanço das discussões sobre tríade composta pelo fenômeno social investigado, profissão do lar e gênero, especialmente na área de conhecimento da Administração. Segundo, afirmo que o anseio de conhecer e entender mais e melhor o fenômeno social investigado continua, pois o compromisso que assumi como pesquisador e como cidadão de questioná-lo apenas começa com este estudo e se renova constantemente ao refletir: **Profissão do Lar: Imposição ou Escolha?**

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBORNOZ, S. A emancipação feminina: mito ou realidade? **Caderno de Sábado**, Correio do Povo: Porto Alegre, 1969.

_____. **O que é trabalho**. Coleção n. 171 – Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

ARAÚJO, C.; SCALON, M. C. (Orgs.) **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ARIZA, L. G. et al. Relações entre Análise Textual Discursiva e o software ATLAS.ti em interações dialógicas, **Campo Abierto**, Badajoz, v. 34, n. 2, p. 105-124, 2015.

ATAL, J. P.; ÑOPO, H.; WINDER, N. **New Century, old disparities: gender and ethnic wage gaps in Latin America**. Inter-American Development Bank, IDB Working Papers, 2009.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes: um cenário em (des)construção**. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Brasília, DF: UNICEF, 2005.

BATTHYÁNY, K.; GENTA, N.; PERROTTA, V. El aporte de las familias y las mujeres a los cuidados no remunerados en salud en Uruguay. **Estudios Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 187-213, jan./abr., 2017.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo. II: A Experiência Vivida**. 2. ed. Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENCZIK, E. B. P. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil, **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 28, n. 85, p. 67-75, 2011.

BEZERRA, S. A. C.; VIEIRA, A. Dilemas e desafios vividos por mulheres que migraram em função do trabalho do cônjuge. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 6, p. 216-243, Edição Especial, nov./dez., 2013.

BIDARTE, M. V. D.; FLECK, C. F.; MELLO, E. M. B. Para o lar: as mulheres que deixaram o mercado de trabalho para se dedicarem à casa e à família, **Revista Gênero**, Niterói, v. 18, n. 1, 2018. (No prelo).

BIDARTE, M. V. D. et al. Como estamos olhando para nossas mulheres? Estudo bibliométrico sobre o que a academia vem priorizando. In: VIII Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE), **Anais...** Uruguaiana, 2016.

BONETTI, A. de L. Entre armadilhas ideológicas e confusões propositais: reflexões sobre a polêmica em torno da “ideologia de gênero”. In: SILVA, F. F. da; BONETTI, A. de L. (Orgs.). **Gênero, interseccionalidades e feminismos: desafios contemporâneos para a Educação**. p. 47-62, São Leopoldo: Oikos, 2016.

BRASIL. **Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8212cons.htm>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. **Portaria n. 1339, de 18 de novembro de 1999**. Institui a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1999/prt1339_18_11_1999.html>. Acesso em: 13 out. 2017.

_____. **Lei n. 12.470, de 31 de agosto de 2011**. Altera os arts. 21 e 24 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social.... Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112470.htm>. Acesso em: 12 out. 2017.

BRUSCHINI, C. **Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, Número Especial – Colóquio Internacional França, Brasil e Quebec, p. 179-199, 1994.

_____. Maternidade e trabalho feminino: sinalizando tendências. In: Family Health International (FHI). **Reflexões sobre gênero e fecundidade no Brasil**. Projeto de Estudos da Mulher: Brasil, p. 29-53, Research Triangle Park: FHI, 1995.

_____. Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher no Brasil e nas regiões nordeste e sudeste na década de oitenta. In: LIGOCKI, M. S. L.; LIBARDONI, M. (Coords.). **Discriminação positiva, ações afirmativas: Em busca da igualdade**. 2. ed., p. 87-118, São Paulo: CFEMEA/Elas, 1996.

_____. **Trabalho das mulheres e mudanças no período 1985–1995**. 78p., Textos FCC, n. 17, São Paulo: FCC/DPE, 1998.

_____. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez., 2006.

_____. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007.

BRUSCHINI, C. et al. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (Orgs.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Cap. 7, p. 142-177. Rio de Janeiro: CEPia; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BRUSCHINI, C.; RICOLDI, A. M. **Articulação trabalho e família**: famílias urbanas de baixa renda e políticas de apoio às trabalhadoras. 147p., Textos FCC, n. 28, São Paulo: FCC/DPE, 2008.

_____; _____. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 259-87, jan./abr., 2012.

BUENO, F. S. **Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa**. v. 7, São Paulo: Lisa, 1988.

CAETANO DA SILVA, M. E. **O Processo de Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho Angolano: Estratégias, Trajetórias e Contextos Socioprofissionais**. 135 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2013.

CALDERÓN, Y. P.; CAMPOS RÍOS, G. Las Mujeres Jóvenes en México: ¿Estudian o Trabajan? **Última década**, Santiago, v. 21, n. 39, p. 63-83, dec., 2013.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. PNAD 2009 – Primeiras Análises: tendências demográficas. **Comunicados do IPEA n. 64**, out., 2010.

CARTA da Mulher Brasileira aos Constituintes. **Carta das Mulheres** – Doação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. 1986. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/a-constituente-e-as-mulheres/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2016.

CARVALHO, M. P. de. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPED (1999-2009). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 99-117, jan./abr., 2011.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. [Tradução Lucia Simonini]. 2. ed. Porto Alegre, Bookman, 2005.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). Género, trabajo remunerado y no remunerado: eslabones en la discriminación y la desigualdad. In: CEPAL. **Panorama social de América Latina 2009**. Cap. 4, p. 173-204. Santiago de Chile: CEPAL, 2009.

COSTA, A. de O. Rotinas de mulher. In: ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. (Orgs). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. p. 7-12, Fortaleza: SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia/Instituto Patrícia Galvão, 2014.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

_____. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. [Tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva]. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DECLARAÇÃO e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, 112 p., Pequim, China, 1995.

DEDECCA, C. S. Tempo, trabalho e gênero. In: COSTA, A. A.; OLIVEIRA, E.; LIMA, M.; SOARES, V. (Orgs.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. p. 21-52, São Paulo: CUT, 2004.

ENGELS, F. **O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**. 57p. 3. ed. São Paulo: Global, 1990.

_____. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** [Tradução de Ruth M. Klaus]. 192p. São Paulo: Centauro, 2002.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** [Tradução Joive Elias Costas]. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

_____. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes.** [Tradução Magda Lopes; revisão técnica Dirceu da Silva]. Porto Alegre: Penso, 2013.

FONDO DE DESARROLLO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA MUJER (UNIFEM). **El Progreso de las mujeres en el mundo.** 166 p. (Informe bienal). New York, 2000.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber.** [Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque]. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREITAS, S. M. de. **História oral: possibilidades e procedimentos.** 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FUNK, A.; LANG, J. L.; OSTERHAUS, J. Ending Violence against Women and Girls – Protecting Human Rights: Good Practices for Development Cooperation. **Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit**, Planning and Development Department Governance and Democracy, Eschborn, Germany, 2005.

GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. da. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos.** Cap. 3, p. 89-1012. São Paulo: Saraiva, 2006.

HAIR JR., J. F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração.** [Tradução Lene Belon Ribeiro]. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAMPE, F. Sejam@s tod@s feministas: interseccionalidade, direitos humanos e educação. In: SILVA, F. F. da; BONETTI, A. de L. (Orgs.). **Gênero, interseccionalidades e feminismos: desafios contemporâneos para a Educação.** p. 17-33, São Leopoldo: Oikos, 2016.

HENDRICKS, V. M.; BLANKEN, P.; ADRIAANS, N. F. P. Snowball sampling: methodological analysis. In: HENDRICKS, V. M.; BLANKEN, P.; ADRIAANS, N. F. P. **Snowball sampling: a pilot study on cocaine use.** p. 83-100, Roterdã: IVO, 1992.

HEWLETT, S. A.; LUCE, C. B. Off-Ramps and on-ramps: keeping talented women on the road to success. **Harvard Business Review**, Cambridge, v. 83, n. 3, p. 43-54, mar., 2005.

HIRATA, H.; ZARIFIAN, P. O conceito de trabalho. In: EMÍLIO, M.; et al. (Orgs.) **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. p. 65-69, São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

ICHIKAWA, E. Y.; SANTOS, L. W. Contribuições da história oral à pesquisa organizacional. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. da. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. Cap. 6, p. 181-205. São Paulo: Saraiva, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico: 2000: nupcialidade, fecundidade: resultados da amostra**. 218 p. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Síntese dos indicadores sociais: 2004**. 359p. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

_____. **Síntese de indicadores sociais: 2005**. 330p. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2009**. 252p. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2010**. 317p. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2012**. 293p. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2013**. 250p. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2014**. 214p. Rio de Janeiro: IBGE, 2014a.

_____. **Estatísticas do Registro Civil**. v. 41, Rio de Janeiro: IBGE, 2014b.

_____. **IBGE Cidades:** Santana do Livramento – 2014c. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/2VV4M>>. Acesso em: 24 de out. de 2017.

_____. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015. 134p. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

_____. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016. 146p. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS). **Auxílio-doença.** Disponível em: <<https://www.inss.gov.br/beneficios/auxilio-doenca/>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

JABLONSKI, B. A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento, **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília-DF, v. 30, n. 2, p. 262-275, 2010.

KABEER, N. et al. **Productive safety nets for women in extreme poverty:** lessons from pilot projects in India and Pakistan. Discussion Paper 28/12. University of London, School of Oriental and African Studies, Centre for Development Policy and Research, London, 2012.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, M.; et al. (Orgs.) **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres:** desafios para as Políticas Públicas. p. 55-63, São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

MADALOZZO, R.; MARTINS, S.; SHIRATORI, L. Participação no mercado de trabalho e no mercado doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 547-566, 2010.

MARCONDES, M. M. O dia deveria ter 48 horas: práticas sociais do cuidado e demandas das mulheres brasileiras por políticas públicas para a sua democratização. In: ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. (Orgs.) **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres.** p. 79-104, Fortaleza: SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia/Instituto Patrícia Galvão, 2014.

MARX, K. **Trabalho assalariado e capital.** 4. ed. Coleção Bases, 27, 63p., São Paulo: Global Editora, 1987.

_____. **O capital:** crítica da economia política. V. I. São Paulo. Nova Cultural. 1988.

MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S. **Guia prático de história oral:** para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

MELO, H. P. de; CONSIDERA, C. M.; SABBATO, A. D. Os afazeres domésticos contam. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 435-454, dez., 2007.

_____; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr., 2009.

_____; SABBATO, A. D. Trabalhadoras domésticas: eterna ocupação feminina. Até quando? In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (Orgs.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Cap. 8, p. 179-185. Rio de Janeiro: CEPia; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

_____; CONSIDERA, C. M.; SABBATO, A. D. Dez anos de mensuração dos afazeres domésticos no Brasil. In: FONTOURA, N.; ARAÚJO, C. (Orgs.) **Uso do tempo e gênero**. Cap. 6, 173-188. Rio de Janeiro: UERJ/SPM/IPEA, 2016.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (MPAS). **Inscrição da Previdência Social**. Disponível em: <<http://www.mpas.gov.br/>>. Acesso em: 02 dez. 2016a.

_____. **Aposentadoria por idade**. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/aposentadoria-por-idade/>>. Acesso em: 02 dez. 2016b.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher:** princípios e diretrizes. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS (MDH). **Disque 100 - Balanço 2011 a 2017 - Crianças e Adolescentes**. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/disque100/balanco-2017-1>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva, **Ciência & Educação**, Bauru, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

_____; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

OLIVEIRA, A. R. de; GAIO, L. E.; BONACIM, C. A. G. Relações de gênero e ascensão feminina no ambiente organizacional: um ensaio teórico. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 2, n. 1, p. 80-97, jan./abr., 2009.

OLIVEIRA, S. R.; PICCININI, V. C. **Sociologia e Administração: relações sociais nas organizações**. Cap. 11, p. 203-217. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação durante a segunda metade da década de 2000**. Organização Internacional do Trabalho; Escritório da OIT no Brasil. Brasília: OIT, 2012.

_____. **Estrés en el trabajo: un reto colectivo**. Genebra, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Crear lugares de trabajo saludables y equitativos para hombres y mujeres: guía para empleadores y representantes de los trabajadores**. (Serie protección de la salud de los trabajadores, n. 11). Genebra, 2011.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, SBPC, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD). **PNAD: questionário da pesquisa básica**. 102p. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

_____. **PNAD: questionário da pesquisa básica**. 122p. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

_____. **PNAD: Aspectos complementares de educação, afazeres domésticos e trabalho infantil**: 2006. 324p. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. **PNAD: síntese de indicadores 2009**. 289p. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **PNAD: microdados**. Porto Alegre: IBGE, microdados 2012, 2013 e 2014.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO (PNUD). **Informe sobre Desarrollo Humano 2015: Trabajo al servicio del desarrollo humano**. Nueva York: PNUD, 2015.

REPORT of the World Conference of the International Women's Year. Mexico City – 1975. United Nations, New York, 1976. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/otherconferences/Mexico/Mexico%20conference%20report%20optimized.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

RICOLDI, A. M. A noção de articulação entre trabalho e família e políticas de apoio. **Mercado de Trabalho**, IPEA, n. 42, p. 37-43, fev., 2010.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. **Temas em Psicologia da SBP**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, p 2-17, 2004.

ROSENBERG, J.; WILCOX, W. B. **The importance of fathers in the healthy development of children: Fathers and their impact on children's well-being**. Washington, DC: U.S., Department of Health and Human Services, Administration for Children and Families, Administration on Children, Youth and Families, Children's Bureau, Office of Child Abuse and Neglect, 2006.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Editora Quatro Artes, 1969.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, L. da S. **Profissão: Do Lar**. A (des)valorização do trabalho doméstico como desdobramento da (in)visibilidade do feminino. 170 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Brasília, DF, Brasil, 2008.

_____; DINIZ, G. R. S. Donas de casa: classes diferentes, experiências desiguais. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, n. 23, v. 2, p. 137-149, 2011.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

SEN, P. Development practice and violence against women. **Gender and Development**, Great Britain, v. 6, n. 3, p. 7-16, 1998.

SISTEMA de Contas Nacionais. **Brasil: 2010-2013**. 78p. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

SOARES, C. A distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no âmbito da família. **Revista Gênero**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 9-29, 2008.

_____. Os desafios (para as mulheres) do trabalho reprodutivo no Brasil com o processo de envelhecimento populacional. In: ITABORAÍ, N. R.; RICOLDI, A. M. **Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil?:** implicações demográficas e questões sociais. Belo Horizonte, MG: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 2016.

_____; SABÓIA, A. L. **Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005.** (Textos para discussão. Diretoria de pesquisas, n. 21), Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007.

SORJ, B. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In: OLIVEIRA, S. de; RECAMÁN, M; VENTURI, G. (Orgs.). **A Mulher brasileira nos espaços público e privado.** p. 107-119, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **O estigma das feministas.** Data: 13 de maio de 2005. Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/o_estigma_das_feministas.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2016.

SULLEROT, E. **História e sociologia da mulher no trabalho.** [Tradução de Antonio Teles] Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1970.

TAYLOR, S. J.; BOGDAN, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación: La búsqueda de significados.** Barcelona: Paidós, 1987.

VIOLA, T. W. et al. The influence of geographical and economic factors in estimates of childhood abuse and neglect using the Childhood Trauma Questionnaire: A worldwide meta-regression analysis. **Child Abuse & Neglect**, v. 51, p. 1-11, 2015.

VITERNA, J.; ROBERTSON, C. New directions for the sociology of development. **Annual Review of Sociology**, California, n. 41, p. 243-269, 2015.

APÊNDICE A – ROTEIRO TEMÁTICO PARA A CONDUÇÃO DE ENTREVISTAS

1. PERFIL E HISTÓRIA DE VIDA DO ENTREVISTADO	
Questões	Autor/a(es/as) de aporte teórico
1) Apresentação do entrevistado, contendo elementos de sua vida que possuem relação com a temática estudada. Sexo, cor, idade, escolaridade, estado civil (quanto tempo), classe social, composição familiar atual, filhos, naturalidade, infância, relações familiares e de trabalho.	Alberti (2004); Bruschini (1985, 1998, 2006); Freitas (2006); IBGE (2010, 2015); Meihy e Ribeiro (2011)

2. MERCADO DE TRABALHO	
Questões	Autor/a(es/as) de aporte teórico
2) Você trabalhava no mercado de trabalho formal ou informal?	Bruschini (1985); IBGE (2010)
3) Qual/is função/ões remunerada/s você exercia no mercado de trabalho? Quanto tempo você trabalhou? Em média, qual era a carga horária semanal no emprego?	Bidarte, Fleck e Mello (2018); Bruschini (1985); IBGE (2010, 2015)
4) Você tinha uma jornada de trabalho flexível, que permitia maior envolvimento com as responsabilidades familiares e domésticas?	Bruschini e Ricoldi (2012); IBGE (2016); Soares e Sabóia (2007)
5) Você realizava a dupla jornada de trabalho? Como era para você exercê-la?	Bruschini (1998); IBGE (2010, 2014a); Marcondes (2014); Melo e Castilho (2009); Soares e Sabóia (2007)

3. PROFISSÃO DO LAR	
Questões	Autor/a(es/as) de aporte teórico
6) Como ocorreu a transição de uma função remunerada no mercado de trabalho para o exercício da profissão do lar? Há quanto tempo?	Bidarte, Fleck e Mello (2018); Hampe (2016); Santos (2008); Santos e Diniz (2011)
7) Você se reconhece como um indivíduo profissional do lar? Por quê? Você acha que a sociedade e os membros de sua família reconhecem você como um indivíduo profissional do lar? Por quê?	Bidarte, Fleck e Mello (2018); Melo, Considera e Sabbato (2007); Santos (2008); Santos e Diniz (2011)
8) Você acha que seu trabalho doméstico é (des)valorizado pela sociedade e pelos membros de sua família? Por quê?	Bidarte, Fleck e Mello (2018); Bruschini (1985, 1998, 2006); Hampe (2016); Kergoat (2003); Melo, Considera e Sabbato (2007); Melo e Castilho (2009); Saffioti (1969, 1987); Santos (2008); Santos e Diniz (2011); Soares e Sabóia (2007)
9) Em relação à renda familiar, esta provém de qual/is membro/s? O seu poder de compra foi comprometido? Como vê isso? Você realiza atividade complementar de renda?	Bidarte, Fleck e Mello (2018); IBGE (2013); Santos (2008)
10) Você realiza contribuições mensais para a Previdência Social visando à aposentadoria? Se não, por quê?	Brasil (1991, 2011); MPAS (2016a, 2016b)

4. FILHOS	
Questões	Autor/a(es/as) de aporte teórico
11) Você possui filho? Se sim, quantos? Qual a idade, o sexo e a escolaridade dele/s? Ele/s mora/m com você? Ele/s trabalha/m?	Albornoz (1969); Bruschini (1985, 1994, 1995, 1998, 2007); IBGE (2010, 2016); Jablonski (2010)
12) Quais tarefas você realiza/realizava em relação ao seu/s filho/s? Quais pelo cônjuge? Há/havia alguma pessoa, remunerada ou não, que auxilia/auxiliava vocês? Se sim, de quem?	Araújo e Scalon (2005); Bruschini (1998); Bruschini e Ricoldi (2012); Jablonski (2010)
13) A maternidade/paternidade é/foi um motivo que contribui/contribui para que você opte/optasse em permanecer na esfera privada?	Bruschini (1985); Bruschini e Ricoldi (2012); Saffioti (1987); Santos e Diniz (2011)
14) Você se sentiria culpada/o se deixasse a criação de seu/s filho/s para voltar a trabalhar no mercado de trabalho? Por quê?	Bruschini (1985, 1995, 1998); Rocha-Coutinho (2004); Saffioti (1987); Santos e Diniz (2011)

5. AFAZERES DOMÉSTICOS	
Questões	Autor/a(es/as) de aporte teórico
15) Para você, o que são afazeres domésticos?	Bruschini e Ricoldi (2012); IBGE (2015); PNAD (2008); Santos e Diniz (2011)
16) Quais afazeres domésticos você realiza? Há algum/ns afazer/es que somente você realiza? E há algum/ns que você não realiza? Por quê?	Bruschini (2006, 2007); Bruschini e Ricoldi (2012); IBGE (2015); Jablonski (2010); Melo e Castilho (2009); PNAD (2008); PNUD (2015); Soares (2008); Soares e Sabóia (2007)
17) Você e o cônjuge compartilham os afazeres domésticos? Por quê? Como é esse compartilhamento no cotidiano familiar?	Bruschini e Ricoldi (2012); Jablonski (2010); Soares e Sabóia (2007)
18) O/s filho/s participa/m na realização dos afazeres domésticos? Se sim, em quais? Por quê? Ele/s é/são educado/s para que compartilhe/m a realização desses afazeres? Por quê?	Bruschini e Ricoldi (2008, 2012); IBGE (2015); Jablonski (2010); Soares (2016); Soares e Sabóia (2007)
19) Há alguma pessoa, remunerada ou não, que auxilia você na realização dos afazeres domésticos? Se sim, em quais? Por quê?	Bruschini e Ricoldi (2012); Soares e Sabóia (2007)
20) Você possui aparelho/s eletrodoméstico/s que auxilia/m na realização dos afazeres domésticos? Se sim, quais?	Bruschini e Ricoldi (2012); IBGE (2010, 2015); Sachs (2008); Soares e Sabóia (2007)
21) Em média, quanto tempo você gasta por dia (e por semana) para realizar os afazeres domésticos? Você acha muito tempo? Se esse tempo reduzisse, o que você faria com esse tempo a mais?	Bruschini (2006, 2007); Dedecca (2004); IBGE (2010, 2014a, 2015); PNAD (1992, 2001, 2010); Sachs (2008); Soares e Sabóia (2007)

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Dissertação: Profissão do Lar: Imposição ou Escolha?

Nome completo, endereço e contato do pesquisador responsável:

Marcos Vinicius Dalagostini Bidarte, Endereço: Rua Barão do Triunfo, nº. 1048, sala SS14, bairro: Centro, Santana do Livramento, CEP: 97573-634, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, telefone celular para contato: (+XX XX) XXXXX-XXXX.

Prezado(a) Senhor(a):

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa que fundamenta a elaboração de uma dissertação de mestrado. Em função disso, peço sua colaboração para responder às perguntas de uma entrevista de forma totalmente voluntária, para que possamos conhecer quem são os sujeitos que abandonaram funções remuneradas no mercado de trabalho para o exercício da profissão do lar, analisando as principais razões para tal atitude e suas implicações para as questões de gênero, domésticas e familiares.

Saliento que: **I)** você poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade; **II)** todas as informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida e serão manuseadas exclusivamente pelo pesquisador responsável; e, **III)** você não será identificado em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____
(nome do/a entrevistado/a), concordo em participar desta pesquisa, assinando este Termo de Consentimento em duas vias e ficando com a posse de uma delas.

Santana do Livramento, _____, de _____ de 20 ____.

Assinatura do entrevistado

Assinatura do pesquisador responsável